



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

MARÇO/2011



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Wagner Gonçalves Rossi

Secretário-Executivo

Milton Elias Ortolan

Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Piauí

Aurino Antônio Nunes Guimarães

Chefe da Divisão de Defesa Agropecuária

Francisco Antônio de Sousa Costa

Chefe da Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário

Ferdinand Soares Feitosa

Chefe do Serviço de Apoio Administrativo

Lêda Regina Moraes Vasconcelos Gama

Equipe Responsável pela Consolidação dos Dados:

Lêda Regina Moraes Vasconcelos Gama – Chefe do SAD/SFA-PI;

Jeová Teixeira de Sousa – Técnico Responsável pela TI - CPD/SFA-PI;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

MISSÃO DO MAPA

“Promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira”.

VISÃO DO MAPA

(Visão de Futuro 2015)

“Ser reconhecido pela Qualidade e Agilidade na Implementação de Políticas e na Prestação de Serviços para o Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio”.



Relatório de Gestão do Exercício de 2010

Nos termos da legislação em vigor apresento o Relatório de Gestão da **Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Piauí**, vinculada ao **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**, referente ao exercício financeiro de 2010.

O Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da **INSTRUÇÃO NORMATIVA TCU nº 63/2010, de 01 de Setembro de 2010, da DECISÃO NORMATIVA TCU nº 107/2010, de 27 de outubro de 2010, e da PORTARIA nº 277/2010, de 07 de dezembro de 2010**, e das orientações do órgão de controle interno obedecendo às disposições da **NORMA DE EXECUÇÃO Nº 3, de 27 de dezembro de 2010, aprovada pela Portaria CGU Nº 2.546, de 27 de dezembro de 2010**.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

Lista de Abreviações e Siglas

CERTORGAN – Certificação de Produtos Orgânicos de Alimentos;
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento;
DDA – Divisão de Defesa Agropecuária;
DESENGORG – Desenvolvimento da Agricultura Orgânica Pró-Orgânico;
DPDAG – Divisão de Política, Produção e desenvolvimento Agropecuário ;
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária;
FFA – Fiscal Federal Agropecuário;
FISAGROTOX – Fiscalização Agrotóxicos;
FISCAGRIC – Fiscalização de Serviços Agrícolas;
FISCALSEM – Fiscalização de Sementes e Mudanças;
FISCANIMAL – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos;
FISCGENE – Fiscalização de Material Genético Animal;
FISCINAN – Fiscalizações de Insumos Destinados à Alimentação Animal;
FISCONTRATO – Fiscalização de Contrato de Repasse;
FISCORGEN – Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados;
FISCPLANTA – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos;
FISFECOI – Fiscalização de Fertilizantes Corretivos e Inoculantes;
FISPROVET – Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário;
INDGRAF – Fomento à Indicação Geográfica de Produto Agropecuário;
INSPANIMAL – Inspeção e Fiscalização de Produto Origem Animal;
IPVEGETAL – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal;
MANUTCRH – Administração da Unidade;
MANUTSFAS – Administração da Sede;
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia;
NMAP - Núcleo de Manutenção Predial;
NPR - Núcleo de Protocolo;
OGM – Organismos Geneticamente Modificados;
OCI – Órgão de Controle Interno;
PADCLASSIF – Padronização e Classificação de Produtos Vegetais;
PI – Plano Interno;
PNCEBT – Programa Nacional de Controle e Erradicação da Tuberculose e Brucelose ;
PNSA – Programa Nacional de Controle e Erradicação das Doenças de Aves;
PNSE – Programa Nacional de Controle e Erradicação das Doenças dos Equídeos;
PNSS – Programa Nacional de Controle e Erradicação das Doenças dos Suínos ;
PPA – Plano Plurianual;
PROMOCOOP – Desenvolvimento do Associativismo Rural e Cooperativismo;
PTRES – Plano de Trabalho Resumido;
RENASSEM – Registro Nacional de Sementes e Mudanças;
SAD - Serviço de Apoio Administrativo;
SAG - Seção de Atividades Gerais;
SAOD - Seção de Apoio Operacional e Divulgação;
SCC - Setor de Compras e Contratos;
SDA – Secretaria de Defesa Agropecuária;
SDC – Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

SEAP – Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca;
SEFAG - Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários;
SEFIA – Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas ;
SEFIP – Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários ;
SEOF - Seção de Execução Orçamentária e Financeira;
SEPA - Seção de Planejamento e Acompanhamento;
SESAG - Seção de Suporte Agropecuário;
SESAG – Serviço de Suporte Agropecuário;
SFA/PI – Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Piauí;
SGP - Seção de Gestão de Pessoas;
SIAFI – Sistema Integrado da Administração Financeira do Governo Federal;
SIF – Serviço de Inspeção Federal;
SIOR – Sistema de Informações Orçamentárias e Financeiras;
SIORG – Sistema de Informação Orçamentária e Gerencial;
SIPLAN – Sistema Integrado de Planejamento;
SISA - Serviço de Inspeção e Saúde Animal;
SISV - Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal;
SMAP - Setor de Manutenção Predial;
SMP – Setor de Manutenção Predial;
SMP - Setor de Material e Patrimônio;
SPIUNET - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União;TCU – Tribunal de Contas da União;
UF – Unidade Federativa;
UJ – Unidade Jurisdicionada;
UO – Unidade Orçamentária;
VIGIAGRO – Serviço de Gestão de Vigilância Agropecuária;
VIGIFITO – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais.



Lista de Quadros, Tabelas, Gráficos, Declarações e etc.

<u>Título</u>	<u>Página</u>
Quadro A.1.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	11
Quadro A.2.2 - Execução Física Das Ações Realizadas Pelo Sisa	21
Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	128
Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação – Inclui todos os Programas	130
Quadro A.2.11.1 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação – Somente do PI-MANUTSFAS	131
Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação – Inclui todos os Programas	131
Quadro A.2.12.1 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação– Somente do PI-MANUTSFAS	131
Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação – Inclui todos os Programas	133
Quadro A.2.13.1 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação– Somente do PI-MANUTSFAS	133
Quadro A.4.1 - Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores	135
Quadro A.5.1 - Composição do Quadro de Recursos Humanos	136
Quadro A.5.2 – Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária	137
Quadro A.5.3 – Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade	137
Quadro A.5.4 – Composição do Quadro de Servidores Inativos	138
Quadro A.5.5 – Composição do Quadro de Instituidores de Pensão	138
Quadro A.5.7 – Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010	140
Quadro A.5.8 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva	142
Quadro A.5.9 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra	143
Quadro A.5.10 - Distribuição do Pessoal Contratado Mediante Contrato de Prestação de Serviço com Locação de Mão de Obra	144
Quadro – A.6.1 - Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência	146
Quadro A.6.2 - Resumo dos instrumentos celebrados pela SFA nos três últimos exercícios	147
Quadro A.6.3 - Resumo dos Instrumentos de Transferência que Vigerão em 2011 e Exercícios Seguintes	148
Quadro A.6.4 - Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela UJ Na Modalidade de Convênio e de Contratos de Repasse	149
Quadro A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse	150
Quadro A.9.1 - Estrutura de controles internos da UJ	153
Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	155
Quadro A.11.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	157
Quadro A.11.3 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ	158
Quadro A.12.1 - Gestão de TI UJ	159
Quadro A.15.1 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	162



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

Quadro A.15.2 - Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício	163
Quadro A.15.3 - Relatório de Cumprimento das recomendações do OCI	164
Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	165



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
 Serviço de Apoio Administrativo

Tabela I - Atribuições dos Fiscais Federais Agropecuários lotados no SISA	19
Tabela II - Dados Gerais do Programa 0357	20
Tabela III - Dados Gerais da Ação 4842	22
Tabela IV - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	22
Tabela V - Despesas Correntes por Grupo e Elementos de Despesas dos Créditos Recebidos por Movimentação.	23
Tabela VI - Despesas de capital por Grupo e Elementos de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação.	23
Tabela VII - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ	24
Tabela VIII - Detalhamento de Transferências	25
Tabela XIX - Dados Gerais da Ação 8658	26
Tabela X – Movimentação Orçamentária por grupo de Despesa	27
Tabela XI – Despesas Correntes por Grupo e Elementos de Despesas	27
Tabela XII – Despesas de Capital por Grupo e Elementos de Despesas	27
Tabela XIII – Despesas por Modalidade de Contratação	28
Tabela XIV - Detalhamento de Transferências	30
Tabela XV - Dados Gerais da Ação 2139	31
Tabela XVI - Despesas Correntes por Grupo e Elementos de Despesas	31
Tabela XVII - Despesas por Modalidade de Contratação	32
Tabela XVIII – Dados Gerais do Programa 0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas	33
Tabela XIX – Dados Gerais da Ação 8938 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal:	34
Tabela XX - Execução Física das Ações Realizadas	35
Tabela XXI - Atribuições dos Fiscais Federais Agropecuários lotados no SISV/DDA/SFA-PI	38
Tabela XXII - Dados Gerais do Programa 0356	38
Tabela XXIII - Dados Gerais das Ações 0356	39
Tabela XXIV - Dados Gerais da Ação 4796	40
Tabela XXV - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.	41
Tabela XXVI - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.	41
Tabela XXVII - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.	42
Tabela XXVIII - Despesas por Modalidade de Contratação	42
Tabela XXIX – Metas e resultados da ação 4776 no exercício 2010.	43
Tabela XXX – Evolução dos indicadores de execução física do PI: PADCLASSIF da SFA/PI (2008, 2009 e 2010).	44
Tabela XXXI – Desempenho operacional da Ação 4776 (Ano 2010)	46
Tabela XXXII - Dados Gerais da Ação 8939.	47
Tabela XXXIII - Metas e Resultados da Ação do PI: IPVEGETAL2 no exercício 2010.	47
Tabela XXXIV - Descrição da previsão e execução da meta financeira no exercício.	48



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
 Serviço de Apoio Administrativo

Tabela XXXV - Comparativo da atuação da Inspeção nos anos de 2008, 2009 e 2010.	50
Tabela XXXVI - Outras Atividades Desenvolvidas na Ação 8939.	50
Tabela XXXVII – Indicadores de desempenho operacional do PI: IPVEGETAL2 para o produto “Estabelecimento Inspeccionado”.	51
Tabela XXXVIII – Dados Gerais do Programa 0357	52
Tabela XXXIX – Execução Física das ações realizadas pela UJ	53
Tabela XL – Dados gerais da ação 2134	53
Tabela XLI - Metas e Resultados da ação 2134 no exercício 2010	53
Tabela XLII - Dados gerais da ação 4738	55
Tabela XLIII - Metas e Resultados da ação 4738 no exercício de 2010	55
Tabela XLIV - Dados Gerais da Ação 8572	56
Tabela XLV - Metas e Resultados da ação 8572 no exercício 2010	56
Tabela XLVI – Execução Física e Financeira das Ações Realizadas pelo SEFAG	61
Tabela XLVII - Dados Gerais do Programa 0375	62
Tabela XLVIII – Dados Gerais da Ação 2124	62
Tabela XLIX – Metas e resultados da ação 2124 no exercício de 2010	63
Tabela L - Desempenho Operacional e Resultados - FISCINAN	63
Tabela LI - Dados Gerais do Programa PI-FISCGENE	65
Tabela LII – Dados Gerais da Ação 2019	65
Tabela LIII – Metas e Resultados da Ação 2019 no Exercício 2010	65
Tabela LIV - Desempenho Operacional e Resultados - FISCGENE	66
Tabela LV - Dados Gerais do Programa – FISPROVET	68
Tabela LVI – Dados Gerais Da Ação 2140	68
Tabela LVII – Metas e resultados da ação 2140 no exercício 2010	68
Tabela LVIII - Desempenho Operacional e Resultados – FISPROVET	69
Tabela LIX - Dados Gerais do Programa – PI- FISCALSEM1	71
Tabela LX – Dados Gerais da Ação 2179	71
Tabela LXI – Metas e Resultados da Ação 2179 no Exercício 2010	72
Tabela LXII - Desempenho Operacional e Resultados – PI - FISCALSEM1	73
Tabela LXIII - Dados Gerais do Programa – PI – FISFECOI	75
Tabela LXIV - Desempenho Operacional PI – FISFECOI	75
Tabela LXV – Metas e Resultados da Ação 2141 No Exercício 2010	75
Tabela LXVI - Desempenho Operacional e Resultados – FISFECOI	76
Tabela LXVII - Dados Gerais do Programa – PI – FISAGROTOX	78
Tabela CI - Frota de Veículos – NTR	78
Tabela LXVIII – Dados Gerais da Ação 2909	78
Tabela LXIX – Metas e Resultados da Ação 2909 no exercício 2010	78
Tabela LXX - Desempenho Operacional e Resultados – FISAGROTOX	79
Tabela LXXI - Dados Gerais do Programa – PI – FISCORGEN	81
Tabela LXXII – Dados Gerais da Ação 4745	81
Tabela LXXIII – Metas e Resultados da Ação 4745 no exercício 4745	81
Tabela LXXIV - Desempenho Operacional e Resultados – FISCOGEN	82
Tabela LXXV - Execução Física das Ações Realizadas pelo DPDAG	93
Tabela LXXVI - Fiscalização de Contrato de Repasse – FISCONTRATO	98
Tabela LXXVII - Fiscalização de Serviços Agrícolas – FISCAGRIC1	98
Tabela LXXVIII – Dados do Programa – UVAGRO	102
Tabela LXXIX - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo – VIGIAGRO	102
Tabela LXXX - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo – UVAGRO	103



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
 Serviço de Apoio Administrativo

Tabela LXXXI - Execução Física e Financeira das ações realizadas pelas UVAGROS	104
Tabela LXXXII - Principais Processos – SAG	107
Tabela LXXXIII - Equipe de Trabalho - SAG	108
Tabela LXXXIV - Demonstrativo de capacitação – SAG	108
Tabela LXXXV - Principais Processos – NMAP	109
Tabela LXXXVI - Equipe de Trabalho – NMAP	109
Tabela LXXXVII - Demonstrativo de Capacitação – NMAP	109
Tabela LXXXVIII - Demonstrativo de Serviços Realizados – NMAP	109
Tabela LXXXIX - Atividades Desenvolvidas – SCC	111
Tabela LC - Demonstrativo de Serviços Realizados – SCC	111
Tabela LCI – Equipe de Trabalho – SCC	111
Tabela LCII – Demonstrativo de Capacitação – SCC	111
Tabela LCIII – Principais Processos – SMP	113
Tabela LCIV - Principais Processos – SMP	113
Tabela LCV - Equipe de Trabalho – SMP	113
Tabela LCVI - Demonstrativo de Serviços Realizados – SMP	114
Tabela LCVII - Principais Processos – NPR	115
Tabela LCVIII - Equipe de Trabalho – NPR	115
Tabela LCIX - Processos Autuados – NPR	115
Tabela C - Principais Processos – NTR	117
Tabela CI - Frota de Veículos – NTR	117
Tabela CII - Consumo Médio de Gasolina da Frota – NTR	117
Tabela CIII - Consumo Médio de Óleo Diesel da Frota – NTR	117
Tabela CIV - Gabinete da Superintendência – SGP	120
Tabela CV - Divisão de Defesa Agropecuária – DDA	120
Tabela CVI - Serviço de Apoio Administrativo – SAD	120
Tabela CVII - Serviço de Inspeção e Saúde Animal – SISA	121
Tabela CVIII - Servidores que exercem atividades na Representação de Parnaíba/PI. – SISA	122
Tabela CIX - Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal – SISV	122
Tabela CX – Servidor que exerce atividades na Representação de Parnaíba/PI – SISV	122
Tabela CXI - Serviço de Fiscalização de Insumos e Serviços Agropecuários – SEFAG	122
Tabela CXII - Servidores que exercem atividades no Laboratório - SEFAG.	122
Tabela CXIII - Servidores que exercem atividades na Representação de Picos/PI – SEFAG	123
Tabela CXIV - Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG	123
Tabela CXV - Servidor que exerce atividades na Representação de Picos/PI – DPDAG	123
Tabela CXVI - Servidores que exercem atividades na Representação de Floriano/PI – DPDAG	123
Tabela CXVII - Seção de Suporte Agropecuário – SeSAG	123
Tabela CXVIII - Seção de Atividades Gerais – SAG	123
Tabela CXIX - Setor de Material e Patrimônio – SMP	124
Tabela CXX - Setor de Manutenção Predial – SMAP	124
Tabela CXXI - Setor de Transporte – STR	124
Tabela CXXII - Setor de Protocolo – SPR	124
Tabela CXXIII - Seção de Gestão de Pessoas – SGP	124
Tabela CXXIV - Seção de Execução Orçamentária e Financeira – SEOF	124
Tabela CXXV – Apoio Administrativo - Programa 0750	126
Tabela CXXVI – Informações sobre a Utilização de Cartões de Pagamentos do Governo Federal – SFA-PI	160



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

Figura A.2.1.2 – Objetivos Estratégicos	178
Declaração A.7.1 - Declaração de Registro de Contratos no SIASG	174
Declaração A.7.2 - Declaração de Registro de Convênios no SICONV	175
Declaração A.8.1 Declaração de Bens e Rendas dos servidores da SFA-PI	176
Declaração A.8.2 Declaração de Bens e Rendas dos coordenadores contábeis - MAPA	177
Declaração B.1.1 Declaração dos Demonstrativos Contábeis pelo Contador – MAPA	179



Sumário

Apresentação

Relatório de Gestão do Exercício de 2010	4
Lista de Abreviações e Siglas	5
Lista de Quadros, Tabelas, Gráficos, Declarações e etc.....	7
Organograma Funcional	7
Introdução	8

Parte - A

Desenvolvimento do Conteúdo

1. Informações de Identificação da UJ:	12
2. Informações Sobre o Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira da UJ	13
2.1 Responsabilidades institucionais da unidade:.....	13
2.1.1 Competência institucional.....	15
2.2.1 Estratégia de atuação frente as responsabilidades institucionais:	18
2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade:	19
2.3.1 Programas Executados pelo Serviço de Inspeção e Saúde Animal - SISA/DDA/SFA-PI ...	19
2.3.2 Programas Executados pelo Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal – SISV/DDA/SFA-PI .	38
2.3.3 Programas Executados pelo Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários - SEFAG/DDA/SFA-PI	62
2.3.4 Programas Executados pela Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário - DPDAG/SFA-PI	86
2.3.5 Programas Executados pelo Serviço de Gestão de Vigilância Agropecuária - VIGIAGRO/DDA/SFA-PI.....	102
2.3.6 Serviço de Apoio Administrativo – SAD/SFA-PI (Código SIORG: 72371)	107
Quadro A.2.11.1 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação no PI: MANUTSFAS	132
Quadro A.2.12.1 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação no PI: MANUTSFAS.....	136
Quadro A.2.13.1 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação no PI MANUTSFAS.....	138
4. Informações sobre a Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	141
4.1 Análise crítica:.....	141
5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas:	144
5.4 Custos associados a manutenção dos recursos humanos:	145
5.5 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obras:	147
5.6 Indicadores Gerencias sobre Recursos Humanos:.....	150
6. Informações sobre Transferências Mediante Convênios:	151
6.1 Transferência efetuada no exercício:	151
6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício 2010.	151
6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados em valores repassados nos três últimos exercícios.	152
6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2011 e seguintes:	153
6.1.4 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse:..	154



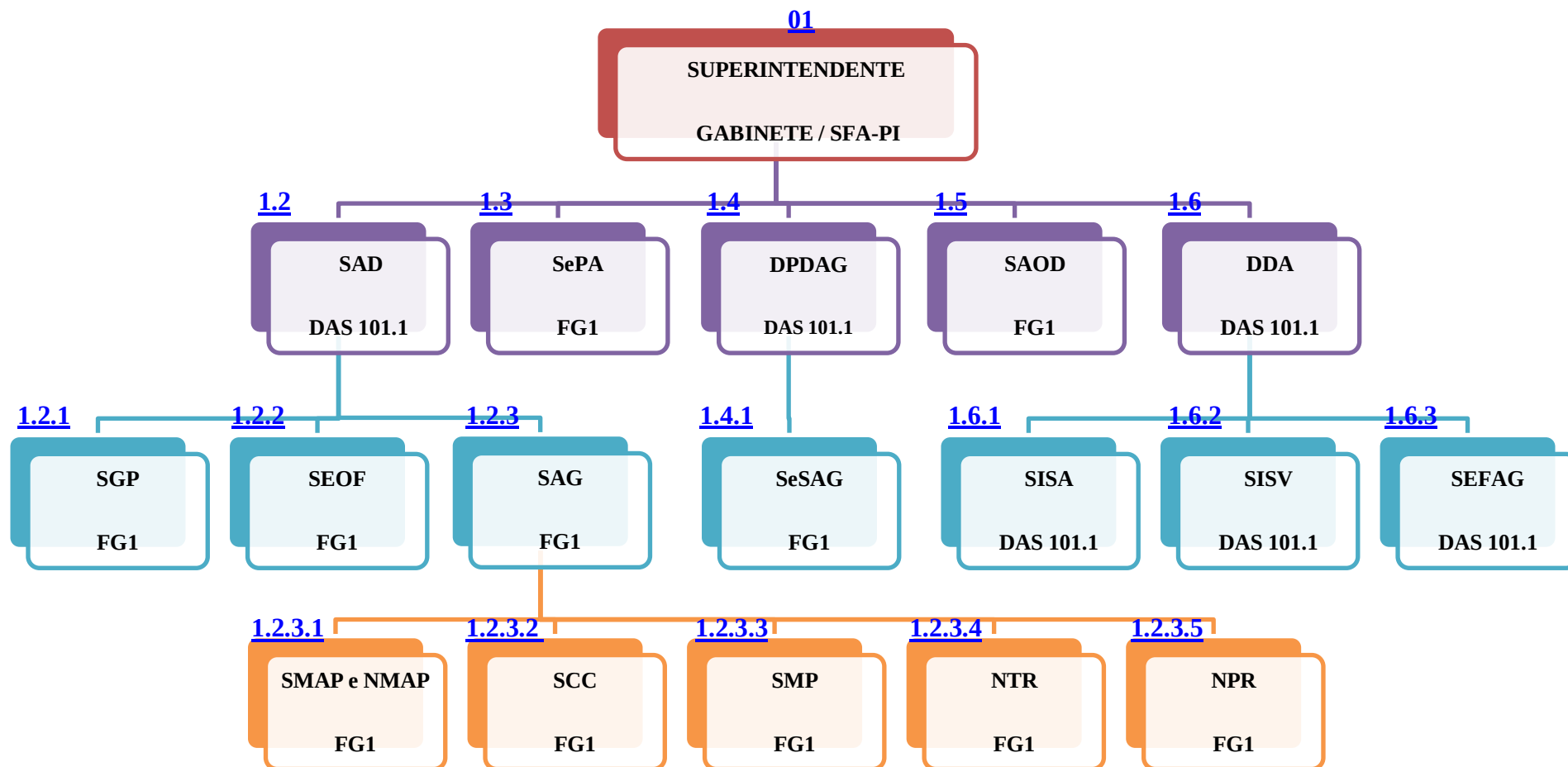
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
 Serviço de Apoio Administrativo

6.1.5	Informações sobre a análise de prestações de contas de convênios e de contratos de repasse:	155
6.2	Análise Crítica	156
7	Declarações de Registros Atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV	157
8	Informações sobre declarações de bens e renda:	158
9	Informações sobre o funcionamento do sistemas de controle interno da UJ	159
9.1	Estrutura de Controles Internos da UJ	159
10	Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação e na contratação de serviços ou obras.	161
10.1	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	161
11	Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como Bens de Uso Especial, de propriedade da União ou locado de terceiros.	163
11.1	Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial	163
12	Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ	165
12.1	Gestão de Tecnologia da Informação (TI)	165
13	Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal, observando-se as disposições dos decretos nº 5.355/2005 e 6.370/2008	166
15.1	Deliberações do TCU atendidas no exercício	167
15.2	Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício	168
15.3	Recomendações do OCI atendidas no exercício	169
15.4	Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício	170
16	Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.	171
Parte - B		
1	Informações Contábeis da Gestão	173
ANEXOS - PARTE – A		174
ANEXOS - PARTE – B		179



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
 Serviço de Apoio Administrativo

Organograma Funcional





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

Introdução

A Superintendência Federal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SFA/PI durante o ano de 2010, desenvolveu suas atividades inerentes a sua missão institucional, procurando sempre atender as demandas emanadas da administração Superior do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.

O Relatório de Gestão do exercício de 2010 foi elaborado conforme instruções emanadas do tribunal de contas da União – TCU, e da Controladoria Geral da União – CGU, sendo o mesmo formatado de forma detalhada por área de atuação.

Entre as Dificuldades enfrentadas no ano de 2010 por essa superintendência, podemos destacar a carência de pessoal, tanto administrativo quanto técnico, e a escassez de recursos para investimento dentre outras. Fatores estes que foram determinantes para o não alcance dos objetivos traçados para este ano.

Em face dessas dificuldades, essa superintendência, por inúmeras vezes, fez gestão a Administração Superior do MAPA, no intuito de amenizar essas dificuldades detectadas, tendo inclusive algumas dessas solicitações atendidas. Vale ressaltar que boa parte dos Técnicos dessa SFA/PI, está em condições de solicitar aposentadoria, conforme explicitado no Relatório de Gestão de 2009, sendo que os mesmos ainda não o fizeram por estar aguardando uma decisão administrativa a cerca de perca de recursos, este fato continuando se concretizando, inviabilizará por completo o funcionamento dessa Superintendência, tendo em vista que o contingente de pessoal nesse caso está em torno de trinta por cento (30%).

Dentre as várias ações desenvolvidas no ano de 2010, destacamos as de Defesa Sanitária Animal e Vegetal em parceria com o Governo do Estado do Piauí, através da Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR e Agência de Defesa Agropecuária – ADAPI, nas quais se buscou prestar o máximo de apoio possível para que o Estado cumpra as metas estabelecidas para o controle das enfermidades dos animais, o que resultou na mudança de “STATUS” sanitário do estado com relação à Febre Aftosa, e vegetais de interesse econômico. Outra ação desenvolvida durante o ano foi à celebração de vários Contratos de Repasses com Prefeituras Municipais e com o Governo do Estado para ações na área do PRODESA, com a conseqüente fiscalização dos referidos Contratos, visando desenvolver o setor agropecuário do Estado do Piauí. Outro fato que destacamos de suma importância para essa Superintendência foi à criação da Divisão de Política, Produção e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG, que atuou de forma concisa e eficaz na execução de metas determinadas por Brasília.

As demais atividades afins dessa Superintendência foram executadas dentro das condições que as atuais circunstâncias permitiram, sendo que quase todas as metas estabelecidas pelo MAPA foram alcançadas conforme se pode observar dentro do Relatório dos Serviços aqui apresentados.

O presente relatório é composto por Parte A com dezessete Itens e Parte B com um Item. Sendo esses fundamentais para facilitar sua compreensão e análise, onde alguns se dividem em sub-tópicos.

Segue abaixo os Itens que não se aplicam à realidade da unidade e os que se aplicam, mas não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência:

No Item 2:

QUADRO A.2.1 - Demonstrativo de Execução Orçamentária por Programa de Governo;

Justificativa: Porque a UJ não gera Programa;

QUADRO A.2.4 - Programação de Despesas Correntes;

Justificativa: Porque a UJ não é uma UO;

QUADRO A.2.5 - Programação de Despesas de Capital;

Justificativa: Porque a UJ não é uma UO

QUADRO A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas;

Justificativa: Porque a UJ não é uma UO

QUADRO A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ;

Justificativa: Porque a UJ não é uma UO

QUADRO A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ;

Justificativa: Porque a UJ não é uma UO

QUADRO A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ;

Justificativa: Porque a UJ não é uma UO

No Item 3:

QUADRO A.3.1 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos;

Justificativa: Porque não ocorreu na UJ durante o exercício de 2010.

No Item 5:

QUADRO A.5.6 – Composição do quadro de estagiários;

Justificativa: Porque não ocorreu contrato de estagiários na UJ durante o exercício de 2010.

No Item 11:

QUADRO A.11.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

Justificativa: Porque não ocorre na UJ.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

No Item 14, Não se aplica na UJ em razão de não ocorrer durante o exercício de 2010.

Segue os quadros:

QUADRO A.14.1 – Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ;

QUADRO A.14.2 – Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida;

QUADRO A.14.3 – Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Físicas;

QUADRO A.14.4 – Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Jurídicas;

QUADRO A.14.5 – Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária – Pessoas Físicas;

QUADRO A.14.6 – Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária – Pessoas Jurídicas;

QUADRO A.14.7 – Aplicação de Recursos da Renúncia de Receita pela Própria UJ;

QUADRO A.14.8 – Prestação de Contas de Renúncia de Receitas;

QUADRO A.14.9 – Comunicações à RFB;

14.9 – Declaração;

QUADRO A.14.10 - Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas;

QUADRO A.14.11 - Ações da RFB;

No Item 16, A OCI existe no MAPA através da Assessoria de Controle Interno e não ocorreu na SFA/PI durante o exercício de 2010 demanda da Auditoria do OCI/MAPA.

Teresina – PI, 31 de março de 2010.

FERDINAND SOARES FEITOSA
Superintendente Substituto – SFA/PI



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO

PARTE A – CONTEÚDO GERAL

(Conteúdo Geral, da parte A, do Anexo II da DN TCU 107, de 27.10.2010)

INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A GESTÃO:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
 Serviço de Apoio Administrativo

1. Informações de Identificação da UJ:

(Item 1 do Conteúdo Geral, da parte A, do Anexo II da DN TCU 107, de 27.10.2010)

Quadro A.1.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.		Código SIORG: 14	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Piauí.			
Denominação abreviada: SFA/PI			
Código SIORG: 2803	Código LOA: “não se aplica a UJ”		Código SIAFI: 130021
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público Federal da Administração Direta do Poder Executivo.			
Principal Atividade: Regulamentação e Fiscalização das questões econômicas na agricultura; Federal, Estadual, Municipal.			Código CNAE: 8413-2/00
Telefones/Fax de contato:	(086) 3301-4512	(086) 3301-4502	(086) 3301-4548
Endereço eletrônico: gab-pi@agricultura.gov.br			
Página da Internet: http://www.agricultura.gov.br			
Endereço Postal: Rua Taumaturgo de Azevedo, n.º 2.315, Bairro: Piçarra/Centro, CEP: 64.001-340. Teresina – PI.			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
PORTARIA n.º 300, de 16 de junho de 2005, do Ministro da Agricultura, que aprova O Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, conforme DECRETO 5.351 de 21.01.2005, revogada pela PORTARIA n.º 428 do dia 09 de Junho de 2010 conforme DECRETO n.º 7127 de 04 de março de 2010.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Decreto n.º 7.127 de 04.03.2010, publicado no Diário Oficial da União n.º 43, no dia, 05 de março de 2010, Seção 1, pág. 1. Portaria n.º 428, de 09 de junho de 2010, do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que aprova o Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, foi publicada no Diário Oficial da União n.º 111, no dia, 14 de junho de 2010, na Seção 1, pág. 35.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Todas as instruções e normas são publicadas no site do MAPA e podem ser consultadas através do sistema SISLEGIS – Sistema de Consulta à Legislação e através da página http://agronet.agricultura.gov.br , encontra-se os manuais.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
“Não se aplica à UJ”	“Não se aplica à UJ”		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
“Não se aplica à UJ”	“Não se aplica à UJ”		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão		
“Não se aplica à UJ”	“Não se aplica à UJ”		



2. Informações Sobre o Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira da UJ

(Item 2 do Conteúdo Geral, da parte A, do Anexo II da DN TCU 107, de 27.10.2010)

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade:

A Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Piauí é uma unidade descentralizada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, diretamente subordinada ao Ministro de Estado, consoante orientação técnica dos órgãos específicos singulares e setoriais do Ministério.

A organização da SFA-PI, conforme Portaria nº 428, de 09 de junho de 2010, que aprova o Novo Regimento Interno da SFA's, segue a seguinte estrutura básica:

I – Unidade de Assistência Direta:

- a)** Seção de Planejamento e Acompanhamento – SePA/SFA-PI: Sem atuação nesta SFA/PI, pois não temos servidores lotados na seção e suas atribuições, quando possível, estão sendo desenvolvidas pelo SAD.

Conforme Art. 13 da portaria nº 428, de 09 de junho de 2010, à Seção de Planejamento e Acompanhamento compete:

I - promover o processo de gestão estratégica, alinhado à estratégia corporativa do MAPA, quanto à:

- a) orientação do planejamento, execução, acompanhamento e avaliação dos componentes das estratégias; e
- b) atualização de instrumentos de apoio à gestão estratégica, especialmente, indicadores de desempenho e projetos estratégicos;

II - promover o processo de gestão operacional, quanto à:

- a) internalização do Plano Plurianual;
- b) orientação e acompanhamento de:
 - 1. execução das ações (projetos e atividades) constantes do Plano Plurianual, inclusive daquelas que foram delegadas, bem como avaliação de desempenho, com base nos relatórios emitidos pelos sistemas de acompanhamento e de controle físico, orçamentário e financeiro; e
 - 2. elaboração e consolidação do plano operativo anual, da programação físico orçamentária;
- c) orientação para desenvolvimento e inovação organizacionais, incluindo a melhoria contínua dos processos de trabalho;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

d) execução, acompanhamento e avaliação do Programa Nacional de Gestão Pública, com realização periódica de pesquisa para aferir a satisfação dos usuários, internos e externos, em relação aos serviços prestados, especialmente sobre a qualidade do atendimento;

e) orientação para avaliação e revisão de indicadores de desempenho e demais instrumentos de gestão interna;

III - elaborar relatórios, periódicos e anuais, referentes à programação e ao monitoramento das execuções das ações, inclusive nos aspectos físico-orçamentário e financeiro;

IV - apoiar a realização dos levantamentos, prognósticos, diagnósticos e estudos relativos ao setor agropecuário, na Unidade da Federação, para apoiar as ações do MAPA;

V - acompanhar auditorias técnico-fiscais e operacionais relacionadas às programações físico-financeiras das ações desempenhadas por:

a) unidades administrativas executoras das atividades de defesa, inspeção e fiscalização, vigilância e desenvolvimento agropecuários, bem como demais atividades voltadas ao agronegócio;

b) instâncias intermediárias e locais do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária; e

c) órgãos estaduais e municipais, bem como, entidades privadas, executores de ações delegadas pelo MAPA; e

VI - consolidar dados e compor o Relatório de Gestão da Superintendência Federal.

b) Seção de Apoio Operacional e Divulgação – SAOD/SFA-PI: Sem atuação nesta SFA/PI, pois não temos servidores lotados na seção e suas atribuições estão sendo desenvolvida pelo SAG/SAD.

Conforme Art. 14 da portaria nº 428, de 09 de junho de 2010, à Seção de Apoio Operacional e Divulgação compete:

I - promover o processo de gestão estratégica, alinhado à estratégia corporativa do MAPA, quanto a apoiar o titular da SFA/MAPA nas atividades de:

a) agenda de trabalho, cerimonial, despachos e representação institucional; e

b) relacionamento com imprensa e promoção institucional;

II – promover atividades de comunicação visual;

III – auxiliar na divulgação de notícias e informações, bem como distribuir publicações e material audiovisual para os parceiros do agronegócio;

IV - receber e adequar as informações das demais unidades administrativas e encaminhá-las ao órgão setorial de comunicação de governo para divulgação;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

V - manter atualizado cadastro de autoridades do setor público, em todas as esferas, e de instituições relacionadas às competências da SFA/MAPA;

VI – providenciar a publicação de portarias, instruções, ordens de serviço e outros atos administrativos, observadas as instâncias de competências e orientações normativas dos órgãos específicos singulares e setoriais do MAPA;

VII – coordenar e executar as atividades inerentes à tecnologia da informática no âmbito da SFA/MAPA; e

VIII - consolidar dados e compor o Relatório de Gestão da Superintendência Federal.

II – Unidades Centrais de Execução Finalística:

a) Divisão de Defesa Agropecuária – DDA/SFA – PI;

1. Serviço de Inspeção e Saúde Animal – SISA/DDA/SFA – PI;

2. Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal – SISV/DDA/SFA – PI;

3. Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários – SEFAG/DDA/SFA – PI;

b) Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG/SFA – PI;

1. Serviço de Suporte Agropecuário – SESAG/DPDAG/SFA – PI;

2. Seção de Suporte Agropecuário – SESAG/DPDAG/SFA – PI;

III - Unidades Descentralizadas de Execução Finalística:

b) Unidade de Vigilância Agropecuária – UVAGRO/PARNAÍBA/DDA – PI;

Obs.: Falta regularizar essa UVAGRO.

IV – Unidades de Apoio Operacional:

a) Serviço de Apoio Administrativo – SAD/SFA – PI;

1. Seção de Atividades Gerais – SAG/SAD/ SFA – PI;

1.1. Setor de Manutenção Predial – SMAP/ SAG/ SFA – PI;

1.2. Núcleo de Manutenção Predial – NMAP/SAG/SFA-PI

1.3. Setor de Compras e Contratos - SCC/ SAD/ SFA – PI;

1.4. Setor de Material e Patrimônio – SMP/ SAD/ SFA-PI;

1.5. Núcleo de Protocolo - NPR/ SAD/ SFA – PI;

1.6. Núcleo de Transporte – NTR/ SAD/ SFA – PI;

2. Seção de Gestão de Pessoas - SGP/ SAD/SFA – PI;

3. Seção de Execução Orçamentária e Financeira – SEOF/ SAD/SFA – PI.

2.1.1 Competência institucional

De acordo com o Anexo I da Portaria N.º 428, de 09 de junho de 2010:

Art. 1º Às Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, compete executar atividades e ações de:

I - defesa sanitária, inspeção, classificação e fiscalização agropecuárias;

II - fomento e desenvolvimento agropecuário e da heveicultura;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

- III** - assistência técnica e extensão rural;
- IV** - infraestrutura rural, cooperativismo e associativismo rural;
- V** - produção e comercialização de produtos agropecuários, inclusive do café, cana-de-açúcar, açúcar e álcool;
- VI** - administração e desenvolvimento de pessoas, bem assim de serviços gerais;
- VII** - planejamento estratégico e planejamento operacional;
- VIII** - programação, acompanhamento e execução orçamentária e financeira dos recursos alocados;
- IX** - qualidade e produtividade dos serviços prestados aos seus usuários; e
- X** - aperfeiçoamento da gestão da Superintendência Federal.

Parágrafo único. As Superintendências Federais têm jurisdição no âmbito de cada Estado da Federação e do Distrito Federal, podendo haver alteração desse limite, no interesse comum, para execução das atividades de defesa agropecuária e de apoio à produção e à comercialização agropecuária, à infra-estrutura rural, bem como ao cooperativismo e ao associativismo rural, mediante ato do Ministro de Estado.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

2.1.2 Objetivos Estratégicos:

Encontram-se em anexo: [**Figura A.2.1.2**](#)



2.2.1 Estratégia de atuação frente as responsabilidades institucionais:

As estratégias de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais serão definidas pelos programas apresentados abaixo.

2.2.1.1 Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em a unidade esteja inserida;

2.2.1.2 Análise do plano de ação da unidade referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão.



2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade:

2.3.1 Programas Executados pelo Serviço de Inspeção e Saúde Animal - SISA/DDA/SFA-PI

2.3.1.1 Competência Institucional

O Serviço de Inspeção e Saúde Animal – SISA, tem como ações programar, promover, orientar, controlar e auditar a execução das atividades de inspeção de produtos de origem animal e de saúde, tendo sido implantado através da Portaria nº. 428, de 09 de junho de 2010, sendo o mesmo vinculado a Divisão de Defesa Agropecuária - DDA da Superintendência Federal de Agricultura no Piauí, e no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, ao Departamento de Saúde Animal e o Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal.

Ao Serviço de Inspeção e Saúde Animal – SISA compete:

I - programar, promover, orientar e controlar a execução das atividades de:

- a) vigilância sanitária e epidemiológica;
- b) prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais;
- c) emissão de certificado sanitário internacional para a exportação de animais vivos, material genético de animais (sêmen, embriões, óvulos, ovos férteis de aves), produtos de origem animal, material biológico ou patológico de interesse veterinário, observados os requisitos estabelecidos pelo país importador;
- d) autorização de importação para animais vivos e de material genético de animais, observados os requisitos estabelecidos pelo MAPA;
- e) anuência de importação de produtos de origem animal, material biológico ou patológico de interesse veterinário, observados os requisitos estabelecidos pelo MAPA;
- f) aplicação de medidas de defesa sanitária animal, com vistas a evitar disseminação de doenças;
- g) educação sanitária;
- h) auditorias técnico-fiscal e operacional de campanhas sanitárias;
- i) cadastro, habilitação e capacitação de médicos veterinários sem vínculo com a administração pública, para a execução de atividades de saúde animal;
- j) inquéritos epidemiológicos; e
- k) rastreabilidade animal;

II - orientar e acompanhar:

- a) aplicação das normas sanitárias que disciplinam o trânsito interestadual e internacional de animais e a realização de exposições, feiras, leilões, e outras aglomerações de animais;
- b) realização de exames laboratoriais, tratamentos e vacinações, para fins de expedição dos certificados sanitários internacionais de origem, na exportação de animais vivos, de sêmen animal, de embriões de animais e de ovos férteis de aves;
- c) emissão de certificados sanitários para exportação de animais vivos e produtos de origem animal, na forma da legislação; e
- d) bem-estar animal, quanto aos aspectos de saúde e no transporte por qualquer meio;

III - coletar, processar e manter os dados do sistema de informações sanitárias e epidemiológicas;

IV - orientar, acompanhar, controlar e proceder a supervisões das atividades de defesa sanitária animal executadas pelos médicos veterinários particulares, previamente habilitados;

V - orientar, controlar e auditar execuções de convênios, ajustes, acordos, contratos e demais instrumentos de parceria voltados à defesa sanitária animal, emitindo parecer técnico sobre o trabalho realizado;

VI - propor e acompanhar realização da quarentena de animais;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

- VII** - acompanhar e orientar, quando necessário, as atividades de fiscalização desempenhadas pelos Serviços de Vigilância Agropecuária, Unidades de Vigilância Agropecuária e pelas Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no que diz respeito às atividades de competência;
- VIII** - elaborar plano operativo anual das ações de defesa sanitária, conforme orientação técnica do Departamento de Saúde Animal, da SDA/MAPA;
- IX** - gerenciar as programações orçamentárias e as execuções das programações físicas das ações específicas de suas atividades;
- X** - apoiar e subsidiar a participação da SFA/MAPA em comissões regionais, estaduais e municipais relacionadas às atividades de competência;
- XI** - instruir processo administrativo fiscal decorrente de infração aos dispositivos legais; e
- XII** - elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a preparação do Relatório de Gestão da Superintendência Federal.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
 Serviço de Apoio Administrativo

2.3.1.2 Recursos Humanos

O SISA/DDA/SFA-PI, atualmente dispõe de 11 (onze) Fiscais Federais Agropecuários, todos com formação em Medicina Veterinária, sendo que 6 (seis) estão lotados na área da Inspeção e 5 (cinco), na Sanidade Animal. Ainda como força de trabalho, o SISA/PI disponibiliza de 15 (quinze) Agentes Técnicos de Nível Médio, lotados nas Indústrias e na sede da SFA/PI.

2.3.1.2.1 Responsáveis pelos programas nas respectivas áreas

Tabela I - Atribuições dos Fiscais Federais Agropecuários lotados no SISA/DDA/SFA-PI

ÁREA ANIMAL	
FFA - SEDE	ATRIBUIÇÕES
Antonio Auro da Silva	Responsável pelo Segmento de Leite e derivados
	Gestor Estadual da IN 51
	Gestor Estadual do SISBI
	RT INSPANIMAL 3
Eduardo Piaulino Mota	Responsável pelo Segmento de Mel e produtos apícolas
	Chefe do SISA/DDA/SFA-PI
Francisco Antonio de Sousa Costa	Responsável pelo Segmento de Pescado e derivados.
	Chefe da Divisão Defesa Agropecuária – DDA/SFA-PI
Francisco José Pereira da Silva	Responsável pelo Segmento de Carne e derivados.
	Gestor estadual do Programa de Redução de Patógenos -PRP
	Responsável pelo SIF 2409
FFA – Representação Parnaíba	ATRIBUIÇÕES
André Maurício De Carvalho Costa	Responsável pelos SIF 3588 e 1596
FFA – Representação Picos	ATRIBUIÇÕES
Eduardo Henrique Soares de Oliveira	Responsável pelos SIFs 639, 1295, 1868, 2094, 2344, 4399, 4689 e 4028.
FFA	PROGRAMAS SANITÁRIOS
Airton Leôncio Dutra da Silva	Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa–PNEFA
Raimundo Nonato Júnior	Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos – PNSE
	Programa Nacional de Sanidade das Abelhas – PNSAb
	Programa Nacional de Sanidade Avícola – PNSA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
 Serviço de Apoio Administrativo

ÁREA ANIMAL	
FFA - SEDE	ATRIBUIÇÕES
Paola Frassinetti Nunes M. de Oliveira	Programa Nacional de Sanidade dos Caprinos e Ovinos – PNSCO
	Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e outras Encefalopatias – PNCRH
Maria da Ressurreição R. G. do Nascimento	Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal – PNCEBT
Auristela Amarantina Ayres Lima	Programa Nacional de Sanidade dos Animais Aquáticos – PNSAA
	Programa Nacional de Sanidade dos Suídeos – PNSS
	Vigilância e Controle de Trânsito de Animais, Produtos e Sub-Produtos de Origem Animal

2.3.1.3 Programas

As ações do SISA/DDA/SFA/PI, estão inseridas no Plano Plurianual (PPA) 2008-2011, nos Programas e Ações abaixo citados:

2.3.1.3.1 Programa 0357 – Segurança da Sanidade na Agropecuária

Tabela II - Dados Gerais do Programa 0357

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo Geral	Garantir a segurança alimentar
Objetivo Específico	Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitozoossanitários dos mercados internos e externos.
Gerente do Programa	Inácio Afonso Kroetz
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Francisco Antonio de Sousa Costa
Indicadores ou Parâmetros Utilizados para avaliação do programa	Área declarada Livre de Febre Aftosa com Vacinação; Área declarada Livre de Febre Aftosa sem Vacinação; Incidência da Para “Cydia Pomonella”; Incidência da Praga da “Mosca da Carambola”; Número de Estabelecimentos Certificados como Livres ou Monitorados para Brucelose e Tuberculose Bovina e Bubalina; Número de Ocorrência da Peste Suína Clássica, Número de Ocorrências de Casos da Doença da Vaca Louca; Número de Ocorrência de Raiva Bovina; Plantéis Avícolas Certificados pelo Programa Nacional de Sanidade Avícola; Taxa de Conformidade no Controle de Fronteiras e Taxa de Incidência da Doença “Cancro Cítrico”.
Público-alvo (beneficiários).	Produtores, consumidores, exportadores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, armazenadores e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
 Serviço de Apoio Administrativo

2.3.1.3.1.1 Execução Física das Ações Realizadas

Os dados abaixo são de acordo com o Plano Plurianual 2008 – 2011 e os resultados são correspondes aos inseridos no Sistema Integrado de Planejamento – SIPLAN.

Quadro A. 2.2 - Execução Física Das Ações Realizadas Pelo Sisa

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física		
							Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser realizada em 2011
A	NF	0357	4842	A	3	Área Livre (Km2)	251.312 Km2	251.312 Km2	251.312 Km2
A	NF	0357	8658	A	3	Propriedade Atendida	10.000	5.955	10.000
A	NF	0357	2139	A	3	Fiscalização realizada	44.160	46.866	45.000

Função: (A) Agricultura.

Sub-função: (NF) Normatização e Fiscalização; (FRH) Formação de Recursos Humanos; (DTE) Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia; (PCA) Preservação e Conservação Ambiental; (NQ) Normalização e Qualidade; (AG) Administração Geral; (AB) Abastecimento.

Prioridade: 1 – Ação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) exceto PPI, 2 – Ação do PPI (Projeto Piloto de Investimento), 3 – Demais Ações Prioritárias, 4 – Ação não Prioritária.

Tipo da Ação: (A) Atividade.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
 Serviço de Apoio Administrativo

2.3.1.3.1.2 Principais Ações do Programa

2.3.1.3.1.2.1 Ação 4842 – Erradicação da Febre Aftosa

Tabela III - Dados Gerais da Ação 4842

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Manter a condição sanitária na zona livre de febre aftosa e erradicar a doenças dos circuitos pecuários Norte e Nordeste, objetivando o acesso do produto nacional ao mercado.
Descrição	Realização de reuniões dos circuitos pecuários para estabelecimentos das prioridades e estratégias: elaboração de normas sanitárias; educação sanitária; cadastramento das unidades de produção, de vacinação, de atendimento a notificações de suspeitas e de controle do trânsito de animais e se seus produtos e subprodutos; rastreamento, fiscalização e controle da eficiência e da eficácia das vacinas produzidas; realização de diagnóstico e monitoramento soropidemiológico nas unidades federativas; fiscalização sanitária e epidemiológica; e aperfeiçoamento do sistema de informação e análise epidemiológica.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Coordenação-Geral de Combate às Doenças
Coordenador Nacional da Ação	Jamil Gomes de Souza
Unidade Executora	Serviço de Sanidade Agropecuária – SEDESA-DT/SFA-PI

2.3.1.3.1.2.2 Execução Orçamentária da Ação

Tabela IV- Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		
				1- Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concebidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	130021	4842	-	-	69.206,40
Movimentação Externa	Concebidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		
				4 - Investimentos	5 – Inversões financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concebidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	130021	4842	1.282.000,00	-	-
Movimentação Externa	Concebidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
 Serviço de Apoio Administrativo

Tabela V- Despesas Correntes por Grupo e Elementos de Despesas dos Créditos Recebidos por Movimentação.

Grupos de Despesas	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
3 – Outras Despesas Correntes								
3390-14	11.384,86	40.783,53	11.384,86	40.783,53	-	-	11.384,86	40.783,53
3390-33	9.520,48	16.196,66	9.520,48	16.196,66	-	-	5.224,39	16.196,66
3390-30	4.160,06	10.518,36	4.160,06	9.173,28	140,69	-	4.019,37	9.173,28
3390-39	1.917,65	2.997,93	1.917,65	2.997,93	119,88	-	1.591,88	2.997,93
3390-36	2.336,40	-	2.336,40	-	-	-	2.336,40	-
3390-93	350,00	55,00	350,00	55,00	-	-	350,00	55,00

Tabela VI - Despesas de capital por Grupo e Elementos de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação.

Grupos de Despesas	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
Investimentos								
4490-52	164.776,50	1.282.000,00	164.776,50	1.282.000,00	4.325,50		87.651,00	1.282.000,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
 Serviço de Apoio Administrativo

Tabela VII - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ

Modalidade de Contratação	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas	
	2009	2010	2009	2010
Licitação				
Convite	-		-	
Tomada de Preços	-		-	
Concorrência	-		-	
Pregão	177.453,14	1.296.572,03	177.453,14	1.295.226,95
Concurso	-		-	
Contratações Diretas				
Dispensa	1.300,00	9.475,91	1.300,00	9.475,91
Inexigibilidade	-		-	
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos (Cartão de Pagamento do Governo Federal)	1.621,55	5.666,01	-	5.666,01
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	-	-	-	-
Diárias	11.384,86	40.783,53	-	40.783,53
Diárias para Colaborador eventual	2.336,40	-	927,72	-
Outros				

Nos dados das tabelas acima, estão contemplados todos os recursos que foram disponibilizados para Ação 4842, para a realização das atividades ao Programa Nacional de erradicação e Prevenção da Febre Aftosa – PNEFA, bem como as despesas com os veículos a disposição do SISA - PI, além da aquisição de materiais permanentes e de consumo.

Na análise geral, não houve eventos internos ou externos que prejudicaram a execução orçamentária desta Ação, pois não houve contingenciamento de recursos, sendo todas as programações orçamentárias prontamente atendidas pelo Departamento de Saúde Animal DSA/MAPA.

A execução das atividades relacionadas ao Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa – PNEFA é realizada pelo Serviço de Inspeção e Saúde Animal – SISA-DDA/SFA-PI, tendo sido planejadas supervisões no Serviço Veterinário Estadual, supervisões estas efetuadas na estrutura da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Piauí – ADAPI, que é o órgão estadual responsável pela execução da defesa sanitária animal. Além das supervisões também foram realizadas vistoria com o objetivo de realizar o acompanhamento “in loco” da execução do co convênio nº 003/2009 MAPA /ADAPI



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
 Serviço de Apoio Administrativo

Tabela VIII - Detalhamento de Transferências

Tipo	Código SIAFI	Identificação do Termo Inicial ou de aditivos (nº do processo e do Termo, data assinatura, vigência etc.)	Objeto	Data de publicação no OU	Valor Total pactuado R\$	Contrapartida	Beneficiário (Razão Social e CNPJ)	Situação da avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE S/N?)
1	713259	- Processo Inicial nº 21038.000707/2009-13, data de assinatura: 23/11/2009, vigência até 31/12/2009 - Processo 1º Termo Aditivo nº 21038.002344/2009-42, data do TA: 30/12/2009, vigência até 31/07/2010. - Processo 2º Termo Aditivo nº 21038.001140/2010-28, data do TA 23/06/2010, vigência até 31/12/10 Processo 3º Termo Aditivo nº 21038.002063/210-23, vigência até 30/06/2011	Aumentar a eficiência do Sistema de Defesa Sanitária Animal do Estado do Piauí, através da implementação das ações preconizadas pelos programas de saúde animal implantados pelo MAPA e executados pela ADAPI, com ênfase no Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa	01/12/09 a 15/01/10	5.154.990,76	515.499,80	Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Piauí – ADAPI. CNPJ: 07.812.549/0001-20	Convênio em execução. Não foi prestado contas e não há TCE.



2.3.1.3.1.2.3 Ação 8658 – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais

Tabela VIX - Dados Gerais da Ação 8658

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Garantir a segurança zoonosológica nacional, visando agregar valor qualitativo aos animais, seus produtos e subprodutos, por meio da prevenção, controle e erradicação de enfermidades dos animais, de acordo com os parâmetros técnicos e sanitários recomendados internacionais.
Descrição	Estabelecimento de diretrizes zoonosológicas para o país, com o estabelecimento de barreiras sanitárias e estações de quarentena; elaboração de planos de contingência e de emergência; caracterização de áreas do País, zonas ou propriedades livres de enfermidades; campanhas nacionais e regionais de prevenção e controle local; consolidação de sistema de informação zoonosológica; edição de atos normativos (Instruções Normativas e Portarias) e acordos internacionais.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Coordenação-Geral de Combate às Doenças – CGCD
Coordenador Nacional da Ação	Jamil Gomes de Souza
Unidade Executora	Serviço de Sanidade Agropecuária – SEDESA-DT/SFA-PI

As atividades desenvolvidas nesta Ação são realizadas pela Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Piauí – ADAPI, com supervisão direta do Serviço de Inspeção e Saúde Animal – SISA/DDA/SFA-PI e estão inseridas nas diretrizes dos Programas Sanitários implantados pelo Departamento de Saúde Animal – DSA/SDA/MAPA.



2.3.1.3.1.2.3 Execução Orçamentária da Ação

Tabela X – Movimentação Orçamentária por grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedent e ou recebedor a	Classificação da Ação	Despesas Correntes		
				1- Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concebidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	130021	8658	-	-	101.717,67
Movimentação Externa	Concebidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-

Tabela XI – Despesas Correntes por Grupo e Elementos de Despesas

Grupos de Despesas	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
3 – Outras Despesas Correntes								
3390-14	32.326,83	13.041,10	32.326,83	13.041,10	-	-	32.326,83	13.041,10
3390-30	13.903,19	12.100,22	13.903,19	12.100,22	2.942,24	-	10.960,95	9.356,62
3390-33	28.796,62	4.544,16	28.796,62	4.544,16	327,41	-	28.469,21	4.544,16
3390-36	17.372,59	8.945,00	17.372,59	8.945,00	-	-	17.372,59	8.945,00
3390-39	9.318,44	-	9.318,44		334,66	-	8.983,78	-
3390-41	-	319.150,00	-	319.150,00	-	-	-	-
3390-42	-	433.682,00	-	433.682,00	-	-	-	-

Tabela XII – Despesas de Capital por Grupo e Elementos de Despesas

Grupos de Despesas	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
Investimentos								
4490-52	-	861.486,96	-	861.486,96	-	861.486,96	-	861.486,96

Obs: Não houve despesas de capital para investimento



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
 Serviço de Apoio Administrativo

Tabela XIII – Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas	
	2009	2010	2009	2010
Licitação				
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	-	854,77	-	854,77
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	46.416,34	873.350,11	46.416,34	870.606,51
Concurso	-		-	
Contratações Diretas				
Dispensa	1.000,00	2.482,75	1.000,00	2.482,75
Inexigibilidade	289,99	-	289,99	-
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos (Cartão de Pagamento do Governo Federal)	4.311,92	1.290,71	4.311,92	1.290,71
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	-	-	-	-
Diárias	32.326,83	13.041,10	32.326,83	32.326,83
Diárias para Colaborador eventual	17.372,59	8.945,00	17.372,59	17.372,59
Ressarcimento	-	-	-	-
Outros				



2.3.1.3.1.2.4 Análise Orçamentária da Ação

Nos dados das tabelas acima, estão contemplados todos os recursos que foram disponibilizados para Ação 8658 – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais para a realização das atividades dos Programas Sanitários implantados pelo Departamento de Saúde Animais – DSA, despesas com os veículos a disposição do SISA-PI e aquisição de materiais de consumo.

Na análise geral, não houve eventos internos ou externos que prejudicaram a execução orçamentária desta Ação, pois não houve contingenciamento de recursos, sendo todas as programações orçamentárias prontamente atendidas pelo Departamento de Saúde Animal DSA/MAPA.

A execução das atividades relacionadas foi planejada de modo atender a demanda dos Programas Sanitários inseridos nesta ação: Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos – PNSE; Programa Nacional de Sanidade das Abelhas – PNSAQ; Programa Nacional de Sanidade Avícola – PNSA; Programa Nacional de Sanidade dos Caprinos e Ovinos – PNSCO; Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e outras Encefalopatias; Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal – PNCEBT; Programa Nacional de Sanidade dos Animais Aquáticos – PNSAA; Programa Nacional de Sanidade dos Suídeos – PNSS, sendo realizadas supervisões em estabelecimentos pecuários e laboratórios, colheitas de materiais para fins de diagnósticos, acompanhamento de exames laboratoriais para fins de reteste, supervisões nas ações de médicos veterinários credenciados pela SFA – PI, participação em reuniões e palestras, colheita de amostras em produtos destinados à alimentação de ruminantes. Também foram disponibilizados recursos para o pagamento de diárias a título de colaborar eventual para técnicos da ADAPI, com o objetivo de realizar controle de foco de Raiva dos Herbívoros e controle e captura de morcegos hematófagos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
 Serviço de Apoio Administrativo

2.3.1.3.1.2.5 Detalhamento de Transferências

Tabela XIV - Detalhamento de Transferências

Tipo	Código SIAFI	Identificação do Termo Inicial ou de aditivos (nº do processo e do Termo, data assinatura, vigência etc.)	Objeto	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado R\$	Contrapartida	Beneficiário (Razão Social e CNPJ)	Situação da avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE S/N?)
1	744349	- Processo Inicial nº 21038.000618/2010-01, data de assinatura: 02/06/2010, vigência até 31/02/07/2011	Viabilizar a execução das ações inerentes aos programas sanitários de saúde animal implantados pelo MAPA no estado do Piauí executados pela ADAPI, exceto o PNEFA.	22/12/10	836.480,00	86.648,00	Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Piauí – ADAPI. CNPJ: 07.812.549/0001-20	Convênio aguardando a liberação dos recursos por parte do MAPA para início da execução.



2.3.1.3.1.2.6 Ação 2139 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, Seus Produtos e Insumos

Tabela XV - Dados Gerais da Ação 2139

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Manter em níveis satisfatórios o estado sanitário dos rebanhos nacionais, protegendo áreas reconhecidas como livres de agentes causadores de doenças.
Descrição	Elaboração de normas; coordenação, integração e cooperação técnica com as instâncias estaduais e municipais no trato da vigilância e do controle zoossanitário do trânsito de animais no território nacional; capacitação de recursos humanos na área de vigilância zoossanitária; análise de risco e quarentena animal.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Coordenação-Geral de Combate às Doenças – CGCD
Coordenador Nacional da Ação	Jamil Gomes de Souza
Unidade Executora	Serviço de Sanidade Agropecuária – SEDESA-DT/SFA-PI

2.3.1.3.1.2.7 Execução Orçamentária da Ação

Tabela XVI - Despesas Correntes por Grupo e Elementos de Despesas

Grupos de Despesas	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
3 – Outras Despesas Correntes								
3390-39	-	2.000,00	-	2.000,00	-		-	2.000,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
 Serviço de Apoio Administrativo

Tabela XVII - Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas	
	2009	2010	2009	2010
Licitação				
Convite	-		-	
Tomada de Preços	-		-	
Concorrência	-		-	
Pregão	-			
Concurso	-		-	
Contratações Diretas				
Dispensa	-	2.000,00	-	2.000,00
Inexigibilidade	-		-	
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos (Cartão de Pagamento do Governo Federal)	-			
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	-		-	
Diárias	-		-	
Outros				



2.3.1.3.1.3 Programa 0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

2.3.1.3.1.3.1 Dados Gerais:

Tabela XVIII – Dados Gerais do Programa 0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas.

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos usuários
Gerente do Programa	Inácio Afonso Kroetz
Gerente Executivo	Inácio Afonso Kroetz
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Aurino Antonio Nunes Guimarães
Indicadores ou Parâmetros Utilizados	Número de Estabelecimentos de Fiscalizados
Público-alvo (beneficiários)	Cadeia agropecuária: Estabelecimentos registrados no DIPAO/MAPA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
 Serviço de Apoio Administrativo

2.3.1.3.1.3.2 Principais Ações do Programa

2.3.1.3.1.3.2.1 Ação 8938. Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal

2.3.1.3.1.3.2.1.1 Dados Gerais

Tabela XIX – Dados Gerais da Ação 8938- Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal:

Tipo	Finalística
Finalidade	Garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica, a identidade e qualidade dos produtos e subprodutos de origem animal.
Descrição	A) Inspeção tecnológica e higiênico-sanitária nas indústrias que abatem animais ou recebem, produzem, manipulam e beneficiam matéria-prima de origem animal, envolvendo a inspeção ante-mortem e post-mortem dos animais de consumo humano, a fiscalização dos produtos industrializados, subprodutos e derivados de modo geral, decorrentes do abate, a fiscalização dos estabelecimentos das áreas de leite, pescado, ovos, mel, cera de abelha e outros produtos apícolas, coalhos, margarinas, produtos derivados e subprodutos de origem animal, comestíveis ou não-comestíveis, adicionados ou não de produtos vegetais, bem como aqueles que armazenam, distribuem ou manipulam estes produtos, e a realização de rotinas operacionais com vistas à confirmação do atendimento às normas vigentes e aos acordos internacionais para manutenção do Brasil no mercado de exportação; B) Fiscalização dos produtos acabados (industriais) e dos estabelecimentos comerciais que geram grandes quantitativos de apreensão de produtos adulterados ou de qualidade comprometida; C) Estabelecimento de diretrizes básicas, normas e regulamentos para a garantia da qualidade dos produtos de origem animal, baseados nos princípios gerais do Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC) e seus pré-requisitos Boas Práticas de Fabricação (BPF) e Procedimentos-Padrão de Higiene Operacional (PPHO) e Sistema de Análise de Risco nos processos de produção, beneficiamento, armazenamento, transporte e processamento; inspeção, certificação, monitoramento, supervisões, auditorias e rastreamento do sistema; capacitação de recursos humanos (fiscais, auditores, RT e demais agentes envolvidos na cadeia produtiva); supervisão e auditoria das atividades descentralizadas ou credenciadas; D) Classificação e tipificação de produtos de origem animal destinados ao comércio interestadual ou internacional e certificação de produtos com qualidade diferenciada.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	SDA/DIPOA
Unidade Executora	SFA - PI
Área Responsável Pelo Gerenciamento ou Execução	SISA – DT/SFA - PI
Coordenador Nacional da Ação	Pedro Henrique Salgado Bueno
Coordenador Estadual da Ação	Chefe do SISA – Eduardo Piauilino Mota
Unidade Executora	SISA/SFA/PI



2.3.1.3.1.3.2.1.2 Execução Física das Ações Realizadas

Os dados abaixo estão de acordo com o Plano Plurianual 2008–2011 e os resultados são correspondentes aos inseridos no Sistema Integrado de Planejamento (SIPLAN).

Tabela XX - Execução Física das Ações Realizadas

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física - Meta		
							Prevista corrigida	Realizada	Prevista para 2011
A	NF	0356	8938	A	3	Estabelecimento fiscalizado	17	17	38

2.3.1.3.1.3.2.1.3 Resultados

Nesta Ação o resultado foi satisfatório, cumprindo todas as metas previstas. A elevação do número de estabelecimentos para 2011, de 17 para 38 é devido à inclusão dos estabelecimentos relacionados (ER), apenas com registro do Estado.

2.3.1.3.1.4 Conclusões

2.3.1.3.1.4.1 Sanidade Animal

Na análise dos resultados apresentados pelo Serviço de Inspeção e Saúde Animal SISA/DDA/SFA – PI, na área de saúde animal, pode-se considerar um bom desempenho operacional, tendo sido desenvolvidas atividades praticamente em todas as ações de sanidade animal, inerentes aos SISA/DDA/SFA – PI, exceção se faz a Ação 2139 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e Insumos, onde não foram descentralizados os recursos financeiros para a execução das atividades.

As programações orçamentárias realizadas pelo SISA - PI, destinadas ao Departamento de Saúde Animal – DSA/SDA/MAPA, foram todas atendidas, fator esse determinante para uma boa execução das atividades programadas no ano de 2010, exceção na Ação 2139 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, seus Produtos e Insumos.

Mas uma vez as limitações ocorreram, em muitos casos, devido ao número insuficiente de Fiscais Federais Agropecuários, onde um FFA é responsável pela execução de vários Programas Sanitários.

2.3.1.3.1.4.2 Inspeção Animal

Na análise dos resultados apresentados pelo Serviço de Inspeção e Saúde Animal SISA/DDA/SFA – PI, na área da Inspeção Animal, o desempenho operacional foi satisfatório, tendo em vista o cumprimento das metas previstas.

A descentralização orçamentária e financeira realizada conforme a programação estabelecida favoreceu o desempenho das ações de inspeção no ano de 2011.



2.3.2 Programas Executados pelo Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal – SISV/DDA/SFA-PI

2.3.2.1 Competência Institucional

O Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal – SISV desenvolve ações de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal e Sanidade Vegetal, tendo sido implantado através da Portaria nº. 428, de 09 de junho de 2010, sendo este Serviço vinculado a Divisão de Defesa Agropecuária – DDA, da Superintendência Federal de Agricultura no Piauí, e no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, ao Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal - DIPOV e Departamento de Sanidade Vegetal – DSV da Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA.

Dentre as principais atividades desenvolvidas pelo SISV/DDA/SFA/PI, destacam-se.

- Programar, promover, orientar e controlar a execução das atividades de vigilância fitossanitária; prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais; aplicação das medidas de defesa fitossanitária, com vistas a evitar a disseminação de pragas dos vegetais; fiscalização do trânsito interestadual de vegetais, partes de vegetais e de produtos e subprodutos de origem vegetal, quando da ocorrência de pragas na região de origem; orientar, acompanhar, controlar e auditar a execução de convênios, ajustes, acordos, contratos e demais instrumentos de parcerias voltados à defesa sanitária vegetal; elaborar plano operativo anual das ações de sanidade vegetal.
- Programar, promover, orientar e controlar a execução das atividades de fiscalização e supervisão técnica da classificação de matérias-primas, produtos e subprodutos e derivados de origem vegetal; inspeção e fiscalização higiênico-sanitária e tecnológica dos estabelecimentos que produzem, fabricam, padronizam, acondicionam, engarrafam, importam e exportam vinhos, derivados da uva e do vinho, bebidas e vinagres, inclusive os estabelecimentos cadastrados como importadores de vinhos estrangeiros e derivados da uva e do vinho para o mercado nacional; controle higiênico-sanitário dos produtos vegetais oriundos da produção interna, da importação e destinados à exportação; orientar, acompanhar e auditar atividades de classificação de produtos de origem vegetal, subprodutos, derivados e resíduos de valor econômico, de competência estadual outorgada pela legislação específica; emitir pareceres e proceder aos registros de vinhos, bebidas, vinagres e fermentados acéticos; colher amostras de derivados da uva e do vinho, bebidas,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

vinagres e de produtos vegetais, subprodutos, derivados, matérias- primas, resíduos e materiais de valor econômico de origem vegetal para fins de análise fiscal; estudar e propor alterações de padrões e especificações de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico; opinar, emitindo pareceres, sobre pedidos de credenciamento de pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, para execução de atividades da classificação de produtos de origem vegetal; subsidiar levantamento de necessidades e desenvolver programações de treinamento e formação de classificadores de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico; acompanhar, orientar e auditar as entidades certificadoras de produtos de origem vegetal credenciadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; instruir processo administrativo fiscal decorrente de infração aos dispositivos legais.



2.3.2.2 Recursos Humanos

O SISV/DDA/SFA-PI, no momento, dispõe de um Quadro de pessoal reduzido para fazer frente às suas inúmeras atribuições regimentais, contando efetivamente com apenas 06 (seis) fiscais federais agropecuários, dos quais 04 (quatro) já possuem tempo de aposentadoria. Este Quadro é, sobretudo, alarmante e urge que o governo federal, o quanto antes, realize concurso nesta área. Dispõe também de um agente administrativo e 03 (três) agentes de atividades agropecuárias com atuação na área de classificação vegetal.

2.3.2.3 Programas

As ações do SISV/DDA/SFA-PI, estão inseridas no Plano Plurianual (PPA) 2008-2011, nos Programas e Ações abaixo relacionados:

Tabela XXI - Atribuições dos Fiscais Federais Agropecuários lotados no SISV/DDA/SFA-PI

Programa	Ação
0356 - Segurança e Qualidade de Alimentos	4746 - Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais.
	8939 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal.
0357-Segurança da Sanidade na Agropecuária	2134– Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos.
	4738–Erradicação da Mosca da Carambola.
	8572 – Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais.

2.3.2.3.1 Principais Ações por Programa

2.3.2.3.2 Programa 0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

Tabela XXII - Dados Gerais do Programa 0356

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Garantir a segurança alimentar
Objetivo específico	Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos consumidores.
Gerente do programa	Francisco Sérgio Ferreira Jardim
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Chefe do SISV/DDA/SFA-PI
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Produto fiscalizado (relativo à Ação 4746). Estabelecimento inspecionado (relativo à ação 8939).
Público alvo (beneficiários)	Produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas de mercadorias e consumidores



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
 Serviço de Apoio Administrativo

2.3.2.2.2 Execução Física das Ações Realizadas

Os dados abaixo estão de acordo com o Plano Plurianual 2008–2011 e os resultados são correspondentes aos inseridos no Sistema Integrado de Planejamento (SIPLAN).

Tabela XXIII - Dados Gerais das Ações 0356

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física - Meta		
							Prevista corrigida	Realizada	Prevista para 2011
A	NF	0356	4746	A	3	Tonelada	500	262	500
A	NF	0356	8939	A	3	Unidade	45	38	45

Função: (A) Agricultura. Subfunção: (NF) Normatização e Fiscalização; (FRH) Formação de Recursos Humanos; (DTE) Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia; (PCA) Preservação e Conservação Ambiental; (NQ) Normalização e Qualidade; (AG) Administração Geral; (AB) Abastecimento. Prioridade: 1 – Ação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) exceto PPI, 2 – Ação do PPI (Projeto Piloto de Investimento), 3 – Demais Ações Prioritárias, 4 – Ação não Prioritária. Tipo da Ação: (A) Atividade.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
 Serviço de Apoio Administrativo

2.3.2.3.2.3 Ação 4746 – Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais

Tabela XXIV - Dados Gerais da Ação 4796

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Avaliar a identidade e a qualidade dos produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico durante as fases de processamento, industrialização, beneficiamento e embalagem, visando impedir o comércio de produtos não conformes, garantindo ao consumidor alimentos inócuos.
Descrição	- Fiscalização em estabelecimentos que processam, industrializam, beneficiam e embalam produtos vegetais para verificar se os produtos estão sendo ofertados em conformidade com os padrões oficiais de classificação estabelecidos pelo MAPA; - participação em estudos e proposições para alteração de padrões oficiais de classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico; - colheita de amostras de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico para fins de classificação de fiscalização; - fiscalização da execução dos serviços executados pelas empresas e entidades credenciadas, no que se refere aos requisitos técnicos de instalações, equipamentos, sistema de controle de processos e à qualidade dos serviços; - fiscalização do registro, no Cadastro Geral de Classificação, das pessoas físicas e jurídicas envolvidas no processo de classificação; - fiscalização dos quantitativos classificados em relação aos comercializados.
Unidade Responsável pelas Decisões Estratégicas	Coordenação Geral de Qualidade Vegetal – CGQV/DIPOV/SDA/MAPA
Coordenador Nacional da Ação	Fábio Florêncio Fernandes
Unidade Executora	Superintendência Federal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Piauí – SFA/PI
Área Responsável por Gerenciamento ou Execução da ação	Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal – SISV/DDA/SFA-PI (Chefe do Serviço: Walter Almeida de Sousa)
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Portaria MAPA nº 835/2009 e Portaria MAPA nº 428/2010.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
 Serviço de Apoio Administrativo

2.3.2.3.2.3.2 Execução Orçamentária da Ação

Tabela XXV - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		
				Pessoal e Encargos Sociais (1)	Juros e Encargos da Dívida (2)	Outras Despesas Correntes (3)
Movimentação Interna	Concebidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	130021	4746	-	-	22.528,90
Movimentação Externa	Concebidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		
				Investimentos (4)	Inversões financeiras (5)	Outras Despesas de Capital (6)
Movimentação Interna	Concebidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	130021	4746	679,95	-	-
Movimentação Externa	Concebidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-

Tabela XXVI - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3 – Outras Despesas Correntes								
3390-14	15.969,99	7.769,49	15.969,99	7.769,49	-	-	15.969,99	7.769,49
3390-30	4.000,00	1.941,54	4.000,00	1.941,54	41,98	5,04	2.916,76	592,02
3390-33	22.936,41	7.467,08	22.936,41	7.467,08	-	-	22.936,41	7.467,08
3390-36	-	-	-	-	-	-	-	-
3390-39	9.685,99	5.350,79	9.685,99	5.350,79	1.555,38	-	7.082,53	3.486,98
3390-93	50,00	-	50,00	-	-	-	50,00	-



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
 Serviço de Apoio Administrativo

Tabela XXVII - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos								
4490-52	69.952,41	679,95	69.952,41	679,95	67.999,26	67.421,31	1.953,15	-
5 – Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
6 – Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-

Tabela XXVIII - Despesas por Modalidade de Contratação.

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação				
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	2.551,51	-	-	-
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	100.436,98	11.240,57	-	9.754,54
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Registro de Preços	-	-	-	-
Contratações Diretas				
Dispensa	1.300,00	2.407,25	-	-
Inexigibilidade	-	-	-	-
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	3.586,32	1.791,54	-	1.791,54
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	-	-	-	-
Diárias	15.969,99	7.769,49	-	7.769,49
Outros	50,00	-	-	-



2.3.2.3.2.3.3 Análise Orçamentária da Ação

Os dados das tabelas apresentadas contemplam todos os recursos orçamentários utilizados para execução das ações relacionadas à Ação 4746, do Programa Nacional de Segurança e Qualidade de Alimentos (Código 0356).

No primeiro trimestre do ano de 2010, buscou-se concentrar as fiscalizações na capital do Estado, Teresina, por não demandar recursos orçamentários para a sua execução, em virtude da escassez de recursos disponíveis à Coordenação Nacional para descentralização às unidades descentralizadas, comumente verificadas no início de cada exercício, decorrente do processo de aprovação do Orçamento Geral da União pelo Congresso Nacional.

Durante todo o exercício devido à considerável quantidade de processos administrativos instaurados, a partir da lavratura de diversos autos de infração, no ano de 2009, boa parte dos esforços foi direcionada para a relatoria desses processos e outros procedimentos de instrução processual.

As atividades desenvolvidas relacionadas à Ação incluem a fiscalização de estabelecimentos embaladores e atacadistas/varejistas, a fiscalização de produtos vegetais padronizados, por meio da coleta de amostras de fiscalização, e a fiscalização dos serviços executados pelas entidades credenciadas, as quais prestam serviços de classificação vegetal.

No total, foram descentralizados, no ano de 2010, pela Coordenação Nacional da Ação, à SFA/PI, por meio do PI: PADCLASSIF, um montante de R\$ 23.208,85, dos quais foi executado R\$ 19.315,57, correspondente a 83,23%, o que reflete a boa capacidade de utilização dos recursos disponibilizados.

Tabela XXIX– Metas e resultados da ação 4776 no exercício 2010.

META	DISPONIBILIZADO ou PREVISTO (D)	EXECUTADO (E)	(E / D) x 100
Financeira	R\$ 23.208,85	R\$ 19.315,57	83,23%
Física	500 toneladas ou m ³ de produto fiscalizado	262 toneladas ou m ³ de produto fiscalizado	52,40%



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
 Serviço de Apoio Administrativo

Em relação à execução da meta física “tonelada, ou metro cúbico, de produto fiscalizado”, foram fiscalizadas 262 toneladas (ou m³) de produtos, o que representou uma execução pouco superior à metade da meta física prevista pela Coordenação Nacional da Ação. Este fato pode estar diretamente relacionado à escassez de fiscais federais agropecuários atuando na área de fiscalização da qualidade vegetal, uma vez que a equipe conta apenas com um elemento. Nesse sentido, não obstante a atividade possuir três agentes de atividade agropecuária (classificadores), muitas atividades são exclusivas de fiscal de nível superior, o qual tem que, na maioria das vezes, executar as ações de campo e ainda atuar em atividades administrativas e de gestão, no desempenho das atividades relativas ao Plano Interno. Vislumbra-se que o ideal seria haver, no mínimo, dois fiscais de nível superior atuando com exclusividade na área, posto que haveriam duas equipes, as quais se revezariam nas atividades de campo e de escritório.

Tal estrangulamento se reflete diretamente na capacidade de execução física da meta física e de outros indicadores referentes à Ação em questão.

Como principal restrição à execução da Ação pode-se citar a remoção de um, do total de dois FFAs que atuam na área de fiscalização da qualidade vegetal, o que representou a redução de 50% da força de trabalho disponível para execução da Ação, fator que impacta severamente na capacidade de execução de suas metas físicas e orçamentárias.

Na Tabela 6 é apresentada a evolução dos indicadores de execução física, entre os exercícios 2008, 2009 e 2010, os quais, apesar de não constarem no SIPLAN, são mensurados e encaminhados, mensalmente, à Coordenação Nacional da Ação. Tais resultados revelam ganhos consideráveis em relação a todos os indicadores, considerando a evolução anual.

Tabela XXX – Evolução dos indicadores de execução física do PI: PADCLASSIF da SFA/PI (2008, 2009 e 2010).

Indicador	Ano		
	2008	2009	2010
Estabelecimentos fiscalizados	37	65	23
Entidades credenciadas fiscalizadas	0	3	0
Produto fiscalizado (t ou m ³)	708	1.765	262
Amostras de produtos coletadas	27	76	18
Autos de infração lavrados	28	52	17
Multas aplicadas (R\$)	37.684,75	118.566,60	274.939,00
Multas recolhidas (R\$)	15.613,13	20.642,78	64.233,90
Advertências aplicadas	8	14	20
Processos enviados para cobrança executiva	4	7	15
Processos administrativos instaurados (apuração de irregularidades à legislação da classificação vegetal)	31	62	16



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

Pode-se observar, com base na Tabela mostrada anteriormente, que a carência de pessoal de nível superior atuando na atividade de qualidade vegetal da SFA/PI, relativa à Ação em análise, refletiu-se na redução da capacidade de fiscalização em relação aos anos anteriores, em que havia o dobro de fiscais de nível superior e menor montante de processos instaurados a serem instruídos. Tal fato pode ser ilustrado pela emissão, apenas em 2010, de cerca de 50 relatórios de instrução de processos para julgamento em primeira ou segunda instância, além da aplicação de quase R\$ 275 mil em multas aos infratores e de 20 advertências, tendo sido recolhidos mais de R\$ 64 mil e enviados 15 processos para cobrança executiva, via Procuradoria da Fazenda Nacional do Piauí (Tabela 06).

No que tange à fiscalização dos serviços das entidades credenciadas, foram realizadas 03 (três) inspeções para fins de renovação de credenciamento em Postos de Serviço credenciados junto ao MAPA no Estado, da Adapi e da Conab/Sureg-PI.

No que concerne à coleta de amostras para classificação de fiscalização, visando à aferição da identidade e qualidade dos produtos, em relação aos padrões oficiais de classificação aplicáveis estabelecidos pelo MAPA, foram coletadas, no total, 18 amostras.

De acordo com a tabela apresentada a seguir, envolvendo o desempenho operacional da Ação, no ano de 2010, pôde-se verificar uma redução na eficiência de cerca de 59%, na eficácia próximo a 48% e uma efetividade em relação ao número de estabelecimentos fiscalizados de 64%. A queda observada nos dois primeiros indicadores citados pode ser atribuída aos fatores já mencionados no presente Relatório, notadamente no que tange à reduzida força de trabalho disponível para execução da Ação, associada à perda de 50% dessa força de trabalho, ao longo do exercício.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
 Serviço de Apoio Administrativo

Tabela XXXI – Desempenho operacional da Ação 4776 (Ano 2010).

Tipo de Indicador			
Atributo	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição dos indicadores	É o custo de uma unidade de produto ou serviço da ação em relação à estimativa inicial.	É o número de unidades realizadas dos serviços ou produtos da ação, como um percentual do valor programado.	É o número de unidades realizadas dos serviços ou produtos da ação, como um percentual do universo dos serviços ou produtos ao qual se refere à ação.
Unidade Medida	R\$	%	%
Fonte	SFA	SFA	SFA
Fórmula de Cálculo	CUR = CR / QR CUR = 19.315,57 / 262 CUR = R\$ 73,72 CUP = CP / QP CUP = 23.208,85 / 500 CUP = R\$ 46,42 VCU = CUR – CUP VCU = R\$ 73,72 – R\$ 46,42 VCU = R\$ 27,30 => Taxa de variação entre CUR e CUP (TVCU), %: TVCU = [(CUR – CUP) / CUP] x 100 TVCU = [(R\$ 73,72 – R\$ 46,42) / R\$ 46,42] x 100 = TVCU = 58,81%	PRM = [(QR – QP) / QP] x 100 PRM = [(262 – 500) / 500] x 100 PRM = - 47,6% da meta física foi cumprida.	PRO = [(QPR – QPU) / QPU] x 100 PRO = [(23 – 36) / 36] x 100 PRO = - 36,11%, ou seja, 63,89% do universo foi coberto.
Descrição das siglas	CR=custo realizado; CP=custo programado; CUP=custo unitário programado; CUR=custo unitário realizado; QP=quantidade programada; QR=quantidade realizada; VCU=variação entre o custo unitário programado e custo unitário realizado.	PRM=percentual de realização das metas programadas; QR=quantidade realizada; QP=quantidade programada.	PRO=percentual de resultados obtidos; QPU=quantidade total do universo de serviços ou produtos da ação (estabelecimentos); QPR=quantidade realizada de serviços ou produtos da ação (estabelecimentos).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
 Serviço de Apoio Administrativo

2.3.2.3.2.4 Ação 8939 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal

Tabela XXXII - Dados Gerais da Ação 8939.

Tipo da ação	Atividade
Finalidade	Garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Descrição	Estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para o controle da qualidade dos alimentos, bebidas e demais produtos e derivados de origem vegetal; inspeção, fiscalização, registro, credenciamento, monitoramento, certificação e auditorias dos pontos industriais de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, bem como realização de análise prévia à importação e exportação desses produtos; capacitação de recursos humanos para a fiscalização da qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; celebração de convênios entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais entidades envolvidas nas ações de inspeção e fiscalização dos estabelecimentos produtores de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação-Geral de Vinhos e Bebidas – CGVB/DIPOV/DAS/MAPA
Coordenador nacional da ação	Helder Moreira Borges
Unidades executoras	Superintendência Federal de Agricultura no Piauí – SFA/PI
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal – SISV/DDA-PI
Responsável pela execução da ação no nível local	Chefe do Serviço de Inspeção e Sanidade vegetal - SISV/DDA/SFA-PI

Tabela XXXIII - Metas e Resultados da Ação do PI: IPVEGETAL2 no exercício 2010.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Financeira (R\$)	42.960,75	33.163,64	77,1
Física (nº de estabelecimentos inspecionados)	45	38	84,4

Fonte: SIAFI, SIPLAN.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
 Serviço de Apoio Administrativo

Tabela XXXIV - Descrição da previsão e execução da meta financeira no exercício.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/ PREVISÃO (%)
3390-14	Diárias	25.860,75	23.077,04	89,2
3390-30	Material de Consumo	2.500,00	1.951,08	78,0
3390-33	Passagens e Despesas com Locomoção	10.900,00	8.010,52	73,4
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – PJ	700,00	125,00	18,0
4490-52	Material Permanente	3.000,00	0,00	0,0
Total	-	42.960,75	33.163,64	77,1

Fonte: SIAFI.



2.3.2.3.2.4.2 Resultados

A área de inspeção e fiscalização de bebidas e vinagres do SISV-PI contou com três fiscais federais agropecuários na realização desta ação, sendo dois localizados na sede da SFA/PI e um com lotação na cidade de Parnaíba-PI, com dedicação parcial face o desempenho de outra ação.

No início do ano de 2010 o serviço contou com 53 (cinquenta e três) estabelecimentos produtores registrados no Estado do Piauí, dos quais 02 (dois) são estabelecimentos comerciais com atividades de importação/exportação de bebidas, sendo que em dezembro de 2010 esse número passou para 59 (cinquenta e nove). O aumento deu-se em função da instalação de novas unidades de produção de bebidas no Estado em razão, possivelmente, do crescimento econômico do país.

A inspeção e a fiscalização, “in loco”, nas agroindústrias são importantes, pois é onde se avalia o processo de elaboração das bebidas, verificação das instalações físicas/equipamentos e faz-se a colheita de amostras de natureza fiscais com o objetivo de aferir a qualidade dos produtos produzidos e ofertados ao consumidor final (vinhos, bebidas e vinagres).

As atividades executadas, no ano de 2010, demandaram de análises de processos para registros/alterações/renovação dos registros de estabelecimentos e produtos, emissão de relatório de instrução para julgamento, instauração e julgamento de processos de apuração de infrações, avaliação de conformidade das composições químicas das bebidas, inspeções das instalações, equipamentos e condições higiênico-sanitárias das agroindústrias registradas, emissão de registros de estabelecimentos e produtos, fiscalização do comércio de vinhos e bebidas, e interdição de estabelecimento por não atendimento a norma legal que rege a produção de bebidas, dentre outras.

No ano de 2010 destaca-se a ação especial de fiscalização de bebidas (refrigerantes e preparados líquidos para refresco), visando detectar fraudes (uso de edulcorante em substituição ao açúcar), como forma de evitar o comércio de produtos fora dos padrões estabelecidos. Na oportunidade ficou constatada, conforme resultados das análises laboratoriais, que as indústrias do estado do Piauí, objetos de fiscalização, apresentaram produtos dentro dos padrões de identidade e qualidade estabelecidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, como também a participação em força-tarefa, em Brasília/DF, para elaboração de relatoria de processos em segunda instância, por solicitação da Coordenação-Geral de Vinhos e Bebidas – CGVB/DIPOV/DAS/MAPA.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
 Serviço de Apoio Administrativo

Tabela XXXV - Comparativo da atuação da Inspeção nos anos de 2008, 2009 e 2010.

ANO	TI	Int.	TA	PF	RE	RP	LV	Tin	CAm	AI	Atend.
2008	68	65	08	204	00	12	02	02	46	12	222
2009	58	10	05	182	07	52	02	02	39	07	71
2010	38	09	00	101	08	32	08	00	33	05	89

Fonte: SISV/DDA-PI

Legenda: <i>TI</i> – Termo de Inspeção (nº) <i>Int.</i> – Intimação (nº) <i>TA</i> – Termo de Apreensão (nº) <i>PF</i> – Produto Fiscalizado (nº) <i>RE</i> – Registro de Estabelecimento (nº) <i>RP</i> – Registro de Produto (nº)	<i>TIn</i> – Termo de Inutilização (nº) <i>CAm</i> – Amostras colhidas para análise fiscal (nº) <i>AI</i> – Auto de Infração (nº) <i>Atend.</i> – Atendimento a clientes externos - (nº) (pessoal, e-mail e telefone) <i>LV</i> – Laudo de Vistoria (nº)
--	---

Tabela XXXVI - Outras Atividades Desenvolvidas na Ação 8939.

ATIVIDADES	QUANTIDADE
Participação em reunião local e evento nacional (nº)	10
Multa aplicada (R\$)	20.596,50
Parecer técnico (nº)	45
Apuração de denúncia formal (nº)	02
Cancelamento de registro de produto (nº)	15
Cancelamento de registro de estabelecimento	01
Instauração de processo de apuração de infração	05

Fonte: SISV/DDA-PI



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
 Serviço de Apoio Administrativo

Tabela XXXVII – Indicadores de desempenho operacional do PI: IPVEGETAL2 para o produto “Estabelecimento Inspeccionado”.

Atributo	Tipo de Indicador		
	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição dos indicadores	É o Custo de uma unidade de produto ou serviço da ação em relação à estimativa inicial	Nº de inspeções realizadas como percentual da meta física programada	É o número de unidades realizadas dos serviços ou produtos da ação, como um percentual do universo dos serviços ou produtos ao qual se refere à ação.
Unidade de medida:	R\$	Porcentagem	Porcentagem
Fonte	SFA	SFA	SFA
Fórmula de cálculo:	$\text{CUR2010} = (\text{CR2010} / \text{QEI2010})$ $\text{CUR2010} = 8.941,13 / 38$ $\text{CUR2009} = \text{R\$ } 235,00$ $\text{CUP2010} = (\text{CP2010} / \text{QEP2010})$ $\text{CUP2010} = 20.859,28 / 45$ $\text{CUP2010} = \text{R\$ } 463,50$ $\text{VCU2010} = \text{CUR2010} - \text{CUP2010}$ $\text{VCU2010} = 235,00 - 463,50$ $\text{VCU} = \text{R\$ } -228,50$ Taxa de variação entre CUR2010 e CUP2010, %: $\text{TVCU} [(\text{CUR} - \text{CUP}) / \text{CUP}] \cdot 100$ $[(235,00 - 463,50) / 463,50] \cdot 100$ $\text{TVCU} = -49,0 \%$	Relação entre o nº de estabelecimentos inspeccionados e o nº de estabelecimentos programados: $(\text{QEI2010} : \text{QEP2010}) \cdot 100$ $= (38 / 45) \cdot 100 = 84,4\%$ $\text{PRM2010} = [(\text{QEI20010} - \text{QEP2010}) / \text{QEP2010}] \cdot 100$ $\text{PRM} = [(38 - 45 / 100) \cdot 100 = \text{PRM} = -7.$	$\text{PRO2010} = [(\text{QEI2010} - \text{QTE2010}) / \text{QTE}] \cdot 100$ $\text{PRO} = [(38 - 53 / 53) \cdot 100$ $\text{PRO} = -28,0\%, \text{ ou seja, não foi coberto } 28,0\% \text{ do universo, sendo que } 72,0\% \text{ do mesmo foi coberto.}$
Descrição das siglas	CR=custo realizado; CP=custo programado; CUP=custo unitário programado; CUR=custo unitário realizado; QP=quantidade programada; QR=QEI =quantidade estabelecimento inspeccionados; TVCU=VCU=variação entre o custo unitário programado e custo unitário realizado. QEI2010 = quantidade de estabelecimentos inspeccionados em 2010.	PRM = percentual de realização das metas programadas; QR=QEI=quantidade de inspeções realizadas; QP=QEP=quantidade de inspeções programadas.	PRO = percentual de resultados obtidos; QPU=QTE=quantidade total do universo de serviços ou produtos da ação (estabelecimentos); QPR=QEI=quantidade realizada de serviços ou produtos da ação (estabelecimento).



2.3.2.3.2.4.3 Desempenho Operacional

Na avaliação dos resultados apresentados verificou-se que para o produto da ação objeto de análise, “estabelecimento inspecionado”, embora a meta programada não tenha sido atingida em sua totalidade o percentual obtido caracterizou um bom desempenho do Serviço, vez que além do produto objeto de análise dos indicadores de desempenho são desenvolvidas outras atividades fora da ação 8939 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal e que demandam tempo para o fiscal. Ressalte-se que o Indicador de Efetividade indica que não foi possível inspecionar a totalidade dos estabelecimentos industriais no estado, sendo este um parâmetro a ser intensificado no ano de 2011.

O indicador de eficiência obtido mostra que o custo de uma inspeção foi inferior a -49%, em função do número de servidores por viagem de inspeção das indústrias localizadas no interior do Estado.

2.3.2.3.3 PROGRAMA 0357 – Segurança da Sanidade na Agropecuária

2.3.2.3.3.1 Dados Gerais do Programa

Tabela XXXVIII – Dados Gerais do Programa 0357

Tipo de programa	Finalístico.
Objetivo Geral	Garantir a segurança alimentar.
Objetivo Específico	Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitozossanitários dos mercados internos e externos.
Gerente do Programa	Francisco Sérgio Ferreira Jardim
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Chefe do SISV/DDA/SFA-PI
Indicadores ou Parâmetros Utilizados para avaliação do programa	
Público-alvo (beneficiários).	Produtores, consumidores, exportadores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, armazenadores e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
 Serviço de Apoio Administrativo

2.3.2.3.3.2 Execução Física das Ações Realizadas

Os dados abaixo são de acordo com o Plano Plurianual 2008 – 2011 e os resultados são correspondentes aos inseridos no Sistema Integrado de Planejamento – SIPLAN.

Tabela XXXIX – Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física		
							Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser realizada em 2011
A	NF	0357	4738	A	3	Ha	-	-	33.198.329
A	NF	0357	8572	A	3	Ha	38.876	22.600	29.173
A	NF	0357	2134	A	3	Unidade	4.000	20.556	5.000

Função: (A) Agricultura.

Sub-função:(NF) Normatização e Fiscalização; (FRH) Formação de Recursos Humanos; (DTE) Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia; (PCA) Preservação e Conservação Ambiental; (NQ) Normalização e Qualidade; (AG) Administração Geral; (AB) Abastecimento.

Prioridade: 1 – Ação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) exceto PPI, 2 – Ação do PPI (Projeto Piloto de Investimento), 3 – Demais Ações Prioritárias, 4 – Ação não Prioritária.

Tipo da Ação: (A) Atividade.

2.3.2.3.3.3 Principais Ações do Programa

2.3.2.3.3.4 AÇÃO 2134 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos

Tabela XL – Dados gerais da ação 2134

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Garantir a sanidade vegetal, controlando a disseminação de pragas quarentenárias presentes que afetam a agricultura brasileira
Descrição	Elaboração de normas; coordenação, integração e cooperação técnica com as instâncias estaduais e municipais no trato da vigilância e do controle fitossanitário do trânsito de vegetais e seus produtos no território nacional; capacitação técnica; análise de risco e quarentena vegetal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação Geral de Proteção de Plantas - CGPP/DSV
Coordenador nacional da ação	Carlos Artur Franz
Unidades executoras	Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal - SISV/ DDA/ /SFA - PI

Tabela XLI - Metas e Resultados da ação 2134 no exercício 2010

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/ PREVISÃO
FINANCEIRA (R\$)	7.400,00	6.805,92	92%
FÍSICA (fiscalização realizada)	4.000	20.656	516,40 %

Fonte: SIAFI, SIPLAN.



2.3.2.3.3.4.2 Resultados

A Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Piauí (ADAPI) é a instância intermediária responsável pela execução das ações do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) e estão relacionadas com as partidas de vegetais inspecionadas nos Postos de Vigilância Agropecuária – (PVA's). Assim esta meta varia de acordo com o fluxo comercial de produtos vegetais.

No ano de 2010 a ADAPI funcionou com a estrutura composta por 35 Unidades de Saúde Animal e Vegetal (USAV) e 16 Postos de Vigilância Agropecuária coordenados pelo Escritório Central em Teresina.

Realizaram-se neste período 24.945 partidas fiscalizadas/ inspecionadas, com emissão de 6.285 PTV (Permissão de Trânsito de Vegetais).

As metas programadas de Auditoria, Supervisão e Fiscalização foram acompanhadas no decorrer do ano através dos relatórios técnicos de execução e acompanhamento “in loco” pelo FFA Raul Santana Castelo Branco responsável pelo acompanhamento da execução do convênio nº 002/2009 MAPA/ADAPI relativo essa ação.

Com a estrutura física e de pessoal existente, a demanda desta ação atendeu aos objetos propostos, tendo uma execução financeira de 92% e meta física acima do planejado (516%).

Esta ação de Vigilância e Fiscalização Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos, foi contemplada no ano de 2009, com recursos repassados à ADAPI através do convenio nº 002/2009 ADAPI/MAPA, código SIAFI 704431, nos seguintes valores: ND 3330-41 no valor de R\$ 26.099,90 e ND 4430-42 no valor de R\$ 117.900,10 cujos valores tiveram sua vigência de aplicação até dezembro de 2010, uma vez que houve prorrogação de ofício e aditamento do referido convênio.



2.3.2.3.3.5 AÇÃO 4738 – Erradicação da Mosca da Carambola

Tabela XLII - Dados Gerais da Ação 4738

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Elevar o acesso brasileiro ao mercado internacional de frutas, por meio da erradicação da “ <i>Bactrocera carambolae</i> ” (mosca da carambola) e estabelecer a garantia de sanidade vegetal contra a praga no território nacional onde não se encontra presente
Descrição	Monitoramento, fiscalização fitossanitária, capacitação técnica em unidades federativas infectadas, contíguas ou próximas, consideradas de alto risco e monitoramento nos pontos de fronteiras e ingresso nas demais unidades, classificadas como de médio e baixo risco de surgimento de foco da praga; revisão dos instrumentos normativos e celebração de acordos de cooperação técnica estadual e internacional.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação Geral de Proteção de Plantas - CGPP/DSV
Coordenador nacional da ação	Carlos Artur Franz
Unidade executora	Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal – SISV-DDA/SFA - PI

Tabela XLIII - Metas e Resultados da ação 4738 no exercício de 2010

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/ PREVISÃO (%)
FINANCEIRA	2.193,00	1.868,91	85,20
FÍSICA	Não estabelecida	Não estabelecida	Não estabelecida

Fonte: SIAFI, SIPLAN.

Os recursos financeiros oriundos desta ação corresponderam somente à descentralização orçamentária para realização de uma viagem de supervisão, o que foi realizada conforme planejamento.

2.3.2.3.3.5.2 Resultados

Esta ação não apresentou, para o ano de 2010, meta física, conforme consta do SIPLAN. Em 2010 esta ação manteve sua execução em conformidade com o planejado para o exercício, mantendo o armadilhamento dentro das recomendações técnicas e efetivação das leituras nos prazos previstos. No decorrer do ano não houve registro de captura da praga alvo, comprovando assim que o levantamento fitossanitário de detecção atendeu à expectativa esperada, ou seja: Área Livre da Praga.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
 Serviço de Apoio Administrativo

2.3.2.3.3.6 Ação 8572 – Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais

Tabela XLIV - Dados Gerais da Ação 8572

Tipo da Ação	Atividade
Finalidade	Garantir a segurança fitossanitária estadual, visando agregar valor qualitativo e quantitativo aos produtos vegetais e subprodutos, por meio da prevenção, controle e erradicação das pragas quarentenárias presentes da banana, citrus, soja, palma forrageira e outras espécies vegetais para torná-los produtivos, competitivos e atender as exigências do mercado nacional e internacional, além de promover a educação sanitária.
Descrição	Levantamento fitossanitário de detecção, delimitação e verificação de pragas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação Geral de Proteção de Plantas - CGPP/DSV
Coordenador nacional da ação	Carlos Artur Franz.
Unidades executoras	Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal SISV/DDA/SFA - PI

Tabela XLV - Metas e Resultados da ação 8572 no exercício 2010

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO /PREVISÃO
FINANCEIRA	24.785,80	19.501,53	78,70 %
FÍSICA (área controlada)	38.876	22.600	58,10

Fonte: SIAFI, SIPLAN.



2.3.2.3.3.6.2 Resultados

Esta ação se deparou com grande escassez de pessoal técnico para cumprir à execução de suas metas, pois o Plano Nacional de Sanidade Vegetal estabelecido para o período de 2008/ 2011 estava programado a participação de quatro Fiscais para a realização das metas programadas, contudo no decorrer do ano em análise, apenas dois Fiscais conduziram as atividades de acompanhamento, supervisão e orientação, ocasionando acúmulo de atividades.

A execução das metas desta ação ficou a cargo do Órgão Estadual de Defesa Sanitária Vegetal (OEDSV), através da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Piauí - ADAPI.

Para dar cumprimento ao acordado no Convênio MAPA/ADAPI Nº 01/2009 com vigência até dezembro de 2010, realizaram-se trabalhos dirigidos às seguintes pragas x vegetais:

a) Banana: Sigatoka negra e Moko da bananeira, com as seguintes realizações:

Implantação de quatro bosques de variedades susceptíveis à praga Sigatoka negra nos municípios de Barro Duro, Picos, Guadalupe e João Costa. Levantamento de 495 cadastros de propriedades produtoras de banana. Levantamento fitossanitário de detecção para Sigatoka negra no somatório de 1.248,21 Há e levantamento fitossanitário de detecção para Moko da bananeira no somatório de 746,41 Ha.

b) Palma forrageira: Cochonilha do Carmim

Onde foi realizado o cadastramento de 376,39 Ha, de área cultivada com palma forrageira. Realização de um intercâmbio técnico, com a participação 25 técnicos para observar “in loco” o conhecimento e os métodos de convivência com a praga e a realização de 33 (trinta e três) palestras para produtores palma forrageira.

c) Citros: Mosca Negra dos Citros:

Realizado um treinamento para identificação, prevenção e controle da Mosca Negra dos Citros, confecção de 700 cartazes e 2500 folders para divulgação sobre importância econômica da praga e levantamento fitossanitário de detecção no somatório de 496,59 Ha.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

2.3.2.4 Conclusões

2.3.2.4.1 Sanidade Vegetal

Analisando os resultados de 2010 podemos constatar que o alcance na totalidade da execução, só não foi conseguido, devido escassez de pessoal lotado no SISV/SFA-PI, haja vista que não houve problemas na descentralização dos recursos financeiros. De um Quadro composto por 04 FFA's em 2008, atuamos em 2009 e 2010 apenas com 02 FFA's. A Ação - 2134 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos teve seu incremento em função dos trabalhos desenvolvidos pela ADAPI, enquanto que a AÇÃO – Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais, não teve um desempenho satisfatório, pois o corpo técnico, do Órgão Estadual de Defesa Agropecuária, paralisou suas atividades durante três meses em função de uma greve, o que concorreu de forma negativa para defasar o andamento das metas propostas no plano de trabalho constante do convênio nº 001/2009 MAPA/ADAPI, código SIAFI 704430. Esta situação implica numa devolução de recursos no ato da prestação de contas do citado Convênio. A Ação (8572) teve proposta de convênio, para o ano de 2011, inviabilizada por não atender a capacidade técnica operacional fundamentada na ausência de 40% de atenção agrônômica no Quadro de pessoal técnico da ADAPI.

Para a realização das ações, da área de sanidade vegetal, há necessidade urgente de pelo menos mais 02 (dois) fiscais federais agropecuários, de maneira que se possa evitar que o serviço seja prejudicado, haja vista que os dois FFA's que atuam nesta área possuem tempo de aposentadoria.



2.3.2.4.2 Inspeção Vegetal

O desempenho do PI: PADCLASSIF, no exercício de 2010, quanto à execução física, pode ser considerado regular, tendo em vista as limitações exaradas até o presente momento. Contudo, no que concerne ao desempenho relacionado à instrução de processos instaurados para apuração de irregularidades à legislação da classificação vegetal, pode ser considerado como excelente.

O exercício 2010 foi encerrado com 52,40% da meta física anual prevista executada. Tendo em vista a insuficiência de pessoal (FFAs) atuando na área de qualidade vegetal, a quantidade de fiscalizações realizadas foi comprometida, tendo em vista ter se buscado priorizar o encerramento de processos administrativos já instaurados, a partir da lavratura de autos de infração, como forma de finalizar as ações de fiscalização ora iniciadas, em detrimento da iniciação de novas diligências, em observância ao princípio administrativo da eficiência.

Demais disso, a existência de apenas um FFA fazendo ambos os papéis (execução e acompanhamento) e ainda, por vezes, atuando na área de vinhos e bebidas do SISV/PI, prejudicou consideravelmente a execução. O ideal seria, no mínimo, mais 01 FFA visando à alternância de duas equipes na condução das fiscalizações e atividades administrativas. Tentativas de superação dos estrangulamentos elencados, especialmente em relação à reduzida força de trabalho disponível para execução da Ação, podem ser adotadas para o exercício seguinte, entre as quais o incremento dessa força de trabalho, por meio da incorporação de, pelo menos, mais um FFA com dedicação exclusiva para a execução da Ação, ou o redimensionamento das metas programadas, com base na força de trabalho atualmente existente.

Quanto à ação - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal avaliam-se como satisfatório os resultados das metas alcançados. Quanto aos fiscais que atuam nesta ação dois estão com tempo de aposentadoria. Quanto ao quantitativo das despesas liquidadas (meta financeira), houve problema de ordem administrativa o que prejudicou sua execução, fato que levou ao percentual de 77,1%. Para o exercício de 2011 foi programado através do sistema Integrado de Planejamento – SIPLAN a inspeção e fiscalização de 45 estabelecimentos produtores de bebidas e vinagres. Os recursos programados no Plano Operativo Anual – POA (PI-IPVEGETAL) são da ordem de R\$ 142.095,30, incluindo-se despesa para investimento no Elemento de Despesa 4490-52 (R\$ 96.000,00) e Passagens – ED 3390-33 (R\$ 1.500,00).



2.3.3 Programas Executados pelo Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários - SEFAG/DDA/SFA-PI

2.3.3.1 Competência Institucional:

Conforme portaria nº 428, de 09 de junho de 2010 no Art. 24 ao Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários compete:

Programar, promover, orientar, controlar e auditar a execução das atividades de fiscalização de insumos pecuários e de fiscalização de insumos agrícolas.

Parágrafo único. As atividades especificadas no caput deste artigo ficam referenciadas pelas disposições contidas nos artigos 20 e 21 deste Regimento Interno.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

2.3.3.2 Síntese – SEFAG/DDA/SFA-PI

Tabela XLVI – Execução Física e Financeira das Ações Realizadas pelo SEFAG/DDA/SFA-PI

EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES REALIZADAS PELO SEFAG-PI ANO 2011																	
Discriminação								execução física 2010				execução financeira 2010					
função*	subfunção	programa	ação	PI	tipo ação	prioridade	unid. medida	prevista	realizada	eficácia %	prev. 2011	prevista***	empenhada	realizada	eficácia %	valor pago	prev. 2011
22101.20	125	0375	2124	FISCINAN	A	3	fiscalização	600	600	100,00	647	30.290,00	26.814,00	26.814,00	100,00	26.814,00	21.976,00
22101.20	125	0375	2019	FISCGENE	A	3	fiscalização	9	9	100,00	8	23.192,50	20.933,84	20.933,84	100,00	20.933,84	647,00
22101.20	125	0375	2140	FISPROVET	A	3	fiscalização	200	223	111,50	257	13.800,00	12.575,31	12.575,31	100,00	12.493,90	14.000,00
22101.20	125	0375	2179	FISCALSEM1	A	3	fiscalização	360	275	76,39	325	209.900,70	162.179,12	162.179,12	100,00	157.612,70	115.025,16
22101.20	125	0375	2141	FISFECOI	A	3	fiscalização	40	44	110,00	38	29.159,50	25.107,75	25.107,75	100,00	20.340,40	20.203,00
22101.20	125	0375	2209	FISAGROTOX	A	3	fiscalização	-	1	-	-	8.295,60	8.224,93	8.224,93	100,00	8.224,93	0,00
TOTAL 0375								1209	1152	95,29	1275	314.638,30	255.834,95	255.834,95	100,00	246.419,77	171.851,16
22101.20	125	0356	4745	FISCORGEN	A	3	fiscalização	4	3	75,00	-	2.135,00	1.929,25	1.929,25	100,00	1.929,25	0,00
OBS.: *** - valores estipulados na LOA e Plano Operativo Anual 2010																	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
 Serviço de Apoio Administrativo

2.3.3.3 Programas 0375 - Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários

2.3.3.3.1 PI - FISCINAN

Tabela XLVII - Dados Gerais do Programa 0375

(1) Tipo de programa	Finalístico
(2) Objetivo geral	Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio.
(3) Objetivos Específicos	Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores.
(4) Gerente do programa	FRANCISCO SÉRGIO FERREIRA JARDIM
(5) Responsável pelo programa no âmbito da UJ	ALONSO DA MOTA LAMAS
(6) Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Códigos: 364, 365, 366 e 367.
(7) Público-alvo (beneficiários)	Agricultores, estabelecimentos produtores e comerciais, laboratórios, reembaladores e armazenadores de insumos agropecuários destinados a alimentação animal.

2.3.3.3.1.1 Principais Ações do Programa

2.3.3.3.1.2 Ação: Nº 2124 - Nome: Fiscalização de Insumos Destinados a Alimentação Animal – FISCINAN

Tabela XLVIII – Dados Gerais da Ação 2124

(1) Tipo	Atividade
(2) Finalidade	Assegurar a qualidade e a conformidade dos insumos destinados a alimentação
(3) Descrição	Registro e fiscalização de conformidade dos estabelecimentos fabricantes, importadores, remisturadores, fracionadores e comerciantes de ingredientes, rações, concentrados e suplementos; registro dos rótulos dos produtos; fiscalização da conformidade dos mediante realização de análises fiscais; realização de diagnósticos dos componentes utilizados nas formulações de alimentos para bovinos de leite e corte sob o regime de confinamento; capacitação dos fiscais federais agropecuário em boas práticas de fabricação (BPF), APPCC e auditoria; implementação das BPF nos estabelecimentos; e participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.
(4) Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação de Produtos e Alimentos para Animais – CPAA / DFIP/SDA /MAPA -
(5) Coordenador nacional da ação	FERNANDA MARCUSI TUCCI
(6) Unidades executoras	SEFAG/DDA/SFA-PI



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
 Serviço de Apoio Administrativo

Tabela XLIX – Metas e resultados da ação 2124 no exercício de 2010

META	PROGRAMADA	EXECUTADA
FINANCEIRA	30.290,00	26.814,00
FÍSICA	600	624

OBS.: O valor apresentado reflete a totalidade dos recursos recebidos e aplicados, incluindo deslocamentos para participação e ações fora do âmbito da SFA-PI em demandas da Sede em Brasília.

Tabela L - Desempenho Operacional e Resultados - FISCINAN

NOME DO PROGRAMA:	0375 - QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS
NOME DA AÇÃO:	2124 - FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS DESTINADOS A ALIMENTAÇÃO ANIMAL (FISCINAN)
NOME DO PRODUTO:	FISCALIZAÇÃO REALIZADA
FONTE:	SFA-PI
ÁREA RESP. PELO CÁLCULO:	SEFAG/DDA/SFA-PI

DESCRIÇÃO: custo unitário das fiscalizações realizadas (custo real) em relação ao custo unitário estimado (custo programado). Pontanto, 100% significa custo real igual custo programado; o que exceder 100% é eficiência nos gastos e o que faltar de 100% é ineficiência.	INDICADOR DE EFICIÊNCIA	
	DESCRIÇÃO DOS DADOS PRIMÁRIOS	VALOR
	Custo Total Realizado (CTR) - em R\$	R\$ 26.814,00
	Quantidade Total Realizada(QTR) -em Unid.	624
	Custo Unitário Real (CUR=CTR/QTR)	R\$ 42,97
	Custo Total Programado(CTP) - em R\$	R\$ 30.290,00
	Quantidade Total Programada(QTP) -em Unid.	600
	Custo Unitário Programado (CUP=CTP/QTP)	R\$ 50,48
	INDICADOR DE EFICIÊNCIA = ((CUR/CUP)-1)*(-1)+1	114,88%

DESCRIÇÃO: número de fiscalizações realizadas em relação à meta física programada. Neste caso, eficácia significa realizar o programado ou mais do que o programado (100% ou mais); e ineficácia realizar menos do que o programado (menos de 100%).	INDICADOR DE EFICÁCIA	
	DESCRIÇÃO DOS DADOS PRIMÁRIOS	QUANTIDADE
	Quantidade Total Realizada (QTR)	624
	Quantidade Total Programada (QTP)	600
	INDICADOR DE EFICÁCIA = (QTR/QTP)*100	104,00%

DESCRIÇÃO: número de fiscalizações realizadas em relação ao total do universo da ação. Neste caso, efetividade significa fiscalizar todo o universo da ação (100%) ou parte do universo da ação (100% da amostra); e não efetividade realizar menos de 100%.	INDICADOR DE EFETIVIDADE	
	DESCRIÇÃO DOS DADOS PRIMÁRIOS	QUANTIDADE
	Quantidade Total Realizada (QTR)	624
	Quantidade Total Esperada (QTE)	600
	INDICADOR DE EFETIVIDADE = (QR/QP)*100	104,00%

DESCRIÇÃO: variação percentual do custo unitário anual de 2009 para 2010. Neste caso, 0% significa nada de economicidade, valores acima de 0% significam economicidade, e abaixo de 0% gastos a mais do que em 2009.	INDICADOR DE ECONOMICIDADE	
	DESCRIÇÃO DOS DADOS PRIMÁRIOS	QUANTIDADE
	CUSTO REAL UNITÁRIO EM 2010	R\$ 42,97
	CUSTO REAL UNITÁRIO EM 2009	R\$ 32,84
	INDICADOR DE EFETIVIDADE = 2010/2009	1,31



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
 Serviço de Apoio Administrativo

Indicador: EFICIÊNCIA	(Avaliação do Resultado)
Houve uma EFICIÊNCIA na aplicação dos recursos financeiros e na execução das metas programadas que foram ultrapassadas em 4% e o incremento financeiro gasto foi de 14,88%. Ressalte-se que a Equipe do SEFAG-PI no final do exercício de 2010 estava com todas as unidades industriais com as BPF (Boas Práticas de Fabricação) implantadas bem como os Sistemas de Controle de Qualidade, constituindo o primeiro estado a conseguir tal feito.	
Indicador: EFICÁCIA	(Avaliação do Resultado)
As metas executadas foram acima do programados, portanto o indicador de eficácia foi alcançado com um acréscimo de 4%.	
Indicador: EFETIVIDADE	(Avaliação do Resultado)
Houve efetividade na execução das ações programadas, com um acréscimo. 4%.	
Indicador de ECONOMICIDADE	(Avaliação do Resultado)
Houve economicidade, em razão do número alcançado foi de 1,29.	
RECURSOS HUMANOS : ANTONIO PAULO BATISTA DE SOUSA – Responsável Técnico do PI PAULO HENRIQUE DA SILVA MOURA	
PROGRAMAÇÃO PREVISTA PARA EXERCÍCIO DE 2011: • Metas Físicas : 647 fiscalizações • Recursos Financeiros: R\$ 21.976,00	

FONTE: SEFAG/DDA/SFA-PI



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
 Serviço de Apoio Administrativo

2.3.3.3.2 - PI – FISCGENE

Tabela LI - Dados Gerais do Programa PI-FISCGENE

(1) Tipo de programa	Finalístico
(2) Objetivo geral	Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio.
(3) Objetivos Específicos	Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores.
(4) Gerente do programa	FRANCISCO SÉRGIO FERREIRA JARDIM
(5) Responsável pelo programa no âmbito da UJ	ALONSO DA MOTA LAMAS
(6) Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Códigos: 364, 365, 366 e 367.
(7) Público-alvo (beneficiários)	Agricultores, estabelecimentos produtores e comerciais que manipule, comercialize e utilize material genético animal.

2.3.3.3.2.1 Principais Ações do Programa

2.3.3.3.2.1.1 Ação: Nº 2019 - Nome: Fiscalização de Material Genético Animal - FISCGENE

Tabela LII – Dados Gerais da Ação 2019

(1) Tipo	Atividade
(2) Finalidade	Melhorar a qualidade dos produtos e dos serviços de multiplicação animal ofertados aos produtores, com vistas ao aumento da produção e da produtividade da pecuária nacional.
(3) Descrição	Realização das atividades de inspeção e fiscalização de material genético animal, e auditoria de sistemas de controle de qualidade nos estabelecimentos que os industrializam ou distribuem, com a finalidade de assegurar a identidade e a qualidade; encaminhar, para laboratórios oficiais, amostras coletadas de produtos terminados para análise fiscal de conformidade e, posteriormente, emitir os respectivos pareceres técnicos.
(4) Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Divisão de Material Genético – DMG / DFIP/SDA /MAPA
(5) Coordenador nacional da ação	BERONETE BARROS DE FREITAS ARAUJO
(6) Unidades executoras	SEFAG/DDA/SFA-PI

Tabela LIII – Metas e Resultados da Ação 2019 no Exercício 2010

META	PROGRAMADA (LOA)	EXECUTADA
FINANCEIRA	23.192,50	20.933,84
FÍSICA	9	9

Obs: O valor apresentado reflete a totalidade do recursos recebidos e aplicados, incluindo deslocamentos para participação e ações fora do âmbito da SFA-PI em demandas da sede em Brasília.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
 Serviço de Apoio Administrativo

Tabela LIV - Desempenho Operacional e Resultados - FISCGENE

NOME DO PROGRAMA:	0375 - QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS
NOME DA AÇÃO:	2019 - FISCALIZAÇÃO DE MATERIAL GENÉTICO ANIMAL (FISCGENE)
NOME DO PRODUTO:	FISCALIZAÇÃO REALIZADA
FONTE:	SFA-PI
ÁREA RESP. PELO CÁLCULO:	SEFAG/DDA/SFA-PI

DESCRIÇÃO: custo unitário das fiscalizações realizadas (custo real) em relação ao custo unitário estimado (custo programado). Pontando, 100% significa custo real igual custo programado; o que exceder 100% é eficiência nos gastos e o que faltar de 100% é	INDICADOR DE EFICIÊNCIA	
	DESCRIÇÃO DOS DADOS PRIMÁRIOS	VALOR
	Custo Total Realizado (CTR) - em R\$	R\$ 20.933,84
	Quantidade Total Realizada(QTR) -em Unid.	9
	Custo Unitário Real (CUR=CTR/QTR)	R\$ 2.325,98
	Custo Total Programado(CTP) - em R\$	R\$ 23.192,50
	Quantidade Total Programada(QTP) -em Unid.	9
	Custo Unitário Programado (CUP=CTP/QTP)	R\$ 2.576,94
	INDICADOR DE EFICIÊNCIA = ((CUR/CUP)-1)*(-1)+1	109,74%

DESCRIÇÃO: número de fiscalizações realizadas em relação à meta física programada. Neste caso, eficácia significa realizar o programado ou mais do que o programado (100% ou mais); e ineficácia realizar menos do que o programado (menos de 100%).	INDICADOR DE EFICÁCIA	
	DESCRIÇÃO DOS DADOS PRIMÁRIOS	QUANTIDADE
	Quantidade Total Realizada (QTR)	9
	Quantidade Total Programada (QTP)	9
	INDICADOR DE EFICÁCIA = (QTR/QTP)*100	100,00%

DESCRIÇÃO: número de fiscalizações realizadas em relação ao total do universo da ação. Neste caso, efetividade significa fiscalizar todo o universo da ação (100%) ou parte do universo da ação (100% da amostra); e não efetividade realizar menos de 100%.	INDICADOR DE EFETIVIDADE	
	DESCRIÇÃO DOS DADOS PRIMÁRIOS	QUANTIDADE
	Quantidade Total Realizada (QTR)	9
	Quantidade Total Esperada (QTE)	9
	INDICADOR DE EFETIVIDADE = (QR/QP)*100	100,00%

DESCRIÇÃO: variação percentual do custo unitário anual de 2009 para 2010. Neste caso, 0% significa nada de economicidade, valores acima de 0% significam economicidade, e abaixo de 0% gastos a mais do que em 2009.	INDICADOR DE ECONOMICIDADE	
	DESCRIÇÃO DOS DADOS PRIMÁRIOS	QUANTIDADE
	CUSTO REAL UNITÁRIO EM 2010	R\$ 2.325,98
	CUSTO REAL UNITÁRIO EM 2009	R\$ 1.998,78
	INDICADOR DE EFETIVIDADE = 2010/2009	1,16



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
 Serviço de Apoio Administrativo

**FONT
E:
SEFA
G/DDA
/SFA-
PI**

Indicador: EFICIÊNCIA**(Avaliação do Resultado)**

Houve uma EFICIÊNCIA na aplicação dos recursos financeiros e na execução das metas programadas que foram alcançadas e o incremento financeiro gasto foi de 9,74%.

Ressalte-se que a Equipe do SEFAG-PI colaborou em ações de supervisão e fiscalização nos estados de PE, SP, RS atendendo a demandas da Sede em Brasília.

Foram descentralizados recursos financeiros no valor de R\$ 12.424,04 no elemento de despesa 33.90-33 para aquisição de passagem aérea e R\$ 6.270,16 no elemento de despesa 33.90-14 – diárias para custear despesas de deslocamento de fiscais para participação em reuniões técnicas, cursos de aperfeiçoamento e ações de auditoria/fiscalização em outras unidades da federação atendendo demandas da Sede-Brasília, isto contribuiu para que o custo unitário da fiscalização se apresente elevado.

Indicador: EFICÁCIA**(Avaliação do Resultado)**

As metas executadas foram alcançadas, portanto o indicador de eficácia foi alcançado.

Indicador: EFETIVIDADE**(Avaliação do Resultado)**

Houve efetividade na execução das ações programadas.

Indicador de ECONOMICIDADE**(Avaliação do Resultado)**

Houve economicidade, em razão do número alcançado foi de 1,16.

RECURSOS HUMANOS :

PAULO HENRIQUE DA SILVA MOURA – Responsável Técnico do PI

PROGRAMAÇÃO PREVISTA PARA EXERCÍCIO DE 2011:

- Metas Físicas : **8 fiscalizações**
- Recursos Financeiros: **R\$ 647,00**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

2.3.3.3.3 - FISPROVET

Tabela LV - Dados Gerais do Programa - FISPROVET

(1) Tipo de programa	Finalístico
(2) Objetivo geral	Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio.
(3) Objetivos Específicos	Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores.
(4) Gerente do programa	FRANCISCO SÉRGIO FERREIRA JARDIM
(5) Responsável pelo programa no âmbito da UJ	ALONSO DA MOTA LAMAS
(6) Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Códigos: 364, 365, 366 e 367.
(7) Público-alvo (beneficiários)	Agricultores, estabelecimentos produtores e comerciais, laboratórios, Armazenadores de insumos agropecuários uso veterinário.

2.3.3.3.3.1 Principais Ações do Programa

2.3.3.3.3.1.1 Ação: Nº 2140 - Nome: Fiscalização de Produtos de uso Veterinário

Tabela LVI – Dados Gerais Da Ação 2140

(1) Tipo	Atividade
(2) Finalidade	Assegurar a oferta de produtos de uso veterinário, em conformidade com as normas de sanidade, a fim de garantir aos criadores em geral níveis de segurança e qualidade compatíveis com as necessidades dos programas de sanidade animal e com os padrões e exigências internacionais.
(3) Descrição	Registro, fiscalização e inspeção de empresas industriais e comerciais de produtos de uso veterinário localizadas no País e no exterior e controle da importação de produtos.
(4) Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação de Produtos Veterinários - CPV/DFIP/SDA/MAPA
(5) Coordenador nacional da ação	MARCOS VINICIUS DE S. LEANDRO JÚNIOR
(6) Unidades executoras	SEFAG/DDA/SFA-PI

Tabela LVII – Metas e resultados da ação 2140 no exercício 2010

META	PROGRAMADA	EXECUTADA
FINANCEIRA	13.800,00	12.575,31
FÍSICA	200	223



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
 Serviço de Apoio Administrativo

Tabela LVIII - Desempenho Operacional e Resultados - FISPROVET

NOME DO PROGRAMA:	0375 - QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS
NOME DA AÇÃO:	2140 - FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE USO VETERINÁRIO (FISPROVET 1)
NOME DO PRODUTO:	FISCALIZAÇÃO REALIZADA
FONTE:	SFA-PI
ÁREA RESP. PELO CÁLCULO:	SEFAG/DDA/SFA-PI

DESCRIÇÃO: custo unitário das fiscalizações realizadas (custo real) em relação ao custo unitário estimado (custo programado). Pontanto, 100% significa custo real igual custo programado; o que exceder 100% é eficiência nos gastos e o que faltar de 100% é ineficiência no gastos.	INDICADOR DE EFICIÊNCIA	
	DESCRIÇÃO DOS DADOS PRIMÁRIOS	VALOR
	Custo Total Realizado (CTR) - em R\$	R\$ 12.575,31
	Quantidade Total Realizada(QTR) -em Unid.	223
	Custo Unitário Real (CUR=CTR/QTR)	R\$ 56,39
	Custo Total Programado(CTP) - em R\$	R\$ 13.800,00
	Quantidade Total Programada(QTP) -em Unid.	200
	Custo Unitário Programado (CUP=CTP/QTP)	R\$ 69,00
	INDICADOR DE EFICIÊNCIA = ((CUR/CUP)-1)*(-1)+1	118,27%

DESCRIÇÃO: número de fiscalizações realizadas em relação à meta física programada. Neste caso, eficácia significa realizar o programado ou mais do que o programado (100% ou mais); e ineficácia realizar menos do que o programado (menos de 100%).	INDICADOR DE EFICÁCIA	
	DESCRIÇÃO DOS DADOS PRIMÁRIOS	QUANTIDADE
	Quantidade Total Realizada (QTR)	223
	Quantidade Total Programada (QTP)	200
	INDICADOR DE EFICÁCIA = (QTR/QTP)*100	111,50%

DESCRIÇÃO: número de fiscalizações realizadas em relação ao total do universo da ação. Neste caso, efetividade significa fiscalizar todo o universo da ação (100%) ou parte do universo da ação (100% da amostra); e não efetividade realizar menos de 100%.	INDICADOR DE EFETIVIDADE	
	DESCRIÇÃO DOS DADOS PRIMÁRIOS	QUANTIDADE
	Quantidade Total Realizada (QTR)	223
	Quantidade Total Esperada (QTE)	200
	INDICADOR DE EFETIVIDADE = (QR/QP)*100	111,50%

DESCRIÇÃO: variação percentual do custo unitário anual de 2009 para 2010. Neste caso, 0% significa nada de economicidade, valores acima de 0% significam economicidade, e abaixo de 0% gastos a mais do que em 2009.	INDICADOR DE ECONOMICIDADE	
	DESCRIÇÃO DOS DADOS PRIMÁRIOS	QUANTIDADE
	CUSTO REAL UNITÁRIO EM 2010	R\$ 56,39
	CUSTO REAL UNITÁRIO EM 2009	R\$ 34,11
	INDICADOR DE EFETIVIDADE = 2010/2009	1,65



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
 Serviço de Apoio Administrativo

Indicador: EFICIÊNCIA Houve uma EFICIÊNCIA na aplicação dos recursos financeiros e na execução das metas programadas que foi ultrapassada em 11,5% e o incremento financeiro gasto foi de 14,27%.	(Avaliação do Resultado)
Indicador: EFICÁCIA As metas executadas foram acima do programados, portanto o indicador de eficácia foi alcançado com um acréscimo de 11,5%.	(Avaliação do Resultado)
Indicador: EFETIVIDADE Houve efetividade na execução das ações programadas, com um acréscimo de 11,5%.	(Avaliação do Resultado)
Indicador de ECONOMICIDADE Houve economicidade, em razão do número alcançado foi de 1,65.	(Avaliação do Resultado)
RECURSOS HUMANOS : SATURNINO DE MOURA NETO – Responsável Técnico do	
PROGRAMAÇÃO PREVISTA PARA EXERCÍCIO DE 2011: - Metas Físicas : 257 fiscalizações - Recursos Financeiros: R\$ 14.000,00	

FONTE:
SEFAG/
DDA/SF
A-PI

Fonte:
SEFAG/
DDA/SF

A-PI



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
 Serviço de Apoio Administrativo

2.3.3.3.4 PI – FISCALSEM 1

Tabela LIX - Dados Gerais do Programa – PI- FISCALSEM1

(1) Tipo de programa	Finalístico
(2) Objetivo geral	Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio.
(3) Objetivos Específicos	Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores.
(4) Gerente do programa	FRANCISCO SÉRGIO FERREIRA JARDIM
(5) Responsável pelo programa no âmbito da UJ	ALONSO DA MOTA LAMAS
(6) Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Códigos: 364, 365, 366 e 367.
(7) Público-alvo (beneficiários)	Agricultores, estabelecimentos produtores e comerciais, laboratórios, certificadores, reembaladores e armazenadores de insumos agropecuários.

2.3.3.3.4.1 Principais Ações do Programa

2.3.3.3.4.1.1 Ação: Nº 2179 - Nome: Fiscalização de Sementes e Mudanças – FISCALSEM1

Tabela LX – Dados Gerais da Ação 2179

(1) Tipo	Atividade
(2) Finalidade	Garantir a oferta de materiais de propagação vegetal de qualidade para os produtores rurais e certificar a produção de sementes e mudas para garantia de conformidade com os padrões de qualidade fisiológica, fitossanitária e identidade genética.
(3) Descrição	A fiscalização de sementes e mudas consiste da execução dos seguintes processos; 1. Registro de cultivares, 2. Inscrições de produtor, beneficiador, armazenador, comerciante de sementes e mudas e credenciamento de certificador, laboratório, amostrador e responsável técnico no registro nacional de sementes e mudas – renasem 3. Fiscalização da produção, comercialização e utilização de sementes e mudas, 4. Elaboração e revisão de normas técnicas relativas ao registro e credenciamento, 5. Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no mapa e nas unidades credenciadas. Acrescenta-se a esses esforços a supervisão e a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos.
(4) Unidade responsável pelas decisões estratégicas	32186 - COORDENAÇÃO DE SEMENTES E MUDAS – CSM/DFIA/SDA/MAPA
(5) Coordenador nacional da ação	JOSE NEUMAR FRANCILINO
(6) Unidades executoras	SEFAG/DDA/SFA-PI



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

Tabela LXI – Metas e Resultados da Ação 2179 no Exercício 2010

META	PROGRAMADA (LOA)	EXECUTADA
FINANCEIRA	209.900,70	162.179,12
FÍSICA	360	275

OBS: o valor apresentado reflete a totalidade do recursos recebidos e aplicados, incluindo: aquisição de material permanente e deslocamentos para participação e ações fora do âmbito da SFA-PI em demandas da Sede em Brasília.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
 Serviço de Apoio Administrativo

Tabela LXII - Desempenho Operacional e Resultados – PI - FISCALSEM1

NOME DO PROGRAMA:	0375 - QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS
NOME DA AÇÃO:	2179 FISCALIZAÇÃO DE SEMENTES E MUDAS (FISCALSEM 1)
NOME DO PRODUTO:	FISCALIZAÇÃO REALIZADA
FONTE:	SFA-PI
ÁREA RESP. PELO CÁLCULO:	SEFAG/DDA/SFA-PI

DESCRIÇÃO: custo unitário das fiscalizações realizadas (custo real) em relação ao custo unitário estimado (custo programado). Pontando, 100% significa custo real igual custo programado; o que exceder 100% é eficiência nos gastos e o que faltar de 100% é	INDICADOR DE EFICIÊNCIA	
	DESCRIÇÃO DOS DADOS PRIMÁRIOS	VALOR
	Custo Total Realizado (CTR) - em R\$	R\$ 162.179,12
	Quantidade Total Realizada(QTR) -em Unid.	275
	Custo Unitário Real (CUR=CTR/QTR)	R\$ 589,74
	Custo Total Programado(CTP) - em R\$	R\$ 209.900,70
	Quantidade Total Programada(QTP) -em Unid.	360
	Custo Unitário Programado (CUP=CTP/QTP)	R\$ 583,06
	INDICADOR DE EFICIÊNCIA = ((CUR/CUP)-1)*(-1)+1	98,85%

DESCRIÇÃO: número de fiscalizações realizadas em relação à meta física programada. Neste caso, eficácia significa realizar o programado ou mais do que o programado (100% ou mais); e ineficácia realizar menos do que o programado (menos de 100%).	INDICADOR DE EFICÁCIA	
	DESCRIÇÃO DOS DADOS PRIMÁRIOS	QUANTIDADE
	Quantidade Total Realizada (QTR)	275
	Quantidade Total Programada (QTP)	360
	INDICADOR DE EFICÁCIA = (QTR/QTP)*100	76,39%

DESCRIÇÃO: número de fiscalizações realizadas em relação ao total do universo da ação. Neste caso, efetividade significa fiscalizar todo o universo da ação (100%) ou parte do universo da ação (100% da amostra); e não efetividade realizar menos de 100%.	INDICADOR DE EFETIVIDADE	
	DESCRIÇÃO DOS DADOS PRIMÁRIOS	QUANTIDADE
	Quantidade Total Realizada (QTR)	275
	Quantidade Total Esperada (QTE)	360
	INDICADOR DE EFETIVIDADE = (QR/QP)*100	76,39%

DESCRIÇÃO: variação percentual do custo unitário anual de 2009 para 2010. Neste caso, 0% significa nada de economicidade, valores acima de 0% significam economicidade, e abaixo de 0% gastos a mais do que em 2009.	INDICADOR DE ECONOMICIDADE	
	DESCRIÇÃO DOS DADOS PRIMÁRIOS	QUANTIDADE
	CUSTO REAL UNITÁRIO EM 2010	R\$ 589,74
	CUSTO REAL UNITÁRIO EM 2009	R\$ 522,96
	INDICADOR DE EFETIVIDADE = 2010/2009	1,13



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

Indicador: EFICIÊNCIA (Avaliação do Resultado) Na análise dos resultados apresentados houve uma INEFICIÊNCIA na execução das metas programadas fato este que se deveu a atendimentos feitos pelo SEFAG-PI a demandas da Coordenação de Sementes e Mudanças na elaboração de normas legislativas o que desfalcou a atuação efetiva no Estado, aliado a isto também houve uma diminuição na safra de produção de sementes no decorrer do ano acarretando um descompasso entre o programado e o realizado. Ressalte-se que a Equipe do SEFAG-PI contribuiu na elaboração das normas para produção de sementes de olerícolas, condimentares, aromáticas, medicinais e flores e plantas ornamentais, do mesmo modo na elaboração das normas de produção de mudas obtidas por cultura de tecidos de plantas. Homologação de 86 campos de produção de sementes num total de 4.876 ha Foram descentralizado recursos financeiros no valor de 29.414,20 no elemento de despesa 33.90-33 para aquisição de passagem aérea e R\$ 25.600,00 no elemento de despesa 33.90-14 – diárias para custear despesas de deslocamento de fiscais para participação em reuniões técnicas e cursos de aperfeiçoamento, esses valores foram considerados nos custos das fiscalizações, também não foi levado em conta os recursos liberados para aquisição de veículo no valor de 78.160,00 no elemento de despesa 44.90-52 bem como recursos no valor de R\$ 14.000,00 nos elementos de despesa 33.90-30 e 33.90-39 como forma de rateio nas despesas da SFA-PI, isto contribui para que o custo unitário da fiscalização se apresente elevado.	FONTE: SEFAG/ DDA/SF A-PI PROGR AMAS E AÇÕES DA UJ E DESEM PENHO OPE
Indicador: EFICÁCIA (Avaliação do Resultado) As metas de fiscalizações ficaram abaixo do programado em face de atendimento a demandas da CSM, bem como de mudanças na safra de produção de sementes em face de problemas climáticos e de mercado.	
Indicador: EFETIVIDADE (Avaliação do Resultado) Não houve efetividade vez que o executado foi 76,39% das metas previstas ficando aquém do programado.	
Indicador de ECONOMICIDADE (Avaliação do Resultado) Houve economicidade , em razão do número alcançado foi de 1,13.	
RECURSOS HUMANOS : ALONSO DA MOTA LAMAS – Chefe SEFAG/DDA/SFA-PI e colaborador JOSE EDISON MOUTA – Responsável Técnico do PI	
PROGRAMAÇÃO PREVISTA PARA EXERCÍCIO DE 2011: • Metas Físicas : 360 fiscalizações • Recursos Financeiros: R\$ 115.025,16	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
 Serviço de Apoio Administrativo

2.3.3.3.5 PI – FISFECOI

Tabela LXIII - Dados Gerais do Programa – PI - FISFECOI

(1) Tipo de programa	Finalístico
(2) Objetivo geral	Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio.
(3) Objetivos Específicos	Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores.
(4) Gerente do programa	FRANCISCO SÉRGIO FERREIRA JARDIM
(5) Responsável pelo programa no âmbito da UJ	ALONSO DA MOTA LAMAS
(6) Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Códigos: 364, 365, 366 e 367.
(7) Público-alvo (beneficiários)	Agricultores, estabelecimentos produtores e comerciais, laboratórios, certificadores, reembaladores e armazenadores de insumos agropecuários. .

2.3.3.3.5.1 Principais Ações do Programa

2.3.3.3.5.1.1 Ação: Nº 2141 - Nome: Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes - FISFECOI

Tabela LXIV - Desempenho Operacional PI - FISFECOI

(1) Tipo	Atividade
(2) Finalidade	Melhorar os níveis de conformidade e qualidade dos fertilizantes, corretivos e inoculantes colocados à disposição dos produtores rurais.
(3) Descrição	Registro e certificação de estabelecimentos produtores e comerciais de fertilizantes, corretivos e Inoculantes; inspeção e fiscalização sobre a produção e a comercialização dos insumos básicos; realização de reuniões técnicas, cursos e estágios e treinamentos em serviço para capacitação de fiscais; elaboração e revisão de normas relativas à padronização, classificação e registro de produtos e estabelecimentos; e realização de auditorias técnicas e operacionais nas unidades descentralizadas, para avaliação da atividade de fiscalização.
(4) Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes - CFIC/DFIA/SDA
(5) Coordenador nacional da ação	HIDERALDO JOSÉ COELHO
(6) Unidades executoras	SEFAG/DDA/SFA-PI

Tabela LXV – Metas e Resultados da Ação 2141 No Exercício 2010

META	PROGRAMADA	EXECUTADA
FINANCEIRA	29.159,50	25.107,75
FÍSICA	40	44



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
 Serviço de Apoio Administrativo

Tabela LXVI - Desempenho Operacional e Resultados - FISFECOI

NOME DO PROGRAMA:	0375 - QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS
NOME DA AÇÃO:	2141-Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes (FISFECOI)
NOME DO PRODUTO:	FISCALIZAÇÃO REALIZADA
FONTE:	SFA-PI
ÁREA RESP. PELO CÁLCULO:	SEFAG/DDA/SFA-PI

DESCRIÇÃO: custo unitário das fiscalizações realizadas (custo real) em relação ao custo unitário estimado (custo programado). Pontanto, 100% significa custo real igual custo programado; o que exceder 100% é eficiência nos gastos e o que faltar de 100% é	INDICADOR DE EFICIÊNCIA	
	DESCRIÇÃO DOS DADOS PRIMÁRIOS	VALOR
	Custo Total Realizado (CTR) - em R\$	R\$ 25.107,75
	Quantidade Total Realizada(QTR) -em Unid.	44
	Custo Unitário Real (CUR=CTR/QTR)	R\$ 570,63
	Custo Total Programado(CTP) - em R\$	R\$ 29.159,70
	Quantidade Total Programada(QTP) -em Unid.	40
	Custo Unitário Programado (CUP=CTP/QTP)	R\$ 728,99
	INDICADOR DE EFICIÊNCIA = ((CUR/CUP)-1)*(-1)+1	121,72%

DESCRIÇÃO: número de fiscalizações realizadas em relação à meta física programada. Neste caso, eficácia significa realizar o programado ou mais do que o programado (100% ou mais); e ineficácia realizar menos do que o programado (menos de 100%).	INDICADOR DE EFICÁCIA	
	DESCRIÇÃO DOS DADOS PRIMÁRIOS	QUANTIDADE
	Quantidade Total Realizada (QTR)	44
	Quantidade Total Programada (QTP)	40
	INDICADOR DE EFICÁCIA = (QTR/QTP)*100	110,00%

DESCRIÇÃO: número de fiscalizações realizadas em relação ao total do universo da ação. Neste caso, efetividade significa fiscalizar todo o universo da ação (100%) ou parte do universo da ação (100% da amostra); e não efetividade realizar menos de 100%.	INDICADOR DE EFETIVIDADE	
	DESCRIÇÃO DOS DADOS PRIMÁRIOS	QUANTIDADE
	Quantidade Total Realizada (QTR)	44
	Quantidade Total Esperada (QTE)	40
	INDICADOR DE EFETIVIDADE = (QR/QP)*100	110,00%

DESCRIÇÃO: variação percentual do custo unitário anual de 2009 para 2010. Neste caso, 0% significa nada de economicidade, valores acima de 0% significam economicidade, e abaixo de 0% gastos a mais do que em 2009.	INDICADOR DE ECONOMICIDADE	
	DESCRIÇÃO DOS DADOS PRIMÁRIOS	QUANTIDADE
	CUSTO REAL UNITÁRIO EM 2010	R\$ 570,63
	CUSTO REAL UNITÁRIO EM 2009	R\$ 566,73
	INDICADOR DE EFETIVIDADE = 2010/2009	1,01



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
 Serviço de Apoio Administrativo

Indicador: EFICIÊNCIA Houve uma EFICIÊNCIA na aplicação dos recursos financeiros e na execução das metas programadas que foi ultrapassada em 10% e o incremento financeiro gasto foi de 21,72%.	(Avaliação do Resultado)	FONTE: SEFAG/ DDA/SF A-PI
Indicador: EFICÁCIA As metas executadas foram acima do programados, portanto o indicador de eficácia foi alcançado com um acréscimo de 10%.	(Avaliação do Resultado)	
Indicador: EFETIVIDADE Houve efetividade na execução das ações programadas, com um acréscimo de 10%.	(Avaliação do Resultado)	
Indicador de ECONOMICIDADE Houve economicidade, em razão do número alcançado foi de 1,01.	(Avaliação do Resultado)	
RECURSOS HUMANOS : DIOLINO HENRIQUES NETO		
PROGRAMAÇÃO PREVISTA PARA EXERCÍCIO DE 2011: - Metas Físicas : 38 fiscalizações - Recursos Financeiros: R\$ 20.203,00		



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

2.3.3.3.6 PI – FISAGROTOX

Tabela LXVII - Dados Gerais do Programa – PI - FISAGROTOX

(1) Tipo de programa	Finalístico
(2) Objetivo geral	Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio.
(3) Objetivos Específicos	Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores.
(4) Gerente do programa	FRANCISCO SÉRGIO FERREIRA JARDIM
(5) Responsável pelo programa no âmbito da UJ	ALONSO DA MOTA LAMAS
(6) Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Códigos: 364, 365, 366 e 367.
(7) Público-alvo (beneficiários)	Agricultores, estabelecimentos produtores e comerciais, laboratórios, certificadores, reembaladores e armazenadores de insumos agropecuários.

2.3.3.3.6.1 Principais Ações do Programa

2.3.3.3.6.1.1 Ação: Nº 2909 - Nome: Fiscalização de Agrotóxicos e Afins - FISAGROTOX

Tabela LXVIII – Dados Gerais da Ação 2909

(1) Tipo	Atividade
(2) Finalidade	Assegurar a oferta de agrotóxicos efetivos no controle de pragas e doenças das plantas e que apresentem baixo impacto ambiental e baixos níveis de resíduos nos alimentos, mantendo-os adequados ao consumo humano.
(3) Descrição	Fiscalização e inspeção de agrotóxicos e afins na produção, comercialização, importação, exportação e utilização; coleta de amostras para controle de qualidade e verificação de eficácia e praticabilidade agrônômica dos produtos.
(4) Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação Geral de Agrotóxicos e Afins - CGAA/DFIA/SDA
(5) Coordenador nacional da ação	Luiz Eduardo Pacifici Rangel
(6) Unidades executoras	SEFAG/DDA/SFA-PI

Tabela LXIX – Metas e Resultados da Ação 2909 no exercício 2010

META	PROGRAMADA	EXECUTADA
FINANCEIRA	8.295,60	8.224,93
FÍSICA	0	1



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
 Serviço de Apoio Administrativo

Tabela LXX - Desempenho Operacional e Resultados - FISAGROTOX

NOME DO PROGRAMA:	0375 - QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS
NOME DA AÇÃO:	2909- Fiscalização de Agrotóxicos e Afins (FISAGROTOX)
NOME DO PRODUTO:	FISCALIZAÇÃO REALIZADA
FONTE:	SFA-PI
ÁREA RESP. PELO CÁLCULO:	SEFAG/DDA/SFA-PI

DESCRIÇÃO: custo unitário das fiscalizações realizadas (custo real) em relação ao custo unitário estimado (custo programado). Pontando, 100% significa custo real igual custo programado; o que exceder 100% é eficiência nos gastos e o que faltar de 100% é	INDICADOR DE EFICIÊNCIA	
	DESCRIÇÃO DOS DADOS PRIMÁRIOS	VALOR
	Custo Total Realizado (CTR) - em R\$	R\$ 8.224,93
	Quantidade Total Realizada(QTR) -em Unid.	1
	Custo Unitário Real (CUR=CTR/QTR)	R\$ 8.224,93
	Custo Total Programado(CTP) - em R\$	R\$ 8.295,60
	Quantidade Total Programada(QTP) -em Unid.	0
	Custo Unitário Programado (CUP=CTP/QTP)	-
	INDICADOR DE EFICIÊNCIA = ((CUR/CUP)-1)*(-1)+1	-

DESCRIÇÃO: número de fiscalizações realizadas em relação à meta física programada. Neste caso, eficácia significa realizar o programado ou mais do que o programado (100% ou mais); e ineficácia realizar menos do que o programado (menos de 100%).	INDICADOR DE EFICÁCIA	
	DESCRIÇÃO DOS DADOS PRIMÁRIOS	QUANTIDADE
	Quantidade Total Realizada (QTR)	1
	Quantidade Total Programada (QTP)	0
	INDICADOR DE EFICÁCIA = (QTR/QTP)*100	-

DESCRIÇÃO: número de fiscalizações realizadas em relação ao total do universo da ação. Neste caso, efetividade significa fiscalizar todo o universo da ação (100%) ou parte do universo da ação (100% da amostra); e não efetividade realizar menos de 100%.	INDICADOR DE EFETIVIDADE	
	DESCRIÇÃO DOS DADOS PRIMÁRIOS	QUANTIDADE
	Quantidade Total Realizada (QTR)	1
	Quantidade Total Esperada (QTE)	0
	INDICADOR DE EFETIVIDADE = (QR/QP)*100	-

DESCRIÇÃO: variação percentual do custo unitário anual de 2009 para 2010. Neste caso, 0% significa nada de economicidade, valores acima de 0% significam economicidade, e abaixo de 0% gastos a mais do que em 2009.	INDICADOR DE ECONOMICIDADE	
	DESCRIÇÃO DOS DADOS PRIMÁRIOS	QUANTIDADE
	CUSTO REAL UNITÁRIO EM 2010	R\$ 8.224,93
	CUSTO REAL UNITÁRIO EM 2009	R\$ 9.475,62
	INDICADOR DE EFETIVIDADE = 2010/2009	0,87



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
 Serviço de Apoio Administrativo

Indicador: EFICIÊNCIA O indicador fica prejudicado vez que não houve programação de metas. As demandas sempre são feitas pela coordenação em Brasília.	(Avaliação do Resultado)	FONT E: SEFAG /DDA/ SFA-PI
Indicador: EFICÁCIA O indicador fica prejudicado vez que não houve programação de metas. As demandas sempre são feitas pela coordenação em Brasília.	(Avaliação do Resultado)	
Indicador: EFETIVIDADE O indicador fica prejudicado vez que não houve programação de metas. As demandas sempre são feitas pela coordenação em Brasília.	(Avaliação do Resultado)	
Indicador de ECONOMICIDADE O indicador fica prejudicado vez que não houve programação de metas. As demandas sempre são feitas pela coordenação em Brasília	(Avaliação do Resultado)	
RECURSOS HUMANOS : ALONSO DA MOTA LAMAS		
PROGRAMAÇÃO PREVISTA PARA EXERCÍCIO DE 2011: - Metas Físicas : não programadas - Recursos Financeiros: não programados		
COMENTÁRIO ADICIONAL: No exercício de 2011 os recursos alocados foram para participação no encontro nacional que ocorreu em S. Luiz – MA, e foram utilizados para pagamento de diárias e despesas com material de consumo. Foi realizada uma fiscalização em destinação de embalagem em uma propriedade.		



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
 Serviço de Apoio Administrativo

2.3.3.4 Programas 0356 - Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

2.3.3.4.1 PI - FISCORGEN

Tabela LXXI - Dados Gerais do Programa – PI - FISCORGEN

(1) Tipo de programa	Finalístico
(2) Objetivo geral	Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio.
(3) Objetivos Específicos	Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores.
(4) Gerente do programa	FRANCISCO SÉRGIO FERREIRA JARDIM
(5) Responsável pelo programa no âmbito da UJ	ALONSO DA MOTA LAMAS
(6) Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Códigos: 364, 365, 366 e 367.
(7) Público-alvo (beneficiários)	Agricultores, estabelecimentos produtores e comerciais, laboratórios, certificadores, reembaladores e armazenadores de insumos relacionados a organismos geneticamente modificados. .

2.3.3.4.1.1 Principais Ações do Programa

2.3.3.4.1.1.1 Ação: Nº 4745 - Nome: Fiscalização de Atividades com Organismos Geneticamente Modificados - FISCORGEN

Tabela LXXII – Dados Gerais da Ação 4745

(1) Tipo	Atividade
(2) Finalidade	Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos oriundos de organismos geneticamente modificados colocados à disposição dos produtores e consumidores.
(3) Descrição	Controlar os aspectos de biosegurança regulamentados para as atividades relacionadas aos organismos geneticamente modificados produzidos e comercializados no Estado do Piauí.
(4) Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação de OGM / SDA/MAPA
(5) Coordenador nacional da ação	Marcus Vinicius Segurado Coelho
(6) Unidades executoras	SEFAG/DDA/SFA-PI

Tabela LXXIII – Metas e Resultados da Ação 4745 no exercício 4745

META	PROGRAMADA	EXECUTADA
FINANCEIRA	2.135,00	1.929,25
FÍSICA	4	3



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

Tabela LXXIV - Desempenho Operacional e Resultados - FISCOGEN

NOME DO PROGRAMA:	0375 - QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS
NOME DA AÇÃO:	4745 - Fiscalização de Atividades com Organismos Geneticamente Modificados (FISCORGEN)
NOME DO PRODUTO:	FISCALIZAÇÃO REALIZADA
FONTE:	SFA-PI
ÁREA RESP. PELO CÁLCULO:	SEFAG/DDA/SFA-PI

DESCRIÇÃO: custo unitário das fiscalizações realizadas (custo real) em relação ao custo unitário estimado (custo programado). Pontanto, 100% significa custo real igual custo programado; o que exceder 100% é eficiência nos gastos e o que faltar de 100% é	INDICADOR DE EFICIÊNCIA	
	DESCRIÇÃO DOS DADOS PRIMÁRIOS	VALOR
	Custo Total Realizado (CTR) - em R\$	R\$ 1.929,25
	Quantidade Total Realizada(QTR) -em Unid.	3
	Custo Unitário Real (CUR=CTR/QTR)	R\$ 643,08
	Custo Total Programado(CTP) - em R\$	R\$ 2.135,00
	Quantidade Total Programada(QTP) -em Unid.	4
	Custo Unitário Programado (CUP=CTP/QTP)	R\$ 533,75
	INDICADOR DE EFICIÊNCIA = ((CUR/CUP)-1)*(-1)+1	79,52%

DESCRIÇÃO: número de fiscalizações realizadas em relação à meta física programada. Neste caso, eficácia significa realizar o programado ou mais do que o programado (100% ou mais); e ineficácia realizar menos do que o programado (menos de 100%).	INDICADOR DE EFICÁCIA	
	DESCRIÇÃO DOS DADOS PRIMÁRIOS	QUANTIDADE
	Quantidade Total Realizada (QTR)	3
	Quantidade Total Programada (QTP)	4
	INDICADOR DE EFICÁCIA = (QTR/QTP)*100	75,00%

DESCRIÇÃO: número de fiscalizações realizadas em relação ao total do universo da ação. Neste caso, efetividade significa fiscalizar todo o universo da ação (100%) ou parte do universo da ação (100% da amostra); e não efetividade realizar menos de 100%.	INDICADOR DE EFETIVIDADE	
	DESCRIÇÃO DOS DADOS PRIMÁRIOS	QUANTIDADE
	Quantidade Total Realizada (QTR)	3
	Quantidade Total Esperada (QTE)	4
	INDICADOR DE EFETIVIDADE = (QR/QP)*100	75,00%

DESCRIÇÃO: variação percentual do custo unitário anual de 2009 para 2010. Neste caso, 0% significa nada de economicidade, valores acima de 0% significam economicidade, e abaixo de 0% gastos a mais do que em 2009.	INDICADOR DE ECONOMICIDADE	
	DESCRIÇÃO DOS DADOS PRIMÁRIOS	QUANTIDADE
	CUSTO REAL UNITÁRIO EM 2010	R\$ 643,08
	CUSTO REAL UNITÁRIO EM 2009	R\$ 0,00
	INDICADOR DE EFETIVIDADE = 2010/2009	-



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
 Serviço de Apoio Administrativo

Indicador: EFICIÊNCIA	(Avaliação do Resultado)
Na análise dos resultados apresentados houve uma INEFICIÊNCIA. Ressalte-se que a totalidade dos recursos no valor de R\$ 1.929,25 foram para custear despesas de deslocamento de fiscal para participação em reunião técnica, esses valores foram considerados nos custos das fiscalizações.	
Indicador: EFICÁCIA	(Avaliação do Resultado)
As metas programadas não foram executadas. Devendo-se a que não ter havido cultivo de área de algodão em face de problemas climáticos.	
Indicador: EFETIVIDADE	(Avaliação do Resultado)
Não houve efetividade vez que o executado foi 75% das metas previstas ficando aquém do programado.	
Indicador de ECONOMICIDADE	(Avaliação do Resultado)
Este indicador ficou prejudicado, vez que no ano de 2009 não houve alocação de recursos neste PI.	
PROGRAMAÇÃO PREVISTA PARA EXERCÍCIO DE 2011: • Metas Físicas : não programadas • Recursos Financeiros: não programados	
COMENTÁRIO ADICIONAL: No exercício de 2011 os recursos alocados foram para participação em reunião nacional que aconteceu na cidade de Natal-RN, e os foram utilizados para pagamento de diárias e deslocamento.. As 3 fiscalizações foram em áreas de cultivo de milho transgênico	

FONTE: SEFAG/DDA/SFA-PI



2.3.4 Programas Executados pela Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário - DPDAG/SFA-PI

Considerando que a Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário - DPDAG é uma unidade central de execução finalística vinculada à Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Piauí - SFA-PI;

Considerando que compete a esta Divisão consolidar dados específicos e emitir relatórios das atividades de política, produção e desenvolvimento agropecuários desempenhadas e subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão da Superintendência Federal;

Considerando que tais informações neste exercício contemplam especificamente o item do Anexo II da Decisão Normativa TCU Nº 107, de 27 de outubro de 2010;

Considerando que a Programação Orçamentária das Despesas (d-I) do item 2 do documento supracitado não se aplicam à realidade da unidade. Enquanto que a Execução Orçamentária das Despesas (d-II), apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não compete sua elaboração por esta unidade;

Apresentamos as informações a serem incluídas no Relatório de Gestão desta Superintendência.

No exercício de 2010 a Divisão gerenciou as programações orçamentárias e as execuções físicas em 9 (nove) Ações integrantes de 5 (cinco) Programas de Governo sob a responsabilidade do MAPA no PPA.

Dentre as ações desenvolvidas pela Divisão elencamos algumas que se destacaram, tendo em vista que na maioria das Ações Integrantes, não há metas previstas. No Programa de Propriedade Intelectual; na Ação de Indicação Geográfica, foram beneficiados 103 (cento e três) produtores de cajuína - PROCAJUÍNA; com instrução sobre Legislação com revisão da IN 01/2000 - Regulamento Técnico para fixação dos Padrões de Indicação e Qualidade para Cajuína.

No Programa de Conservação Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade, na Ação de Desenvolvimento da Agricultura Orgânica, organizou-se a Rede de Produção Orgânica, com a reestruturação da Comissão da Produção Orgânica do Piauí - CPOrg/PI, organização e realização da VI Semana dos Alimentos Orgânicos - SAO e Implantação do Programa Bancos Comunitários de Sementes de Adubos Verdes – PBCAV.

No Programa de Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio, na Ação de Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica, apesar de não haver a previsão de meta, ministrou-se Palestra visando orientar os Produtores para regularização, bem como se realizou visitas técnicas para diagnóstico do Processo de Produção e Industrialização de Farinha com vistas à adequação ao Sistema Orgânico de Produção; na Ação de Apoio ao Uso e Manejo Sustentável dos Recursos Naturais em Agroecossistemas, por ocasião da comemoração do Dia Nacional da Conservação do solo, realizou-se um Simpósio em parceria com a Universidade Federal do Piauí – UFPI.

No Programa Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário, na Ação Fiscalização de Contrato de Repasses, foram analisados e dado Pareceres de Viabilidade técnica em 19 (dezenove) Contratos, bem como, procedida a vistoria “in loco” em 6 (seis) Contratos de Repasse; na Ação de Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário, foram realizados o acompanhamento “in loco” de 2 (dois) Convênios, que visam a melhoria da qualidade de vida daquelas comunidades, sendo um com o Instituto IDEPI nº 701.099/2008 e com o COEP/RJ nº 707.128/2009.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

No Programa de Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários, na Ação de Fiscalização de Serviços Agrícolas, foram realizadas 08 (oito) fiscalizações em empresas de aviação agrícola, com o acompanhamento de instalação de 03 ozonizadores para tratamento de resíduos das aeronaves.

Com referência as dificuldades enfrentadas durante o exercício de 2010, a maior foi à necessidade de recursos humanos para o DPDAG desempenhar eficientemente as diversas ações de sua competência, bem como ampliar as ações a serem executadas no estado do Piauí. Outra limitação importante diz respeito à centralização de algumas ações em Brasília o que faz com que não seja possível realizar um planejamento local, consequentemente, somente aguardando as demandas encaminhadas.



2.3.4.1 Responsabilidades institucionais da unidade: DPDAG/SFA-PI

A Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário - DPDAG é uma unidade central de execução finalística vinculada à Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Piauí - SFA-PI.

2.3.4.1.1 Competência Instrucional

a) Conforme Art. 27 da portaria nº 428, de 09 de junho de 2010, à Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário compete:

I - promover, orientar, acompanhar e fiscalizar a execução das atividades de desenvolvimento agropecuário, em especial:

a) inovação e uso da propriedade intelectual no agronegócio, especialmente em:

1. indicação geográfica de produtos de origem agropecuária; e
2. marcas coletivas e marcas de certificação no agronegócio;

b) proteção de cultivares;

c) intercâmbio, conservação e uso sustentável de recursos genéticos;

d) agroecologia e sistemas orgânicos de produção agropecuária;

e) sistemas agropecuários de produção integrada;

f) proteção, manejo e conservação do solo e da água;

g) cooperativismo e associativismo rural;

h) assistência técnica, extensão rural e iniciativas ou processos inovadores de transferência de tecnologia;

i) infraestrutura rural e logística da produção e comercialização agropecuária;

j) fomento agropecuário sustentável, inclusive da heveicultura;

k) novos produtos e estímulo aos processos de agregação de valor e de agroindustrialização;

l) agricultura irrigada;

m) recuperação de áreas de agricultura e de pastagens degradadas;

n) preservação, conservação e proteção do patrimônio genético e melhoramento das espécies vegetais e animais;

o) boas práticas agropecuárias, bem-estar animal e manejo zootécnico;

p) sistemas de integração de lavoura, pecuária e floresta;

q) apoio às iniciativas, projetos e ações voltadas ao fomento da agricultura de precisão e da biotecnologia agropecuária;

r) florestas plantadas;

s) exposições, leilões, feiras agropecuárias; e

t) agricultura de precisão;

II – orientar a elaboração de propostas, analisar, acompanhar e proceder à fiscalização da execução do plano de trabalho de convênios, contratos e demais instrumentos de parceria, por órgãos e entidades públicas e privadas voltados ao desenvolvimento agropecuário e ao cooperativismo e associativismo rural, inclusive de repasses financeiros e, ainda, orientar a prestação de contas;

III - orientar, acompanhar, controlar, fiscalizar e auditar as atividades relacionadas com:

a) registro genealógico, incluindo provas zootécnicas e avaliações genéticas;

b) competições e demais atividades turfísticas e hípicas;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

- c) credenciamento de Organismos de Avaliação da Conformidade – OAC;
- d) cadastramento de Organismos de Controle Social – OCS, na venda direta de produtos orgânicos sem certificação;
- e) atividades do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica – SISORG;
- f) dados e estatísticas das atividades relacionadas aos sistemas de produção orgânica;
- g) mecanização e aviação agrícola;

IV - estimular a organização do setor agropecuário, em especial, a implantação de:

- a) cooperativas e instituições associativas rurais;
- b) cadeias produtivas do agronegócio;
- c) empresas e produtores de sementes e mudas;
- d) empresas, organizações e iniciativas voltadas à assistência técnica, extensão rural e transferência de tecnologia, inclusive o credenciamento de profissionais, autônomos ou não;
- e) empresas prestadoras de serviços agrícolas e pecuários; e
- f) certificação relacionada à produção e comercialização agropecuária;

V - promover, em articulação com as cadeias produtivas, propostas de alterações de padrões e especificações de produtos agropecuários;

VI - executar, bem como orientar, acompanhar e fiscalizar a execução quando for o caso, das atividades de:

- a) implementação dos mecanismos de garantia da qualidade orgânica e do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica; e
- b) desenvolvimento dos sistemas orgânicos de produção agropecuária;

VII - implementar e coordenar a Comissão da Produção Orgânica, na Unidade da Federação;

VIII - implementar, orientar e acompanhar a execução de atividades relativas às políticas de crédito e investimentos públicos e à produção e comercialização agropecuária, especialmente voltadas para:

- a) cafés, inclusive gestão dos armazéns e estoques sob guarda do MAPA;
- b) cana-de-açúcar, açúcar, álcool e demais produtos da agroenergia;
- c) monitoramento das informações de produção, comercialização e estoques de açúcar e etanol, para subsidiar as respectivas políticas;
- d) crédito rural;
- e) zoneamento agropecuário, e seguro rural, inclusive o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO;
- f) estoques públicos;
- g) segurança alimentar; e
- h) promoção do agronegócio brasileiro com vistas à divulgação internacional;

IX - promover levantamentos, prognósticos, diagnósticos e estudos relativos ao setor agropecuário, na Unidade da Federação, visando apoiar as ações do desenvolvimento agropecuário;

X - participar das comissões regionais, estaduais e municipais de conservação do solo e da água, bem como de sementes e mudas;

XI - instruir processos administrativos decorrentes de infração aos dispositivos legais;

XII - elaborar Plano Operativo Anual de Desenvolvimento Agropecuário, conforme diretrizes da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo e orientações técnicas da SDC/MAPA;

XIII – executar, bem como orientar e acompanhar a execução, quando for o caso, em articulação com as cadeias produtivas e conforme diretrizes específicas, atividades de promoção do agronegócio brasileiro com vistas à divulgação internacional;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

- XIV** - gerenciar as programações orçamentárias e as execuções físicas das ações específicas;
- XV** - promover e propor a organização, bem como coordenar, apoiar e subsidiar a participação da SFA/MAPA em eventos e colegiados, inclusive fóruns e comissões regionais, estaduais e municipais relacionados às atividades de competência;
- XVI** - consolidar dados específicos e emitir relatórios das atividades de política, produção e desenvolvimento agropecuários desempenhadas e subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão da Superintendência Federal;
- XVII** - planejar, orientar e acompanhar as atividades desempenhadas pelas Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no que diz respeito às atividades de competência;
- XVIII** - propor, em articulação com o Serviço de Planejamento e Acompanhamento ou Seção de Planejamento e Acompanhamento, os indicadores de desempenho operacional da produção, política e desenvolvimento agropecuários.
- XIX** - executar as atividades de fiscalização em empresas da agroindústria canavieira e da agroenergia, produtoras de açúcar e biocombustíveis, para obter informações de produção e comercialização quando demandadas pela Secretaria de Produção e Agroenergia.

b) Conforme Art. 28 da portaria nº 428, de 09 de junho de 2010, à Seção de Suporte Agropecuário compete:

- I** - coletar, processar e manter os dados dos sistemas de informações relacionados ao desenvolvimento agropecuário;
- II** – prestar apoio ao Chefe de Divisão no que concerne às suas competências referidas no artigo anterior e especificamente em:
 - a)** elaborar o Plano Operativo Anual de Desenvolvimento Agropecuário;
 - b)** promover e organizar os fóruns consultivos às cadeias de produção; e
 - c)** planejar e acompanhar as atividades desempenhadas pelas Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

2.3.4.1.2 Objetivos Estratégicos

As atividades do DPDAG estão relacionadas com a promoção, orientação, organização, controle, acompanhamento e fiscalização da execução das atividades de desenvolvimento agropecuário, em especial:

- Na área de Indicações Geográficas (IG) de Produtos Agropecuários busca-se: incentivar a implementação de IGs, identificar produtos diferenciais ligados ao território e potenciais IGs, participar da elaboração de documentos necessários para o registro da IG (regulamento interno, regulamento de uso e instrumento oficial que delimita a área geográfica);
- Na área de Produção Orgânica busca-se: atuar na divulgação da legislação que regulamenta a agricultura orgânica por meio de palestras em eventos; na promoção da adoção de práticas orgânicas por meio da promoção da Semana do Alimento Orgânico; na promoção da produção orgânica de frutas, mel, derivados da mandioca, etc. em diversos municípios do Piauí através de projetos em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE-PI; na coordenação da Comissão da Produção Orgânica no Estado do Piauí - CPOrg/PI. No cadastramento de Organismos de Controle Social – OCS, na venda direta de produtos orgânicos sem certificação;
- Na área de Produção Integrada da Cadeia Pecuária busca-se: incentivar a implementação desse sistema na produção vegetal e animal. Está sendo implantado o Projeto de Produção Integrada da Apicultura no Piauí, sendo que o responsável indicado pela Coordenação da Produção Integrada da Cadeia Pecuária - CPIP da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo - SDC para a elaboração e acompanhamento é um FFA do Serviço de Inspeção Agropecuária - SIPAG desta Superintendência. Entretanto todas as despesas foram concedidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq (unidade gestora) do Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT.
- Na área de Manejo e Conservação do Solo e Água busca-se: promover a utilização de práticas conservacionistas, de natureza preventiva e corretiva fundamentada na concepção e gestão da bacia hidrográfica (microbacia) como unidade territorial de planejamento. Além da capacitação, a realização de cursos, seminários, dias de campo, implantação de unidades demonstrativas e pilotos, produção e difusão de material técnico e instrucional;
- Na Área de Convênios, Contratos e demais instrumentos de parceria busca-se: auxiliar na elaboração de projetos, analisar os planos de trabalho apresentados, acompanhar “in loco” a execução de convênios e fiscalizar a execução de contratos de repasse;
- Na área de Aviação Agrícola busca-se fiscalizar as empresas prestadoras de serviços agrícolas e junto aos proprietários de aviões, registro e manutenção de cadastro das prestadoras de serviços agrícolas;
- Na área de Eventos e Colegiados busca-se: subsidiar a participação da SFA-PI, inclusive fóruns e comissões estaduais (Fórum dos Territórios da Cidadania, do Grupo de Trabalho Permanente dos Arranjos Produtivos Locais - GTP APL, do Fórum de Proteção ao Meio Ambiente do Trabalho do Estado do Piauí - FEPMAT e do Biodiesel) relacionados às atividades de competência.



2.3.4.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais:DPDAG/SFA-PI

2.3.4.2.1 Análise do andamento do plano estratégico do MAPA

Em 2006, o MAPA elaborou o primeiro Plano Estratégico – documento que apresenta de forma sintética o horizonte de 2006 a 2015 – salientando como a instituição irá responder de forma estruturada, aos desafios que a ela se apresentem. Alguns resultados já alcançados pela gestão estratégica, dentre outros, são: a) implantação da gestão por processos, com o mapeamento e melhoria de diversos processos de trabalho; b) maior integração e sincronia entre as estratégias do MAPA e os instrumentos de gestão governamental: PPA, Orçamento, etc; c) gestão efetiva da execução e avaliação das estratégias formuladas; d) fortalecimento das ações de valorização do servidor, como o projeto de melhoria da sua qualidade de vida; e) implantação de instrumentos de comunicação interna, melhorando sobremaneira a comunicação da instituição com os seus servidores; f) ampliação e melhoria das ações de promoção internacional do agronegócio; g) início do desdobramento da gestão estratégica nas Unidades Descentralizadas.

Com base na experiência dos últimos três anos de implementação da Gestão Estratégica no Ministério, suas estratégias foram atualizadas, gerando esta segunda versão do Plano Estratégico, de forma a permitir que os servidores do Mapa disponham de uma ferramenta de gestão ajustada à nova realidade do agronegócio brasileiro.

Ao longo de três anos de execução e acompanhamento da estratégia, alguns resultados importantes estão sendo alcançados, gerando mudanças na organização. Alguns exemplos dessas mudanças são: a) melhoria da gestão operacional por meio do mapeamento e melhoria de processos de trabalho; b) construção de um plano estratégico da defesa agropecuária alinhado às estratégias corporativas; c) desdobramento da estratégia nas Superintendências Federais de Agricultura; d) implantação de iniciativas visando à valorização do servidor e melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho – ProveRH; e) definição de um plano de capacitação do servidor alinhado à estratégia; f) melhoria da organização de missões internacionais; g) implantação de canais de comunicação interna; h) realização de duas pesquisas de imagem junto aos clientes e parceiros do MAPA, visando avaliar a Visão de Futuro e ao alcance dos Objetivos Estratégicos da Perspectiva de Agronegócio e Parceiros.

O desafio agora é consolidar o processo de gestão estratégica no MAPA, de tal forma que seja apropriado por seus servidores. Várias atividades de educação e sensibilização deste tema foram promovidas através da Assessoria de Gestão Estratégica - AGE. O Mapa de Aprendizagem é uma nova ferramenta de sensibilização que a AGE começou a utilizar a partir de 2009. Sendo que participaram 2 (dois) servidores da Superintendência. O objetivo é que todos os servidores passem por uma sessão de treinamento com esse método até o fim de 2009. Entretanto ainda nenhum dos servidores desta Divisão participou desse treinamento.

A AGE, em parceria com a Coordenação Geral de Desenvolvimento de pessoas – CGDP/SE também organizou e coordenou o curso de “Elaboração e Gestão de Projetos” (40 h/a), ministrado pela Consultoria Gestão & Desenvolvimento - GD na qual participaram 8 (oito) servidores desta Superintendência, sendo 2 (dois) servidores desta Divisão (Chefe e FFA).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

2.3.4.2.2 Análise do plano de ação do DPDAG/SFA-PI referente ao exercício de 2010

Um Plano Operativo Anual de Desenvolvimento Agropecuário deve ser elaborado pelo DPDAG-PI, conforme diretrizes e orientações técnicas da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo - SDC (Portaria MAPA nº 428, de 9 de junho de 2010).

A SDC é a principal responsável pela adoção de práticas sustentáveis no agronegócio brasileiro. Sua atuação envolve esforços para estímulo ao cooperativismo, práticas de agricultura sustentável, desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias, proteção intelectual, infraestrutura e logística de produção, transporte e armazenagem de safras.

É estruturada em 4 (quatro) departamentos, responsáveis por diferentes setores organizacionais. O Departamento de Cooperativismo e Associativismo (Denacoop) fomenta o associativismo entre cooperativas, assim como sua internacionalização, visando ampliar a participação econômica do setor cooperativo no leque de exportações do país. Também há políticas de incentivo ao cooperativismo entre o público jovem e entre mulheres, destinadas à inclusão social e maior participação econômica destes setores na sociedade.

O Departamento de Sistemas de Produção e Sustentabilidade (Depros) é responsável pela regulação e estímulo a práticas de agropecuária sustentáveis, que preservem o ambiente e os recursos naturais. As principais políticas desenvolvidas pelo Depros estão relacionadas à produção de alimentos orgânicos (Agroecologia), Sistemas de Produção Integrada para rastreabilidade e qualificação da produção e Sistemas de Conservação de Solos e Águas, que cuidam da manutenção e recuperação de áreas degradadas.

Questões relativas à proteção de propriedade intelectual ligada ao agronegócio, desenvolvimento e fomento a novas cultivares, pesquisa e desenvolvimento de implementos, máquinas e insumos são responsabilidade do Departamento de Propriedade Intelectual e Tecnologia da Agropecuária (Depta). O Depta também é responsável pelo Sistema Nacional de Identificação Geográfica, que fomenta a homologação de regiões geográficas produtoras de alimentos certificados.

O Departamento de Infraestrutura e Logística (Diel) coordenam questões relativas ao escoamento e armazenagem dos produtos agropecuários brasileiros. Normatiza e fiscaliza condições físicas de portos, aeroportos e armazéns, além de desenvolver políticas de infraestrutura e obras para o incremento da capacidade logística do agronegócio. Controla a aviação voltada ao setor agrícola, normatizando e promovendo treinamentos para os pilotos-operadores. Também é responsável pela promoção das parcerias institucionais e pela assessoria a demandas parlamentares no âmbito do ministério.

Desse modo, as Ações dos Programas do Governo estão sob a responsabilidade das unidades da SDC no PPA 2008-2011. Sendo que esta Divisão gerencia as programações orçamentárias e as execuções físicas e têm seu planejamento realizado através de um Plano Operativo Anual - POA específico para cada Plano Interno - PI (detalhados no próximo item) no qual se desenvolverão atividades no Estado.

Somente para os PI's DESENG, FISCAGRIC1 e CERTORGAN1 estão disponibilizados a realização do planejamento no Sistema Integrado de Planejamento - SIPLAN por esta Divisão. Independente desses sistemas, os POAs elaborados são enviados aos coordenações/departamentos responsáveis pela aprovação e descentralização dos recursos. No exercício de 2010 foram elaborados POA somente para os seguintes PI's: DESENG, FISCAGRIC1 e INDGRAF.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

Como em muitos casos as atividades têm inerentemente imprevisibilidade de demandas, como convênios, contratos e projetos apoiados, é difícil realizar a previsão das metas e, consequentemente, de recursos.

Apesar desta Superintendência ainda não ter implantado seu planejamento estratégico, os POAs elaborados estão alinhado com as Iniciativas Estratégicas do Mapa (Plano Estratégico do Mapa), como: a implantação de ações de agregação de valor (orgânicos, plantas medicinais e Indicação Geográfica) e implantação de programa de agroindustrialização de cooperativas.

Em junho de 2010 esta unidade da Superintendência se tornou uma Divisão (Portaria MAPA nº 428, de 9 de junho de 2010), visto que era uma apenas uma Seção vinculada a uma Divisão Técnica. Apesar de não sofrer muita alteração em sua competência, este novo status proporcionou maior autonomia e dotação mais específica de recursos para o desenvolvimento das atividades.

Foram lotados mais três Fiscais Federais Agropecuários - FFA (agrônomos), um agente administrativo e um agente de atividade agropecuária. Sendo que um deles atua em um escritório descentralizado no município de Floriano-PI. Entretanto dois FFAs estiveram de licença médica boa parte do exercício, o que diminuiu a eficácia na realização das atividades. Ainda existe a deficiência de FFA médico veterinário ou zootecnica para atuar nas atividades relativas à área animal.

Houve um contingenciamento do orçamento público de 2010, consequentemente o corte de despesas também atingiu algumas ações desta Divisão, visto que são executadas com recursos orçamentários de programas do MAPA. Outras atividades foram executadas sem a aplicação direta de recursos orçamentários.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
 Serviço de Apoio Administrativo

2.3.4.3 Programas do governo sob a responsabilidade da unidade: DPDAG/SFA-PI

No exercício de 2010 a Divisão gerenciou as programações orçamentárias e as execuções físicas em 9 (nove) Ações integrantes de 5 (cinco) Programas de Governo sob a responsabilidade do MAPA no PPA.

2.3.4.3.1 Execução dos Programas/Ação de Governo sob a responsabilidade da DPDAG/SFA-PI

Programa 0393 - Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual

Ação 2B47- Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários (INDGRAF)

Programa 1426 - Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade

Ação 8606 - Desenvolvimento da Agricultura Orgânica (DESENGORG)

Programa 1442 - Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio

Ação 8598 - Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuárias (APOIOPEC1)

Ação 4720 - Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica (CERTORGAN1)

Ação 8622 - Desenvolvimento do Associativismo Rural e do Cooperativismo (PROMOCOOP2)

Ação 8593 - Apoio ao Uso e Manejo Sustentável dos Recursos Naturais em Agroecossistemas (ORGMANEJO2)

Programa 6003 - Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário

Ação 2B17 - Fiscalização de Contrato de Repasse (FISCONTRATO)

Ação 8611 - Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário (APPRODUTOR)

Programa 0375 – Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários

Ação 2177 – Fiscalização de Serviços Agrícolas (FISCAGRIC1)

2.3.4.3.2 Execução física das ações realizadas pelo DPDAG/SFA-PI

Tabela LXXV - Execução Física das Ações Realizadas pelo DPDAG

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
20	665	0393	2B47	A	4	unidade	100	103	100
20	665	1426	8606	A	4	unidade	70	988	300
20	125	1442	8598	A	4	unidade	-	-	-
20	125	1442	4720	A	4	unidade	-	-	-
20	128	1442	8622	A	4	unidade	-	220	-
20	541	1442	8593	A	4	unidade	-	01	01
20	122	6003	2B17	A	4	unidade	08	06	A definir
20	605	6003	8611	A	3	unidade	-	02	A definir
20	152	0375	2177	A	4	unidade	10	08	05

Fonte: DPDAG SFA/PI



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

2.3.4.3.3 Análise Crítica

a) Ação 2B47- Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários (INDGRAF)

As atividades realizadas consistiram de apoio técnico aos dois projetos de indicação geográfica que envolve o Estado do Piauí e não foram utilizados recursos financeiros diretamente. O recurso descentralizado está relacionado com a participação de FFA em Reunião Técnica e conferência sobre o tema Indicação Geográfica em João Pessoa-PB.

A meta prevista era beneficiar 100 produtores de cajuína. Visto que o projeto de IG Cajuína do Piauí foi requerido pela União das Associações e Cooperativas Produtores de Cajuína do Estado do Piauí - PROCAJUÍNA, consideramos que foram beneficiados os 103 produtores associados, apesar de se estimar que o Estado possua cerca de 400 produtores.

b) Ação 8606 - Desenvolvimento da Agricultura Orgânica (DESENORG)

A meta estabelecida para o Piauí em 2010 estava subestimada, sendo superada em 1411%. Em virtude da escassez de recursos, algumas atividades foram priorizadas entre daquelas planejadas: organização da rede de produção orgânica, realização da VI Semana dos Alimentos Orgânicos - SAO e implantação do Programa Bancos Comunitários de Sementes de Adubos Verdes - PBCAV no estado.

Quanto à organização da Rede de Produção Orgânica podemos destacar a reestruturação da Comissão da Produção Orgânica no Piauí - CPOrg/PI, com a publicação no DOU da Portaria Nº 17, de 23/02/2010 que oficializa os seus membros e a publicação da Portaria nº 24 de 18/03/2010 estabelecendo o seu Regimento Interno. A CPOrg/PI realizou-se 4 (quatro) reuniões ordinárias e coordenou atividades de promoção da agricultura orgânica e consumo responsável (VI Semana dos Alimentos Orgânicos), bem como iniciou a implantação do Programa Bancos Comunitários de Sementes de Adubos Verdes.

A VI SAO contou com a participação de 836 pessoas nas diversas palestras realizadas entre os dias 23/05 a 30/05/2010, respondendo por 84,6% do público atendido durante o ano e 33,73% da programação orçamentária descentralizada. No decorrer da VI SAO, realizada nos municípios de Teresina, Parnaíba, Picos e Bela Vista do Piauí, uma infinidade de pessoas tiveram conhecimento acerca do que são os alimentos orgânicos através das feiras de alimentos orgânicos realizadas em Teresina e Parnaíba, degustação de produtos orgânicos, distribuição de folders e cartilhas “O OLHO DO CONSUMIDOR” em supermercados e praças, além de entrevistas para rádios e televisões veiculadas no período da campanha para todo o estado.

Para implantação do PBCAV no Piauí, foram treinados 24 técnicos multiplicadores, previamente selecionadas pela CPOrg/PI, que são os responsáveis pela implantação do programa nas comunidades. O programa distribuiu sementes de quatro espécies de adubos verdes e cartilhas de orientação para 128 agricultores familiares distribuídos em seis municípios do estado. Todos os agricultores foram capacitados e recebem orientação sobre o manejo dos adubos verdes, realizada pelos técnicos multiplicadores capacitados pelo programa. Esta atividade atendeu 15,4% das pessoas beneficiadas com esta ação no estado, aplicando 66,27% da programação orçamentária descentralizada.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

c) Ação 8598 - Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuárias (APOIOPEC1)

Não foi realizado um plano operativo, especificamente pela deficiência no Quadro dos técnicos de um zootecnista ou médico veterinário. Contudo foram descentralizados recursos para a participação de um FFA em Reunião Técnica das Coordenações da produção da Cadeia Agrícola (CPIA) e da Cadeia Pecuária (CPIP) em Florianópolis - SC.

d) Ação 4720 - Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica (CERTORGAN1)

Não foi realizado um plano operativo, pois o setor produtivo está em processo de adequação aos mecanismos de garantia da qualidade orgânica, o Decreto nº 7048 de 23/12/2009, estabeleceu a data de 31/12/2010 como prazo final para a regularização. Os recursos descentralizados para a SFA/PI foram utilizados com o deslocamento de FFA's para ministrar palestras de orientação para produtores visando a sua regularização, bem como com visitas técnicas para realizar diagnóstico do processo de produção e industrialização da farinha com vistas à adequação ao sistema orgânico de produção agropecuária.

e) Ação 8622 - Desenvolvimento do Associativismo Rural e do Cooperativismo (PROMOCOOP2)

Não foi realizado um plano operativo, contudo foram descentralizados recursos para acompanhar uma missão do MERCOSUL em visita às cooperativas: CASA APIS e COCAJUPI em Picos - PI.

f) Ação 8593 - Apoio ao Uso e Manejo Sustentável dos Recursos Naturais em Agroecossistemas (ORGMANEJO2)

Não foi realizado um plano operativo, visto que até novembro de 2010 não contava com FFA responsável pela execução e acompanhamento do Plano Interno ORGMANEJO2. O recurso descentralizado foi utilizado para realizar um simpósio em comemoração ao Dia Nacional da Conservação do Solo em parceria com a Universidade Federal do Piauí.

g) Ação 2B17 - Fiscalização de Contrato de Repasse (FISCONTRATO)

Foram analisados e aprovados 19 contratos de repasse do MAPA para 15 municípios do Piauí, contudo não é possível a previsão de metas, pois estas demandas se processam por método de amostragem, conferindo-se ao Diel/SDC a responsabilidade pelas suas respectivas indicações. Enquanto foi procedida fiscalização da execução do plano de trabalho de 06 contratos de repasse por amostragem de 2007 a 2008. A meta prevista era 8 (oito) contratos, porém não foi possível a execução dos 2 (dois) restantes em virtude de problemas na disponibilização dos contratos pela CAIXA.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

h) Ação 8611 - Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário (APPRODUTOR)

Não foi prevista execução de nenhuma meta dentro do planejamento desta Divisão, contudo foram descentralizados recursos para acompanhados in loco de dois convênios entre o MAPA e IDEPI nº 701.099/2008; e MAPA e COEP/RJ nº 707128/2009, contudo não é possível a previsão de metas, pois estas demandas são determinações diretas do MAPA.

i) Ação 2177 – Fiscalização de Serviços Agrícolas (FISCAGRIC1)

Foram previstas fiscalizações a 10 (dez) empresas, porém foram fiscalizadas 8 (oito) empresas aeroagrícolas, acompanhando a instalação de 3 (três) ozonizadores para tratamento de resíduos das aeronaves. Também foi realizada uma reunião com as empresas visando o cumprimento dos normativos sobre tratamento de resíduos e a fiscalização de propriedade a partir de denúncia de deriva de pulverização.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

2.3.4.4 Desempenho Operacional e Financeiro

2.3.4.4.1 Indicadores Institucionais

O processo de gestão estratégica do MAPA foi instituído em 07 de outubro de 2005 por meio da Portaria Nº 423/2005. A finalidade do referido processo é dar maior racionalidade, unicidade e efetividade às ações estratégicas do MAPA e de suas unidades, na prestação de serviços aos seus públicos-alvos, ao agronegócio brasileiro e à sociedade como um todo.

De acordo com a metodologia utilizada pela Assessoria de Gestão Estratégica do MAPA, órgão responsável pela coordenação do processo de elaboração e avaliação do Plano Estratégico, a gestão estratégica das unidades do MAPA se subdivide em Resultados Estratégicos, que por sua vez abarcam Tarefas e Sub-tarefas com o objetivo de facilitar a interpretação dos resultados da gestão. Cada um desses Resultados Estratégicos possui indicadores específicos, contudo consideramos que tais indicadores não se aplicam a esta unidade de execução finalística.

Além do trabalho de Gestão Estratégica do MAPA, a maioria das ações sob coordenação da SDC possui indicadores específicos para avaliar o desempenho da ação. Entretanto muitos destes indicadores não se aplicam a esta Divisão, pois não apresentam utilidade e mensurabilidade das ações desenvolvidas. Assim incluímos somente os indicadores relacionado com aplicabilidade às ações planejadas e executadas (Pis: FISCONTRATO E FISCAGRIC1), a seguir:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
 Serviço de Apoio Administrativo

a) Programa 6003 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO

Ação 2B17 - Fiscalização de Contrato de Repasse (FISCONTRATO)

Tabela LXXVI - Fiscalização de Contrato de Repasse - FISCONTRATO

Indicador de desempenho	Contratos de repasse fiscalizados
Utilidade	Quantificar o número percentual de contratos de repasse fiscalizados quanto ao atendimento do objetivo proposto.
Tipo	Eficácia
Fórmula de cálculo	$(\text{Meta realizada} / \text{Meta programada}) \times 100$
Método de aferição	Número de relatórios de fiscalização dos contratos de repasse. A amostragem dos contratos de repasse a serem fiscalizados foi definida tomando-se por base o número de contratos firmados em cada Estado, nos últimos cinco anos, resultando nos seguintes parâmetros: entre 1 e 10 contratos firmados, fiscaliza-se 100% dos contratos; de 11 a 100 fiscaliza-se 30% e acima de 100 fiscaliza-se 20%, até o máximo de 40 contratos.
Área responsável pelo cálculo/medição	DPDAG/SFA-PI
Resultado do indicador no exercício	$(6/8)/100 = 75\%$
Análise	Os contratos são fiscalizados através do plano de fiscalização por amostragem e quando há demanda externa. Apesar do planejamento de metas, não foram realizadas 8 fiscalizações, devido a CEF não ter disponibilizados os Processos de Contratos de Repasse em tempo hábil durante o exercício de 2010.

b) Programa 0375 – Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários

Ação 2177 – Fiscalização de Serviços Agrícolas (FISCAGRIC1)

Tabela LXXVII - Fiscalização de Serviços Agrícolas – FISCAGRIC1

Indicador de desempenho	Taxa de Execução
Utilidade	Avaliar se foi possível fiscalizar todas as entidades que foram programadas para receber fiscalização
Tipo	Eficácia
Fórmula de cálculo	$TE = (\text{Nº Entidade Fiscalizadas (NEF)} / \text{Nº de Entidades Previstas Corrigidas (NEPC)}) \times 100$
Método de aferição	Quantidade de parecer técnico de convênios e/ou relatório de fiscalização/acompanhamento.
Área responsável pelo cálculo/medição	DPDAG/SFA-PI
Resultado do indicador no exercício	$TE = (8/10) \times 100 = 80\%$
Análise	As empresas são Fiscalizadas de acordo com programação anual e quando há demanda externa apesar de programação não foi realizada as 10 fiscalizações.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

2.3.4.5 Resultados e Conclusões

No geral, considera-se que o DPDAG ampliou as Ações/Programas executados em relação ao exercício anterior. Isso se deve, em parte, a mudança de status (Seção para Divisão) e com a lotação de mais técnicos e administrativos. Assim como, considera-se que no exercício de 2010 os técnicos e administrativos passam por um processo de ambientação com as atividades de sua competência que ainda se prolongará até o próximo exercício. Tanto os técnicos quanto administrativo também participaram de capacitações que permitiu melhor conhecimento do seu trabalho.

Para o próximo exercício, além de dá continuidade as Ações desenvolvidas, buscar-se-ão junto às instâncias superiores apoio na ampliação e efetividade na execução de metas nas Ações/Programas sob a nossa competência



2.3.5 Programas Executados pelo Serviço de Gestão de Vigilância Agropecuária - VIGIAGRO/DDA/SFA-PI

2.3.5.1 Competência Institucional

Conforme Art. 15 da Portaria nº 428 de 09/06/2010, à Divisão de Defesa Agropecuária compete:

I - coordenar, acompanhar, orientar e avaliar a execução das atividades de:

- a) vigilância zoossanitária e fitossanitária;
- b) prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais e de pragas dos vegetais;
- c) fiscalização do trânsito internacional de animais vivos, de vegetais e partes de vegetais, de produtos de origem animal e vegetal, de insumos agropecuários e de materiais biológicos de uso na agropecuária;
- d) educação sanitária para defesa agropecuária;
- e) fiscalização da produção, importação, exportação e comercialização de corretivos, fertilizantes, inoculantes e biofertilizantes, de agrotóxicos, seus componentes e afins, de sementes e mudas, de produtos de uso veterinário, de alimentos para animais, de sêmen animal e de embriões de animais, bem como dos respectivos estabelecimentos produtores, fabricantes, fracionadores, processadores, manipuladores ou beneficiadores;
- f) fiscalização de estabelecimentos rurais em que tenham sido constatadas violações ao uso de produtos e ou substâncias controladas e monitoradas, em produtos de origem animal ou vegetal;
- g) fiscalização e controle da classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico;
- h) fiscalização de produtos e atividades com organismos geneticamente modificados de uso na agricultura e pecuária;
- i) controle das execuções dos convênios, ajustes, acordos e contratos relativos à defesa agropecuária e das auditorias técnico-fiscais e operacionais realizadas;
- j) cadastro, registro e certificação dos produtos relacionados à defesa agropecuária e dos estabelecimentos que os fabricam, processam, fracionam, manipulam ou importam;
- k) habilitação de profissionais sem vínculo com a administração pública federal para a emissão de certificados sanitários e fitossanitários;

II - implementar a operacionalização de:

- a) ações demandadas pelo Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária e pelos Sistemas Brasileiros de Inspeção de Produtos de Origem Animal, de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal, de Insumos Agrícolas e de Insumos Pecuários;⁹
- b) coleta e transmissão das informações e dados sobre defesa agropecuária;
- c) mecanismos para liberação de autorizações prévias para importação e exportação de animais e produtos de origem animal e vegetal; e
- d) mecanismo alimentador do sistema integrado de cobrança de multas e taxas;

III - manter articulações com órgãos públicos que exercem atividades de defesa agropecuária, respeitada a subordinação hierárquico-administrativa;

IV - participar da elaboração de indicadores de desempenho institucional e operacional;

V - programar e promover auditorias técnicas e operacionais das atividades desempenhadas pelas unidades administrativas hierarquicamente subordinadas;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

VI - coordenar e acompanhar os detalhamentos e execuções dos Planos Operativos Anuais, consoante diretrizes específicas da Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA;

VII - implementar mecanismos de articulação técnico-administrativa com as demais unidades técnico-administrativas da SFA/MAPA, com vistas a assegurar o cumprimento das programações das ações de defesa agropecuária;

VIII - promover e propor a organização, bem assim coordenar, apoiar e subsidiar a participação da SFA/MAPA em eventos e colegiados, inclusive fóruns e comissões regionais, estaduais e municipais, relacionados às atividades de competência;

IX - consolidar dados específicos e emitir relatórios das atividades de defesa agropecuária desempenhadas, e subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão da Superintendência Federal;

X - planejar, orientar e acompanhar as atividades desempenhadas pelas Unidades

Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de interesse da defesa agropecuária; e

XI - propor, em articulação com os Serviços de Planejamento e Acompanhamento ou as Seções de Planejamento e Acompanhamento, os indicadores de desempenho operacional da defesa agropecuária.

A Unidade de Serviço de Vigilância de Produtos Agropecuários – UVAGRO/Aeroporto Internacional de Parnaíba, coordenada pela Divisão de Defesa Agropecuária – DDA da Superintendência Federal de Agricultura no Piauí, desenvolve suas atividades com amparo legal previsto na Portaria nº 428/MAPA de 09 de junho de 2010, que estabelece no Art. 49: Aos Chefes do Serviço de Vigilância Agropecuária, da Seção de Apoio à Vigilância Agropecuária - Área Animal, da Seção de Apoio à Vigilância Agropecuária - Área Vegetal e da **Unidade de Vigilância Agropecuária**, respeitadas a subordinação hierárquico administrativa imediata e a área de atuação profissional, incumbe:

I - programar, orientar e controlar as execuções das atividades de competência da unidade administrativa;

II - apoiar a execução de ações emergenciais relacionadas à defesa agropecuária;

III - controlar e avaliar os cronogramas das execuções físico e financeiras estabelecidos;

IV - instruir e encaminhar processo administrativo decorrente de infração aos dispositivos legais;

V - elaborar relatórios operacionais, consoante orientação da DDA/SFA/MAPA e fornecer subsídios ao Relatório de Gestão da SFA/MAPA; e

VI - praticar os demais atos administrativos necessários ao cumprimento das atividades da respectiva unidade administrativa, observada a instância de competência



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

2.3.5.2 Programas e Ações Executadas pela Unidade de Vigilância Agropecuária da SFA/PI

Tabela LXXVIII – Dados do Programa - UVAGRO

Programa	Ação
0357 Segurança da Sanidade na Agropecuária	AÇÃO: 2180 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos.
	AÇÃO: 2181 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos

Tabela LXXIX - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo - UVAGRO

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0357		Denominação: Segurança da Sanidade na Agropecuária				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitozoossanitários dos mercados internos e externos.						
Objetivos Específicos: Garantir a segurança alimentar						
Gerente: Francisco Sergio Ferreira Jardim				Responsável: Francisco Antônio de Sousa Costa		
Público Alvo: Produtores, consumidores, exportadores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, armazenadores e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária.						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
-	-	33.525,00	33.213,63	-	33.213,63	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unida de medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Ação 2180	Fiscalização Realizada	01-01-2010	100	100	100	0%
Fórmula de Cálculo do Índice						
Não se calculou a Eficácia (Eficácia = FP/FE x 100), nem a Eficiência em face de que não terem sido efetivados vôos internacionais no exercício. O valor correspondente de R\$ 1.034,25 informado no sistema SIAFI na rubrica (3390-14), envolve o deslocamento de técnico para participação em visita técnica fora do estado sem resultado de fiscalização.						
Análise do Resultado Alcançado: Ação 2180 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos						
a) Principais Resultados: Garantida a não entrada de organismos nocivos à agricultura piauiense e brasileira, assim como, garantida a qualidade fitossanitária dos produtos de origem vegetal exportados, resultando em índice 0(zero) de rechaços, com conseqüente manutenção dos mercados compradores.						
b) Principais Problemas: Escassez de pessoal na “UVAGRO-Parnaíba”, vez que quando de demandas há deslocamento de técnicos da sede.						
c) Contratações e Parcerias: Não houve parcerias formalizadas por meio de convênios ou instrumentos desse tipo, para o desenvolvimento das ações.						
d) Transferências: Execução física e financeira das ações realizadas pela UJ.						
e) Análise do Desempenho: não existe como avaliar desempenho, vez que não houve indicadores, quer seja fiscalizações efetivadas.						

Fonte: PPA (2008/2011), SIOR (2010), SIPLAN (2010), Relatórios Mensais da UVAGRO.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

Tabela LXXX - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo - UVAGRO

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0357		Denominação: Segurança da Sanidade na Agropecuária				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitozoossanitários dos mercados internos e externos.						
Objetivos Específicos: Garantir a segurança alimentar						
Gerente: Francisco Sergio Ferreira Jardim			Responsável: Francisco Antonio de Sousa Costa			
Público Alvo: Produtores, consumidores, exportadores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, armazenadores e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária.						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
		12.800,00	11.690,35	-	11.690,35	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unida de medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Ação 2181	Fiscalização Realizada	01/01/2010	100	100	100	0%
Fórmula de Cálculo do Índice						
O índice de 0% se deve ao fato de que o AEROPORTO de Parnaíba não operou vôos internacionais previstos para 2010, assim os cálculos de Eficácia e Eficiência não tem como serem aplicados. Não se calculou a Eficiência porque o valor de R\$ 9.303,38 que foi informado pelo sistema SIAFI na rubrica (3390-14), envolve o deslocamento com técnicos para participação em visita técnica fora do estado e reunião técnica de supervisão com técnicos da UVAGRO-Parnaíba-PI.						
Análise do Resultado Alcançado: Ação(2181) - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos						
a) Principais Resultados: Garantida da não entrada de organismos maléfico ao setor da cadeia produtiva de produtos da pecuária em território brasileiro, a partir do aeroporto de Parnaíba-PI,						
b) Entraves: Ausência de vôos internacionais que facilitasse a aplicabilidade e o entendimento da legislação e das normas legais vigentes.						
c) Contratações e Parcerias: Não houve parcerias formalizadas por meio de convênios ou instrumentos desse tipo, para o desenvolvimento das ações.						
d) Transferências: Execução física e financeira das ações realizadas pela UJ.						
e) Análise do Desempenho: não existe como avaliar desempenho, vez que não houve indicadores, quer sejam fiscalizações efetivadas.						

Fonte: PPA (2008/2011), SIOR (2010), SIPLAN (2010), Relatórios Mensais das UVAGROS.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
 Serviço de Apoio Administrativo

Tabela LXXXI - Execução Física e Financeira das ações realizadas pelas UVAGROS Parnaíba-PI

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da ação	Prioridade	Unidade de medida	Execução física			Execução financeira		
							Meta Prevista 2010	Meta Realizada 2010	Meta a ser Realizada 2011	Meta Prevista 2010	Meta Realizada 2010	Meta a ser Realizada em 2011
Agricultura	Defesa da Sanidade Vegeta	0357 Segurança da Sanidade na Agropecuária	2180 Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos.	Atividade	1	Fisacaliza ção Realizada	60	0	60	33.525,00	33.213,63	9.600,00
Agricultura	Defesa da Sanidade Animal	0357 Segurança da Sanidade na Agropecuária	2181 Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos	Atividade	1	Fisacaliza ção Realizada	60	0	60	12.800,00	11.690,35	9.600,00



2.3.6 Serviço de Apoio Administrativo – SAD/SFA-PI (Código SIORG: 72371)

2.3.6.1 Competência Institucional:

Conforme Art. 35 da portaria nº 428, de 09 de junho de 2010, ao Serviço de Apoio Administrativo compete:

I - Coordenar a execução das atividades de administração geral e de execução orçamentária e financeira dos recursos alocados à SFA/MAPA, consoante orientações dos órgãos setoriais;

II - Orientar e acompanhar:

- a) procedimentos licitatórios;
- b) preparação e formatação de contrato, ajuste e demais instrumentos de parcerias;
- c) alienação de bens móveis
- d) execução físico-financeira de convênio, ajuste, contrato, e demais instrumentos de parceria, emitindo parecer técnico; e
- e) atividade-meio e de execução orçamentária e financeira, junto às Unidades de Execução Finalística integrantes da SFA/Mapa;

III - propor, em articulação com o Serviço de Planejamento e Acompanhamento ou a Seção de Planejamento e Acompanhamento, os indicadores de desempenho operacional da área administrativa;

IV - programar e promover auditorias das atividades exercidas pelas unidades administrativas hierarquicamente subordinadas ou sob orientação;

V - Coordenar os apoios operacionais e administrativos à Comissão Permanente de Licitação-CPL e ao pregoeiro no âmbito da SFA/Mapa, especialmente de:

- a) providências para publicação de aviso de licitações e de outros eventos previsto em lei;
- b) realização de pesquisas de preços e composição dos respectivos mapas;
- c) elaboração de minuta de edital de licitação ou equivalente; e
- d) prestação de informações às empresas licitantes sobre andamento de processos;

VI - elaborar atestados de capacidade técnica, solicitados por fornecedores ou prestadores de serviços;

VII - acompanhar:

- a) cadastramento e atualização dos dados cadastrais dos fornecedores no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf;
- b) compra; e
- c) formalização, acompanhamento e controle de contratos, convênios ajustes e demais instrumentos de parceria, inclusive das programações físico-financeiras;

VIII - manter os catálogos e as especificações técnicas dos materiais de consumo e permanente, bem como dos serviços prestados;

IX - promover coleta, processamento e manutenção dos dados dos sistemas de informações administrativas e de gestão orçamentária, financeira e patrimonial;

X - instruir processo administrativo decorrente de infração aos dispositivos legais;

XI - prestar apoio administrativo requerido pela participação da SFA/Mapa em comissões regionais, estaduais e municipais; e

XII - elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a elaboração de Relatório de Gestão da Superintendência Federal.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

As ações do Serviço de Apoio Administrativo foram desenvolvidas, em 2010, através do Plano Interno MANUTSFAS, Programa de Trabalho: 20122075047160001, PTRES: 001482, Esfera 01, Ação: GM – Gabinete do Ministro, Subação: 0750 – Programa de Apoio Administrativo cujo objetivo: operação dos serviços administrativos das unidades descentralizadas - é atender despesas com a manutenção da Unidade, com vistas a dotá-la de todas as condições necessárias para o perfeito desenvolvimento das atividades a ela pertinentes, tais como, disposição de viaturas, mobiliários e equipamentos, manutenção e conservação das instalações prediais com serviços de vigilância e segurança, limpeza e conservação, etc.

Para tanto, a estrutura administrativa está assim constituída:

1 - Seção de Atividades Gerais – SAG/SAD/SFA/PI (83481):

- 1.1 – Setor de Manutenção Predial – SMAP/SAG/SFA-PI;**
- 1.2 – Núcleo de Manutenção Predial – NMAP/SAG/SFA-PI;**
- 1.3 – Setor de Compras e Contratos – SCC/SAD/SFA-PI;**
- 1.4 - Setor de Material e Patrimônio – SMP/SAG/SAD/SFA/PI (79068);**
- 1.5 – Núcleo de Protocolo – NPR/SAD/SFA-PI;**
- 1.6 – Núcleo de Transporte – NTR/SAG/SAD/SFA/PI (79069);**

2. Seção de Gestão de Pessoas – SGP/SAD/SFA-PI;

3. Seção de Execução Orçamentária e Financeira – SEOF/SAD/SFA-PI.

Segue, abaixo, o desempenho de cada Seção da Área Administrativa



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
 Serviço de Apoio Administrativo

2.3.6.2 Seção de Atividades Gerais – SAG/SAD/SFA-PI

2.3.6.2.1 Competência Institucional:

Conforme Art. 36 da portaria nº 428, de 09 de junho de 2010, à Seção de Atividade Gerais compete: Promover, acompanhar e orientar a execução das atividades de transporte, material e patrimônio, reprografia, zeladoria, manutenção predial, almoxarifado,, protocolo, limpeza, conservação e vigilância; coletar, processar e manter os dados dos sistemas de informações administrativas específicas; programar as aquisições de materiais e as contratações de serviços; promover operação do sistema informatizado de protocolo referente à documentação corrente; promover ações relacionadas a funcionalidade do Sistema – SIGID; administrar o arquivo central, mantendo as condições de guarda e conservação dos documentos, inclusive procedendo o controle e descarte do acervo documental; instruir processos administrativos decorrente de infrações aos dispositivos legais e elaborar relatórios de atividades desempenhadas e subsidiar a preparação do Relatório de Gestão da Superintendência Federal.

Tabela LXXXII - Principais Processos da Seção de Atividades Gerais

Controla e acompanha os contratos de prestação de serviços;
Controla e certifica as notas fiscais, faturas e as encaminha ao SEOF para pagamento
Orienta a todos como proceder à confecção dos pedidos de compras de material ou Serviços
Processa e cadastra todas as inexigibilidades e dispensas de licitações e licitações nas modalidades Convite, Tomada de Preços e Concorrência Pública no sistema SIDEC;
Cadastra os contratos de prestação de serviços no sistema SICON;
Cadastra os cronogramas referentes aos contratos de prestação de serviços no SICON;
Efetua pesquisa de preços no sistema SISSPP para área interessadas;
Analisa, cadastra e acompanha a regularidade da documentação jurídico/fiscal das empresas interessadas em participar de licitações no Governo Federal no sistema SICAF;
Emissão de notas de empenho (NE) para suprimento de fundos para viagem, serviços de terceiros, material de consumo e material permanente;
Analisar e cadastrar as Prefeituras do Estado do Piauí no sistema SICONV.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
 Serviço de Apoio Administrativo

Tabela LXXXIII - Equipe de Trabalho - SAG

Equipe de Trabalho, cargo, função (até 31.12.2010) SEÇÃO DE ATIVIDADES GERAIS – SAG/SFA/PI		
Nome	Cargo	Função
Suzana Maria Gadelha Ferreira	Datilografa	Chefe da Seção de Atividades Gerais
Lúcio Mauro Ribeiro Leite	Agente Administrativo	Responsável Informática
Antonio de Maria Rodrigues	Agente de vigilância	xxx
Mariano Gomes da Silva	Aux. De Recursos Humanos	Requisitado à CONAB/PI
João Ribeiro Mota	Aux. De Recursos materiais	Requisitado à CONAB/PI
José Maria Alves	Agente de Vigilância	xxx

Tabela LXXXIV - Demonstrativo de capacitação - SAG

Demonstrativo de capacitacao					
Nome	Local	Periodo	Valor diária	Valor passagem aerea	Pi
Suzana Maria Gadelha Ferreira	Fortaleza/CE	03 a 09/10/2010	1.296,75	-	CAPACITA
	Recife/PE	21 a 24/11/2010	788,09	636,74	CAPACITA
Lúcio Mauro Ribeiro Leite	Brasilia/DF	21 a 27.11.2010	1.465,60	713,04	CAPACITA
Mariano Gomes da Silva	Canela/RS	26.09 a 02.10.2010	1.150,50	1.238,71	CAPACITA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
 Serviço de Apoio Administrativo

2.3.6.2.2 Setor de Manutenção Predial SMAP/SAG/SAD/SFA-PI e **Núcleo de Manutenção Predial - NMAP/SAG/SAD/SFA-PI**

2.3.6.2.2.1 Competência Institucional:

Conforme Art. 37 da portaria nº 428, de 09 de junho de 2010, ao Setor de Manutenção Predial e ao Núcleo de Manutenção Predial compete:

I – Acompanhar e controlar a execução de serviço prestado para manutenção, limpeza e vigilância de edifícios e outros bens móveis; II – Promover e orientar mudanças, remanejamentos. Recolhimentos e redistribuições de bens móveis; III – Vistoriar as condições de: Infra-estrutura física dos bens imóveis e manter os registros cadastrais; e Instalações elétricas e hidráulicas dos edifícios. IV – Instruir processos administrativos de acordo com a legislação pertinente; V – Realizar ações preventivas para garantir a segurança das condições de uso dos bens imóveis; IV – Elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a preparação do Relatório de Gestão da Superintendência Federal.

Tabela LXXXV - Principais Processos - NMAP

Principais Processos do Setor de Manutenção Predial	
Manter em condições de bom funcionamento as instalações elétricas;	
Manter em condições de bom funcionamento as instalações hidráulicas;	
Orientar os servidores que participaram do processo de leilão de bens móveis.	

Tabela LXXXVI - Equipe de Trabalho - NMAP

Equipe de Trabalho, cargo, função (até 31.12.2010)		
SETOR DE MANUTENÇÃO PREDIAL		
Nome	Cargo	Função
Alcione Lopes Monteiro	Agente Administrativo	Chefe do Setor de manutenção predial

Tabela LXXXVII - Demonstrativo de Capacitação - NMAP

DEMONSTRATIVO DE CAPACITACAO					
NOME	LOCAL	PERIODO	VALOR DIÁRIA	VALOR PASSAGEM AEREA	PI
Alcione Lopes Monteiro	Recife/PE	21 a 24/11/2010	796,97	636,74	CAPACITA

Tabela LXXXVIII - Demonstrativo de Serviços Realizados - NMAP

DEMONSTRATIVO DE SERVIÇOS REALIZADOS (até 31.12.2010)	
Serviço	Quantitativo
Leilão de Bens Móveis	01



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

2.3.6.2.3

Setor de Compras e Contratos - SCC /SAG/SAD/SFA-PI

2.3.6.2.3.1 Competência Institucional:

Conforme Art. 38 da portaria nº 428, de 09 de junho de 2010, ao Setor de Compras e Contratos compete:

I – Promover:

- a)** apoio operacional e administrativo à Comissão Permanente de Licitação – CPL e ao pregoeiro da SFA;
- b)** providências requeridas para a formalização de compras ou de contrato de prestação de serviço e de execução de obras;

II – receber, conferir, classificar e registrar os pedidos de aquisição de materiais, prestações de serviços e execução de obras;

III – controlar:

- a)** prazos estabelecidos para entrega de materiais e execução de serviços, bem como informar sobre aplicação de penalidades e muitas dúvidas;
- b)** recebimento e guarda dos documentos de garantia, fornecidos pelos contratados; e
- c)** estudos de viabilidade de prorrogações de prazos de entrega de material e de execução de serviço e obra;

IV – Operar o Sistema integrado de Registro de Preços, no que se refere ao processamento dos registros referentes às compras e contratações;

V – fornecer subsídios para a elaboração de atestados de capacidade técnica, solicitados pro fornecedores ou prestadores de serviços;

VI – cadastrar e implementar atualização dos dados cadastrais dos fornecedores no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

VII – manter os catálogos e as especificações técnicas dos materiais e de prestação de serviços;

VIII – propor:

- a)** aplicação de penalidades em casos de inadimplência e de descumprimento de obrigações contratuais;
- b)** designações e substituições de servidores para o exercício do encargo de fiscal de contrato, prestando informações pertinentes;

IX – receber, analisar e instruir processos para repactuações, reequilíbrios econômico-financeiros e reajustes de preços de serviços, bem como para demais alterações contratuais;

X – acompanhar os prazos de vigências dos contratos e de Atas do Registro de Preços, analisando as condições técnico-administrativas das execuções, face à viabilidade legal de prorrogação;

XI – elaborar minutas de editais e de instrumentos contratuais ou congêneres;

XII – solicitar as documentações indicadas para efetivação das contratações, bem como providenciar assinatura dos termos contratuais;

XIII – providenciar divulgação e publicação de termo contratual e demais ações consequentes;

XIV – manter registros dos contratos firmados e gerar cronograma no SIASG;

XV – elaborar relatório anual das atividades exercidas com vista a subsidiar a elaboração do relatório de gestão anual da Superintendência Federal.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
 Serviço de Apoio Administrativo

Tabela LXXXIX - Atividades Desenvolvidas - SCC

Inexibilidade, Dispensas de Licitação, Convite, Tomada de Preços e Pregão (até 31.12.2009)					
Ano	Inexibilidade	Dispensa	Convite	Tomada de Preços	Pregão eletrônico realizados
2010	05	31	--	--	08

Tabela LC - Demonstrativo de Serviços Realizados - SCC

Demonstrativo de serviços realizados (até 31.12.2009)	
Serviço	Quantitativo
Contratos vigentes	16
Termos aditivos de contratos vigentes	07

Tabela LCI – Equipe de Trabalho - SCC

Equipe de Trabalho, cargo, função (até 31.12.2010)		
SETOR DE MANUTENÇÃO PREDIAL		
Nome	Cargo	Função
Suzana Maria Gadelha Ferreira	Datilografa	Chefe do Setor de Compras e Contratos - substituta

Tabela LCII – Demonstrativo de Capacitação - SCC

Demonstrativo de Capacitação					
NOME	LOCAL	PERIODO	VALOR DIÁRIA	VALOR PASSAGEM AEREA	PI
Suzana Maria Gadelha Ferreira	Foz do Iguaçu/PR	14 a 19/03/2010	820,22	1.850,86	CAPACITA
	Canela/RS	26/09 a 02/10/2010	1.161,65	1.238,71	CAPACITA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

2.3.6.2.4

Setor de Material e Patrimônio – SMP/SAG/SAD/SFA-PI

2.3.6.2.4.1 Competência Institucional:

Conforme Art. 39 da portaria nº 428, de 09 de junho de 2010, ao Setor de material de Patrimônio compete:

Atribuições regimentais:

- I** – controlar a entrega e manter a guarda de material adquirido;
- II** – classificar, registrar e controlar bens de consumo, elaborando demonstrativo contábil;
- III** – proceder à redistribuição de bens de consumo;
- IV** – manter:
 - a) Documentação relativa ao almoxarifado da Superintendência Federal, organizado e atualizado;
 - b) Registros, bem como guarda dos materiais de consumo e permanente e promoção da conservação devida;
- V** - coletar, processar e manter os dados específicos dos sistemas de informações administrativas;
- VI** – classificar, registrar e cadastrar bem patrimonial, elaborando demonstrativo contábil, bem como controlar a distribuição;
- VII** – proceder as mudanças, remanejamentos, recolhimentos e redistribuições de bens móveis;
- VIII** – manter organizada e atualizada a documentação relativa aos bens móveis e imóveis da Superintendência Federal;
- IX** – executar os procedimentos de alienação de bens móveis;
- X** – providenciar legislação e manter atualizados os registros cadastrais dos bens imóveis jurisdicionados à Superintendência Federal , junto aos órgãos competentes;
- XI** – instruir processo administrativo decorrente de infração nos dispositivos legais; e
- XII** – elaborar relatório anual das atividades exercidas com vistas a subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão anual da Superintendência Federal.

Obs.: Foram atualizados os registros cadastrais dos bens imóveis jurisdicionados a SFA/PI.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
 Serviço de Apoio Administrativo

Tabela LCIII – Principais Processos - SMP

Apropriação de notas fiscais para posterior envio ao SEOF
Cadastramento dos materiais no ASI (sistema de controle de rede interna)
Emissão de Termos de Responsabilidade
Elaboração do Inventário de Bens Móveis e Imóveis
Emissão de Relatório Mensal de Movimentação de Bens _ RMA no sistema SIAFI
Compatibilização dos sistemas ASI com SIAFI e SPIUNET
Controla o recebimento e distribuição dos bens adquiridos pela SFA/PI

Tabela LCIV - Principais Processos - SMP

Controla a entrada e saída de materiais no Almoxarifado
Apropriação de notas fiscais para posterior envio ao SEOF
Disponibilização do material no sistema ASI
Emissão de relatório mensal do almoxarifado (RMA) no sistema SIAFI
Emissão de relatório anual do almoxarifado
Compatibilização do sistema ASI com SIAFI

Tabela LCV - Equipe de Trabalho - SMP

Equipe de Trabalho, cargo, função (até 31.12.2009) SETOR DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO/SMP/SFA/PI		
Nome	Cargo	Função
Suzana Maria Gadelha Ferreira	Datilógrafa	Chefe do Setor de Material e Patrimônio - substituta



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
 Serviço de Apoio Administrativo

Tabela LCVI - Demonstrativo de Serviços Realizados - SMP

DEMONSTRATIVO DE SERVIÇOS REALIZADOS (até 31.12.2010)	
Serviço	Valor (R\$)
Entrada orçamentária de material de consumo (estocáveis e não estocáveis) no almoxarifado	161.855,61
Saída orçamentária de material de consumo (estocáveis e não estocáveis) no almoxarifado	141.942,05
Baixa por doação	00
Baixa por transferência	01
Termos de responsabilidades	296
Bens móveis adquiridos	268
Bens móveis adquiridos através de transferências	05
Bens imóveis	01
Consumo Anual de custos por serviço, seção e Setor no Almoxarifado (até 31.12.2009)	
Serviço, seção e setor	Valor R\$
Laboratório de Análises de Sementes – LASO	172,89
DEPDAG – Divisão Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário	7.568,35
Escritório de Representação da SFA/PI em Floriano	50,83
Escritório de Representação da SFA/PI em Parnaíba	275,63
Escritório de Representação da SFA/PI em Picos	405,91
Fotocopiadora/SAG/SFA/PI	1.099,41
Gabinete do Superintendente	38.001,37
Superintendência Federal da Pesca e Aqüicultura –	7.245,21
Serviço de Fiscalização Agropecuária/SEFAG/DT/SFA/PI	7.852,06
Serviço de Apoio Administrativo/SAD/SFA/PI	176,51
Serviço de Insp. De Prod. Agropecuários/SIPAG/DT/SFA/PI	10.959,68
Serviço de Inspeção e Saúde Animal	29.548,87
Seção de Política e Desenvolvimento Agropecuário	1.598,91
Setor de Protocolo/SAG/SAD/SFA/PI	723,77
Setor de Transportes/ST/SAG/SAD/SFA/PI	7.383,22
Seção de Atividades Gerais/SAG/SAD/SFA/PI	20.054,19
DIRETORIA TÉCNICA	908,26
Seção de Recursos Humanos/SRH/SAD/SFA/PI	779,79
Seção de Execução Orçamentária e Financeira/SEOF/SAD/SFA/PI	546,84
Serviço de Sanidade Agropecuária	5.092,47
Serviço de Inspeção Vegetal	1.497,88
TOTAL GERAL	141.942,05



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

2.3.6.2.5 Núcleo de Protocolo – NPR/SAG/SAD/SFA-PI

2.3.6.2.5.1 **Competência Institucional:**

Conforme Art. 40 da portaria nº 428, de 09 de junho de 2010, ao Núcleo de Protocolo compete:

- I** - receber, distribuir e expedir a documentação corrente;
- II** – classificar, numerar, registrar e autuar as documentações recebidas e expedidas, com lançamento no Sistema SIGID;
- III** - sistematizar, recuperar e prestar informações relativas ao trâmite documental;
- IV** - receber e expedir malotes;
- V** - instruir processo administrativo decorrente de infração aos dispositivos legais; e
- VI** - elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a preparação do Relatório de Gestão da Superintendência Federal.

Tabela LCVII - Principais Processos - NPR

Principais Processos do Setor de Protocolo	
Recebimento e movimentação interna e externa de processos e documentos na SFA/PI	
Autuação e cadastro de processos no sistema SIGID	
Recebimento e expedição de malotes	

Tabela LCVIII - Equipe de Trabalho - NPR

Equipe de Trabalho, cargo, função (até 31.12.2010)		
SETOR DE PROTOCOLO		
Nome	Cargo	Função
Evaldo de Sousa Brito	Continuo	Requisitado à CONAB/PI
Hermínio Rodrigues dos Santos	Agente Administrativo	xxx
Antonio de Carvalho Rios	Agente Administrativo	Chefe do Setor de Protocolo

Tabela LCIX - Processos Autuados - NPR

Processos Autuados no Setor de Protocolo (até 31.12)		
ANO	Processo autuados de janeiro a dezembro de 2010, respectivamente:	Proc. Aut/Ano
2010	132, 135, 269, 235, 199, 215, 223, 217, 211, 184, 232, 270	2.522



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

2.3.6.2.6 Núcleo de Transporte - NTR/SAG/SAD/SFA-PI

2.3.6.2.6.1 Competência Institucional:

Conforme Art. 41 da portaria nº 428, de 09 de junho de 2010, ao Núcleo de Transporte compete:

- I** – manter sistema de controle de acompanhamento da utilização dos veículos;
- II** – orientar os usuários dos veículos quanto aos aspectos da utilização e da direção defensiva dos veículos;
- III** – promover recuperação, manutenção e revisão dos veículos;
- IV** – levantar e analisar custos de manutenção e conservação dos veículos, bem como do consumo de combustíveis;
- V** – acompanhar, em consonância com o fiscal de contrato, a execução do contrato de prestação de serviços, relacionados aos veículos;
- VI** – detalhar o plano anua de aquisição de veículos – PAAV, bem como a proposta de alienações dos veículos inservíveis ou antieconômicos;
- VII** – instruir processo administrativo decorrente de infração aos dispositivos legais;
- VIII** – coletar, processar e manter os dados específicos dos sistemas de informações administrativas; e
- IX** – elaborar relatório anual das atividades exercidas com vistas a subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão anual da Superintendência Federal.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

Tabela C - Principais Processos - NTR

Principais Processos do Setor de Transportes	
Liberação de veículos mediante guia de requisição de transportes	
Controle de entrada e saída de veículos	
Autorização para fornecimento de combustível e prestação de serviços	
Controle diário de consumo de combustível	
Controle de circulação de veículos	
Controle da frota da SFA/PI	
Relatório de combustível	
Termo de vistoria de veículos	
Termo de responsabilidade de veículos	

Obs.: A frota de veículos desta SFA/PI tem seu acompanhamento monitorado. Apresentando estabilidade em seu quantitativo com os níveis de consumo médio de combustíveis expressos em km/l, os valores apresentados são satisfatórios em função do uso a que são submetidos.

Tabela CI - Frota de Veículos - NTR

FROTA DE VEÍCULOS (CAPITAL E INTERIOR) ATÉ 31/12				
ANO		DIESEL	GASOLINA	TOTAL
2010		14	15	29

Tabela CII - CONS. MÉDIO DE GASOLINA DA FROTA DE VEÍCULOS - NTR

CONS. MÉDIO DE GASOLINA DA FROTA DE VEÍCULOS (CAPITAL E INTERIOR)						
ANO	KM. PECOR	LITROS	VAL. COMB	REPAROS	VALOR TOTAL	CONS. MED
2010	174.925	17.946,90	43.554,40	10.631,57	54.185,97	9,75

Tabela CIII - CONS. MÉDIO DE ÓLEO DIESEL DA FROTA DE VEÍCULOS - NTR

CONS. MÉDIO DE ÓLEO DIESEL DA FROTA DE VEÍCULOS (CAPIT. INTERIOR)						
ANO	KM. PERC.	LITROS	VAL. COMB	REPAROS	VALOR TOTAL	CONS. MED
2010	163.667	17.421,58	35.097,97	29.459,33	64.559,30	9,50
Mais Detalhes						
ANO	KM DIESEL	KM GASOL.	MED. GASOL.	MED. DIESEL		
2010	163.667	174.925	09,75	09,50		

Obs.: Como o consumo de combustível acompanha a execução dos específicos contratos de prestação de serviço: oficina e posto de combustível. Assim como foi elaborado no Plano Anual de Aquisição de Veículos – PAAV. Como também, a proposta de alienação dos veículos inservíveis ou antieconômicos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

2.3.6.2.6.2 Relação de Funcionários do Setor:

Chefe do setor: Raimundo Nonato Valfran de Oliveira

Função: Agente de vigilância

Serviços Desenvolvidos: Operar o sistema SCVA-ORACLE, acompanhar contratos referentes a ações do Setor, escalar motoristas para viagem fazer controle de circulação de viaturas, dirigir viaturas quando da ausência de motoristas Oficiais, e dar manutenção na frota de veículos fiscalizando se- viço de Oficina..

Chefe Subst: João Francisco da Rocha

Função: Agente administrativo

Serviços Desenvolvidos: Operar o sistema SCVA-ORACLE, acompanhar contratos referentes a ações do Setor, escalar motoristas para viagem fazer controle de circulação de viaturas e substituir o titular quando se fizer necessário e dirigir viaturas quando da ausência de motoristas oficiais; realizar manutenção de veículos.

Auxiliar de Serviço: Manoel Rodrigues Mateus (CONAB)

Serv. Executados: Controle de circulação de viaturas e dirigir viaturas quando da ausência de motoristas Oficiais.

Motoristas oficiais:

José Ferreira do Nascimento

Raimundo Rufino Vale

Franklin dos Santos

Geraldo Vicente Soares

João Domingos Neto



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

2.3.6.3 Seção de Gestão de Pessoas SGP/SAD/SFA-PI:

2.3.6.3.1 Competência Institucional:

Conforme Art. 42 da portaria nº 428, de 09 de junho de 2010, à Seção de Gestão de Pessoas compete:

- I** – promover aplicação da legislação de pessoal no que tange aos direitos e deveres dos servidores públicos e dos empregados lotados na SFA/Mapa;
- II** – orientar a execução das atividades de:
 - a)** registros funcionais
 - b)** preparo de pagamento de pessoal
 - c)** concessões de:
 - 1.** férias , licenças e aposentadorias;
 - 2.** benefícios sociais e assistenciais; e
 - 3.** exames médicos periódicos;
- III** – providenciar a realização de perícia médica;
- IV** – controlar as atividades dos estagiários
- V** – identificar as necessidades de desenvolvimento de competências e de realização de programações e projetos de educação continuada, em articulação com as demais unidades administrativas da SFA/Mapa;
- VI** – cadastrar e manter atualizados os dados e informações sobre agentes de desenvolvimento de pessoas, consultores, educadores e empresas especializadas;
- VII** – providenciar inscrição e analisar os processos de participação de servidores em curso externos e em outros eventos similares;
- VIII** – prover apoio técnico e operacional na execução do Plano Anual de Desenvolvimento de pessoas;
- IX** – coletar, processar e manter os dados específicos dos sistemas de informações administrativas;
- X** – instruir processo administrativo decorrente de infração aos dispositivos legais; e
- XI** – elaborar relatório anual das atividades exercidas com vistas a subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão anual da Superintendência Federal.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
 Serviço de Apoio Administrativo

2.3.6.3.2 Setores e Localizações – Atualizado em 07.02.2011.

Tabela CIV - Gabinete da Superintendência - SGP

SIAPE	Nome	Cargo	C.P.F.
1578818	Aurino Antônio Nunes Guimarães	Superintendente (s/ vínculo)	239.564.373-49
1448544	Lucianira Dias Magalhães	Cedida pela CONAB	097.516.613-15
1280980	Maria Júlia Martins Santos Noronha	Cedida pela CONAB	007.846.133-20

Tabela CV - Divisão de Defesa Agropecuária – DDA

SIAPE	Nome	Cargo	C.P.F.
0009572	Antônio Pereira da Silva	Agente de Portaria	119.676.091-87
0009576	Francisco Antônio de Sousa Costa	Fiscal Federal Agropecuário	105.542.203-00
1285840	Paola Frassinetti Nunes Machado de Oliveira	Fiscal Federal Agropecuário	497.269.513-72
0009589	Vitalino Manoel da Luz	Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal	066.488.603-59

Tabela CVI - Serviço de Apoio Administrativo – SAD

SIAPE	Nome	Cargo	C.P.F.
0009593	Lêda Regina Moraes Vasconcelos Gama	Agente Administrativo	184.305.893-68



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
 Serviço de Apoio Administrativo

Tabela CVII - Serviço de Inspeção e Saúde Animal – SISA

SIAPE	Nome	Cargo	C.P.F.
0009570	Acilino Portela Filho	Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal	067.129.833-04
1348665	Airton Leôncio Dutra da Silva	Fiscal Federal Agropecuário	349.712.203-10
1301546	Antônio Auro da Silva	Fiscal Federal Agropecuário	305.915.623-91
0009571	Antônio Carvalho dos Santos Sobrinho	Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal	048.353.363-72
0009573	Antônio Ribeiro de Sousa	Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal	077.094.123-00
0009618	Auristela Amarantina Ayres Lima	Fiscal Federal Agropecuário	141.214.094-34
1573724	Eduardo Henrique Soares de Oliveira	Fiscal Federal Agropecuário	745.732.503-44
0009488	Eduardo Piauilino Mota	Fiscal Federal Agropecuário	067.136.023-04
1646064	Flávio Alves Ferreira	Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal	948.524.213-15
0009577	Francisco das Chagas Lopes da Silva	Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal	066.180.653-72
0009578	Francisco José Pereira da Silva	Fiscal Federal Agropecuário	067.141.883-15
0009223	Francisco José Pereira Ribeiro	Agente de Atividades Agropecuárias	077.500.643-20
0009579	Francisco Rodrigues Carvalho	Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal	138.068.233-91
1608136	Gisleino Guimarães de Moura	Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal	958.613.433-49
0009611	Ieda Maria Guedes Marques	Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal	240.500.323-68
0009582	José Ribamar Guimarães Moura	Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal	066.173.793-49
0009584	Luis Gonzaga Lopes da Silva	Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal	065.994.433-20
0009494	Maria da Ressurreição Ribeiro Gonçalves do Nascimento	Fiscal Federal Agropecuário	047.964.543-49
0009587	Marlos Quidute Bastos	Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal	097.906.404-04
0009554	Raimundo Nonato Júnior	Fiscal Federal Agropecuário	032.781.663-53
0009590	Wilson Bezerra de Sousa	Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal	051.834.803-20



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

Tabela CVIII - Servidores que exercem atividades na Representação de Parnaíba/PI. - SISA

SIAPE	Nome	Cargo	C.P.F.
0382965	André Maurício da Costa Carvalho	Fiscal Federal Agropecuário	193.012.434-15
6009610	Claro Ferreira da Cunha Neto	Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal	096.652.183-87
0009575	Evaldo Piauilino Mota	Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal	099.932.743-72
1720646	Hélio Damasceno Alelaf	Servidor do Ministério das Cidades	112.292.503-44
1269312	Joaquim José de Castro Monteiro	Cedido pela CONAB	152.093.423-87
0009588	Pedro Vaz de Sousa Filho	Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal	025.625.963-15

Tabela CIX - Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal – SISV

SIAPE	Nome	Cargo	C.P.F.
0009615	Arisman Gomes Lustosa	Agente de Atividades Agropecuárias	226.503.503-34
0009483	Epitácio de Moura Nunes	Fiscal Federal Agropecuário	043.570.003-00
0009656	Francisco de Sousa	Agente de Atividades Agropecuárias	047.191.313-87
1325170	Luis Francisco Mendes Silva	Agente Administrativo	160.765.673-68
1082021	Paulo Afonso Pereira Lima	Agente de Atividades Agropecuárias	151.121.523-20
0009485	Pedro Gonçalves Vilarinho Filho	Fiscal Federal Agropecuário	038.659.753-72
0009600	Raul Santana Castelo Branco	Fiscal Federal Agropecuário	066.814.923-04
0009241	Rosa Virgínia Sabóia de Meneses	Fiscal Federal Agropecuário	043.287.283-34
1460777	Vamberto Barbosa Braz	Fiscal Federal Agropecuário	035.307.714-30
0009599	Walter Almeida de Sousa	Fiscal Federal Agropecuário	185.712.043-49

Tabela CX – Servidor que exerce atividades na Representação de Parnaíba/PI - SISV

SIAPE	Nome	Cargo	C.P.F.
0009243	João da Cruz de Sousa	Fiscal Federal Agropecuário	065.549.203-82

Tabela CXI - Serviço de Fiscalização de Insumos e Serviços Agropecuários – SEFAG

SIAPE	Nome	Cargo	C.P.F.
0125132	Albertino Lima	Cedido pela CONAB	105.317.423-34
6002695	Alonso da Mota Lamas	Fiscal Federal Agropecuário	493.638.407-00
0020226	Antônio Paulo Batista de Sousa	Fiscal Federal Agropecuário	053.548.973-00
1474872	Diolino Henriques Neto	Fiscal Federal Agropecuário	359.702.783-00
0009229	José Edison Mouta	Fiscal Federal Agropecuário	030.183.003-78
1082314	Paulo Henrique da Silva Moura	Fiscal Federal Agropecuário	138.116.063-87
0009251	Saturnino de Moura Neto	Fiscal Federal Agropecuário	068.132.083-49

Tabela CXII - Servidores que exercem atividades no Laboratório - SEFAG.

SIAPE	Nome	Cargo	C.P.F.
0140151	Raul Rodrigues de Azevedo	Agente de Atividades Agropecuárias	079.415.104-30
0009617	Rozalvo Lopes da Costa	Fiscal Federal Agropecuário	100.579.784-68



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

Tabela CXIII - Servidores que exercem atividades na Representação de Picos/PI - SEFAG

SIAPPE	Nome	Cargo	C.P.F.
0009558	José Agostinho da Luz	Agente de Atividades Agropecuárias	047.860.413-00
0009616	Manoel Taveira da Silva	Agente de Atividades Agropecuárias	216.999.503-00

Tabela CXIV - Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG

SIAPPE	Nome	Cargo	C.P.F.
1348519	Adriana Chagas Barreto	Fiscal Federal Agropecuário	395.046.703-34
0009220	Edivar Araújo da Silva	Agente de Atividades Agropecuárias	066.586.103-63
1584126	Ferdinand Soares Feitosa	Cargo em Comissão de Chefe de Divisão (sem vínculo)	343.210.393-04
1573823	Janina Carvalho Gonçalves	Fiscal Federal Agropecuário	470.518.253-72
0009231	José Maria Pires de Meneses	Fiscal Federal Agropecuário	042.651.303-72
1272239	Telma Maria Graciano do Nascimento	Cedida pela CONAB	226.267.433-72

Tabela CXV - Servidor que exerce atividades na Representação de Picos/PI - DPDAG

SIAPPE	Nome	Cargo	C.P.F.
0009620	José Nilson Baldoíno Araújo	Fiscal Federal Agropecuário	007.605.953-72

Tabela CXVI - Servidores que exercem atividades na Representação de Floriano/PI - DPDAG

SIAPPE	Nome	Cargo	C.P.F.
0009560	Anísio Teixeira de Sousa Neto	Auxiliar de Meteorologia	065.205.533-87
1112450	Carlos Alberto Kalume Reis	Fiscal Federal Agropecuário	039.091.743-53

Tabela CXVII - Seção de Suporte Agropecuário – SeSAG

SIAPPE	Nome	Cargo	C.P.F.
0009614	Litercílio de Lima Macedo	Fiscal Federal Agropecuário	029.268.655-20

Tabela CXVIII - Seção de Atividades Gerais – SAG

SIAPPE	Nome	Cargo	C.P.F.
0571554	Antônio de Maria Rodrigues da Silva	Agente de Vigilância	239.981.133-04
1269555	João Ribeiro Mota	Cedido pela CONAB	130.719.043-04
0571525	José Maria Alves	Agente de Vigilância	145.238.843-15
0009598	Lúcio Mauro Ribeiro Leite	Agente Administrativo	201.048.123-20
0027123	Suzana Maria Gadelha Ferreira	Datilógrafa	241.825.832-72



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

Tabela CXIX - Setor de Material e Patrimônio – SMP

SIAPE	Nome	Cargo	C.P.F.
1271824	Mariano Gomes da Silva	Cedido pela CONAB	145.395.513-53

Tabela CXX - Setor de Manutenção Predial – SMAP

SIAPE	Nome	Cargo	C.P.F.
0031955	Alcione Lopes Monteiro	Agente Administrativo	313.827.381-53

Tabela CXXI - Setor de Transporte – STR

SIAPE	Nome	Cargo	C.P.F.
0034110	Franklin dos Santos	Motorista Oficial	038.721.063-68
1100372	Geraldo Vicente Soares	Motorista Oficial	043.647.163-91
0031786	João Domingos Neto	Motorista Oficial	097.235.603-72
0009597	João Francisco da Rocha	Agente Administrativo	160.278.923-15
0009230	José Ferreira do Nascimento	Motorista Oficial	013.043.053-68
2270643	Manoel Rodrigues Mateus	Cedido pela CONAB	181.850.613-00
0009564	Osvaldo Pereira da Silva	Agente de Vigilância	150.819.741-53
0009603	Raimundo Nonato Valfran de Oliveira	Agente de Vigilância	133.835.153-20
0716792	Raimundo Rufino Vale	Motorista Oficial	065.946.033-53

Tabela CXXII - Setor de Protocolo – SPR

SIAPE	Nome	Cargo	C.P.F.
0009256	Antônio de Carvalho Rios	Agente Administrativo	025.186.353-00
1635572	Evaldo de Sousa Brito	Cedido pela CONAB	227.296.073-15
0009226	Hermínio Rodrigues dos Santos	Agente Administrativo	079.872.693-87

Tabela CXXIII - Seção de Gestão de Pessoas – SGP

SIAPE	Nome	Cargo	C.P.F.
0009609	Abrahão Lincoln de Araújo Mendes	Agente Administrativo	161.129.113-53
0009210	Ângela Maria Rodrigues	Agente Administrativo	131.830.873-91
0009602	Francisco Monteiro de Oliveira	Agente de Vigilância	105.793.703-72
1280961	Joaquim Rodrigues da Matta Filho	Cedido pela CONAB	337.956.493-15
0009592	José Wellington de Almeida e Silva	Agente Administrativo	226.246.273-91

Tabela CXXIV - Seção de Execução Orçamentária e Financeira – SEOF

SIAPE	Nome	Cargo	C.P.F.
0023745	Elzilene de Melo Lima	Agente Administrativo	096.175.313-72
0009591	Flora Izabel Rodrigues Cardoso	Agente Administrativo	226.230.863-20
1273683	Francisco das Chagas Nascimento Neto	Cedido pela CONAB	041.978.013-00
0009604	Raimundo Pereira da Silva	Agente de Vigilância	099.936.063-91



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

2.3.6.4 Seção de Execução Orçamentária e Financeira - SEOF/SAD/SFA-PI

2.3.6.4.1 Competência Institucional:

Conforme Art. 43 da portaria nº 428, de 09 de junho de 2010, à Seção de Execução Orçamentária e Financeira compete:

- I** – processar a execução orçamentária e financeira dos créditos e recursos alocados à Superintendência Federal;
- II** – efetuar pagamentos de suprimentos de fundos e demais despesas, mediante prévia autorização do Superintendente Federal de controlar a respectiva prestação de contas;
- III** – executar inclusões, alterações e exclusões de informações no Sistema Siaf;
- IV** – manter documentos e registros financeiros para fins de auditoria;
- V** – analisar e emitir parecer sobre a execução financeira, processamento contábil e prestação de contas correspondentes aos contratos, convênios, ajustes e demais instrumentos de parcerias;
- VI** – coletar, processar e manter os dados específicos dos sistemas de informações administrativas;
- VII** – verificar e registrar a conformidade de gestão;
- VIII** – instruir processo administrativo decorrente de infração aos dispositivos legais; e
- IX** – elaborar relatório anual das atividades exercidas com vistas a subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão anual da Superintendência Federal



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

2.3.6.5 Programas de Governo sobre as responsabilidades do Serviço de Apoio Administrativo

(Alínea “c”, Item 2 do Conteúdo Geral, da parte A, do Anexo II da DN TCU 107, de 27.10.2010)

Tabela CXXV – Apoio Administrativo - Programa 0750

Tipo	Programas de Apoio às Políticas Públicas e áreas Especiais.
Objetivo Geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.
Objetivos específicos	Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas
Gerente do Programa	-
Responsável pelo programa no âmbito da UJ.	Aurino Antônio Nunes Guimarães (Gestor - Superintendente da SFA/PI).
Indicadores ou parâmetros izados	Não há indicador para este programa.
Público- alvo (beneficiários)	Governo

2.3.6.5.1 Principais Ações do Programa

As ações do Serviço de Apoio Administrativo foram desenvolvidas, em 2010, através do Plano Interno MANUTSFAS, Programa de Trabalho: 20122075047160001, PTRES: 001482, Esfera 01, Ação: GM – Gabinete do Ministro, Sub-ação: 0750 – Programa de Apoio Administrativo cujo objetivo: operação dos serviços administrativos da unidades descentralizadas - é atender despesas com a manutenção da Unidade, com vistas a dotá-la de todas as condições necessárias para o perfeito desenvolvimento das atividades a ela pertinentes, tais como, disposição de viaturas, mobiliários e equipamentos, manutenção e conservação das instalações prediais com serviços de vigilância e segurança, limpeza e conservação, etc.

No exercício de 2010, Não foram realizadas reuniões com o Coordenador Geral de Apoio às Superintendências (em Brasília-DF), mas foi dada continuidade no desenvolvimento do Plano Operativo 2010, para as ações do PI: MANUTSFAS, cujo resultado ficou dentro do limite estabelecido pela Coordenação, porém o mesmo não foi suficiente para atender as necessidades da Superintendência, ficando pendente alguns contratos de serviços, principalmente, de conservação e manutenção predial.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

2.3.6.5.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

No demonstrativo: Quadro A.2.7 - **Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa**, os resultados incluem todos os programas contemplados por esta Unidade.

Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	Recebidos	130002	2210120122075020000001			4.867,93
		130001	221012012103601K400001			19.765,50
		420013	2210120601144285910001			3.495,50
		420013	2210120602144285980001			2.262,64
		420013	2210120605600386110001			30.965,50
		130002	2210120122075020000001	2.738,17		-
		130002	2210120128036045720001			19.197,35
		420013	2210120125144247200001			8.289,50
		420013	2210120665142686060001			13.361,25
		130007	2210120604035786580001			359.508,32
		130007	2210120603035747380001			2.193,00
		130007	2210120604035748420001			74.561,46
		130007	2210120125037529090001			8.295,60
		420013	2210120125037521770001			7.700,00
		130007	2210120125037521790001			87.755,70
		130007	2210120604035721810001			12.800,00
		130007	2210120125037520190001			23.192,50
		130007	2210120125037521240001			30.290,00
		420013	221012012260032B170001			12.727,39
		130007	2210120125035647450001			2.135,00
		130007	2210120603035721800001			3.650,00
		130007	2210120125037521410001			29.159,50
		130007	2210120125037521400001			13.800,00
		420013	2210120122144222720001			5.318,43
		130002	2210109272008901810001	33.450,88		-
		420013	221012066503932B470001			4.072,02
		130007	2210120125035689380001			151.866,64
		130007	2210120125035689390001			39.960,75
		130002	2210120122075020000001			2.682,60
		130002	2210120122075047160001			836.139,63
		420013	2210120541144285930001			8.000,00
		130007	2210120125035647460001			26.576,54
		130007	2210120603035785720001			24.785,80
		420013	2210120128144286220001			4.379,25
		130007	2210120665035647230001			2.760,80
		130007	2210120603035721340001			7.400,00
		130007	2210120604035721390001			2.000,00
- Movimentação Externa	Concedidos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	Recebidos	SEAP/PR	5810120122075020000001			138.569,29
		SEAP/PR	5810120125134421210001			3.185,50



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
 Serviço de Apoio Administrativo

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	C o n c e d i d o s	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	R e c e b i d o s	130002 130007 130007 130007 130007 130007 130007	2210120122075047160001 2210120125035647460001 2210120125035689390001 2210120125037521790001 2210120603035785720001 2210120604035748420001 2210120604035786580001	148.632,00 2000,00 3000,00 122.145,00 90.000,00 1.283.500,00 1.295.168,96		
Movimentação Externa	C o n c e d i d o s	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
	R e c e b i d o s	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

Fonte: SIAFI Operacional



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

2.3.6.5.3 Análise Crítica:

Os créditos descentralizados para despesas correntes no PI- MANUTSFAS não foram suficientes para suprir todas as necessidades desta SFA-PI, restando à contratação de serviços para manutenção e conservação predial. Os créditos descentralizados para as despesas de capital foram utilizados na aquisição de veículos.

2.3.6.5.4 Execução Orçamentária da Despesa

2.3.6.5.4.1 - Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação,

No Quadro A.2.11: Despesas por Modalidade de Contratação, os resultados incluem todos os programas contemplados por esta UJ .e;

No Quadro A.2.11.1: Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação, os resultados incluem somente o programa PI-MANUTSFAS.

Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$
1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Licitação				
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	271.386,83	38.249,93	250.664,82	38.249,93
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	1.006.939,41	3.207.714,02	588.672,45	520.918,81
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas				
Dispensa	151.675,59	186.710,40	145.070,73	143.747,67
Inexigibilidade	66.152,14	76.844,51	62.411,91	67.195,40
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	55.876,02	61.468,78	55.651,02	61.388,78
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha: Referente, somente, Auxílio Funeral. Obs.: Os Vencimentos são pagos por Brasília(DF).	22.177,19	36.189,05	22.177,19	36.189,05
Diárias: 3.3.90.14.14 – Diária Civil	331.410,25	422.586,29	331.410,25	422.586,29
3.3.90.36.02 – Diárias Colaborador Eventual	24.399,39	16.930,10	24.399,39	16.930,10
Outras: 3.3.90.93.02 - Ressarcimento	3.479,05	1.336,02	3.479,05	1.336,02

Fonte: SIAFI Gerencial e Operacional (2009/2010)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
 Serviço de Apoio Administrativo

Quadro A.2.11.1 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação no PI: MANUTSFAS

Valores em R\$
1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Licitação				
Convite				
Tomada de Preços	219.251,90	35.798,27	214.214,87	35.798,27
Concorrência				
Pregão	338.604,43	650.007,49	209.971,65	435.843,60
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas				
Dispensa	139.380,31	147.552,06	135.475,45	121.199,06
Inexigibilidade	64.808,63	76.844,51	61.071,40	67.195,40
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	7.157,56	12.939,00	7.157,56	12.939,00
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias	26.442,49	60.844,65	26.442,49	60.844,65
Outras				
Indenizações e Restituições	1.603,75	605,00	1.603,75	605,00
Obrig. Tribut. E Contrib-OP. Intra-Orçamentária	180,00	180,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI Gerencial e Operacional (2009/2010)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

2.4.2.2.1 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

No Quadro A.2.12- Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação, os resultados incluem todos os programas contemplados por esta UJ .e;

No Quadro A.2.12.1: Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação, os resultados incluem somente o programa PI-MANUTSFAS e;

No Quadro A.2.13 - Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação, os resultados incluem todos os programas contemplados por esta UJ .e;

No Quadro A.2.13.1 - Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação, os resultados incluem somente o programa PI-MANUTSFAS.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa: 3.1.90.08.03	22.177,19	31.970,25	22.177,19	31.970,25	-	-	22.177,19	31.970,25
2º elemento de despesa: 3.1.90.08.01	-	2.738,17	-	2.738,17	-	-	-	2.738,17
3º elemento de despesa: 3.1.90.92.80	-	1.480,63	-	1.480,63	-	-	-	1.480,63
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	Não se Aplica							
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3- Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa: 333041 339014	1.210.198,58 -	422.586,29	1.210.198,58	422.586,29	-	-	1.210.198,58	422.586,29
2º elemento de despesa: 339014 339039	331.410,25 -	352.864,57	331.410,25	352.864,57	-	21.194,04	331.410,25	352.864,57
3º elemento de despesa: 339037	305.374,00	319.969,62	305.374,00	319.969,62	14.474,59	16.758,69	282.804,62	285.036,40
Demais elementos do grupo								



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
 Serviço de Apoio Administrativo

339039	302.587,43		302.587,43	15.780,89		280.703,17	
339033	257.387,21		257.387,21			252.663,90	
339030	192.224,28		192.224,28	11.569,10		169.472,63	
339036	25.299,39		25.299,39			25.299,39	
339139	11.290,88		11.290,88	1.845,81		9.445,07	
339093	3.479,05		3.479,05			3.429,03	
339147	180,00		180,00	180,00			
333041	-	319.150,00		319.150,00			-
339030	-	199.192,62		199.192,62	10.981,22		155.933,79
339033	-	182.021,90		182.021,90			169.328,73
339036	-	17.830,10		17.830,10	900,00		16.930,10
339139	-	15.496,46		15.496,46	4.599,54		10.896,92
339092	-	1.986,22		1.986,22			1.986,22
339192	-	1.909,86		1.909,86			1.909,86
339093	-	1.336,02		1.336,02			1.336,02
339147	-	180,00		180,00	180,00		-

Obs.: No Grupo de Despesa: 1 - Despesas de Pessoal, os valores informados são referentes a pagamento de auxílio funeral (Ativo e Inativo), pois os vencimentos desta SFA-PI são efetuados pelo MAPA- Brasília-DF.

Fonte: SIAFI Gerencial 2009/2010/2011



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

Quadro A.2.12.1 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação no PI:
MANUTSFAS

Valores
em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3- Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa 339037	305.374,00	319.969,62	305.374,00	303.210,93	14.474,59	16.758,69	282.804,62	285.036,40
2º elemento de despesa 339039	241.804,55	316.748,67	241.804,55	299.981,17	5.626,05	17.467,50	231.123,21	274.544,71
3º elemento de despesa 339030	90.522,15	95.762,24	90.522,15	88.143,05	3.851,12	7.619,19	82.661,53	76.864,96
Demais elementos do grupo								
339014	26.442,49	60.844,65	26.442,49	60.844,65	0,00		26.442,49	60.844,65
339033	16.042,35	21.736,26	16.042,35	21.736,26	0,00		15.629,84	21.736,26
339139	11.290,88	15.496,46	11.290,88	10.896,92	1.845,81	4.599,54	9.445,07	10.896,92
339092	0,00	1.986,22	0,00	1.986,22	0,00	0,00	0,00	1.986,22
339192	0,00	1.909,86	0,00	1.909,86	0,00	0,00	0,00	1.909,86
339036.06	900,00	900,00	900,00	0,00	0,00	900,00	900,00	0,00
339093	1.603,75	605,00	1.603,75	605,00	0,00	0,00	1.603,75	605,00
339147	180,00	180,00	180,00	0,00	180,00	180,00	180,00	0,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL 2009/2010/2011



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos								
1º elemento de despesa:								
443042	3.898.193,10		3.898.193,10		-		3.898.193,10	
449052		2.496.646,39		2.496.646,39		2.243.835,39		77.000,00
2º elemento de despesa:								
449052	482.266,19		482.266,19		299.044,65		106.481,54	
443052		43.682,00		43.682,00		-		-
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 - Inversões Financeiras	Não se Aplica							
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 - Amortização da Dívida	Não se Aplica							
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAF Gerencial 2009/2010/2011.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
 Serviço de Apoio Administrativo

Quadro A.2.13.1 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação no PI MANUTSFAS

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos								
1º elemento de despesa 449052	103.268,90	148.632,00	103.268,90	148.632,00	97.942,24	148.632,00	5.326,66	0,00
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 - Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 - Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI Gerencial 2009/2010/2011



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

Análise Crítica

A execução orçamentária dos créditos recebidos pela UJ, em todos os programas, foram aplicados dentro do programado, mesmo tendo contingenciamento no exercício.

Foram, também, descentralizados créditos para investimos na aquisição de veículos onde conseguimos renovar a frota da UJ.

Realizamos, ainda, processo licitatório para a execução de obras de melhoramento na rede elétrica, assim como fomos contemplados por uma licitação nacional que nos proporcionou uma reforma completa em toda rede lógica.

Estamos com dificuldade desde o exercício anterior em contratarmos serviços para manutenção e conservação predial, em razão de pessoal capacitado para atender a área de licitação e contratos. Assim como de capacitar os fiscais de acompanhamento de contratos na fiscalização dos mesmos.

Nossas maiores dificuldades é a falta de pessoal no quadro da UJ para repassarmos as funções ou cargos próprios da mesma, tendo em vista que a maioria já está próxima de se aposentar. Como também a falta de funcionários qualificados nos trabalhos da UJ. Existe assim urgência na implementação de funcionários no quadro próprio, pois existe com uma carência de 70%.

A área administrativa necessita de reavaliação de sua remunerada, pois existe uma grande disparidade da remuneração da área fim com a área meio.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

2.4.3 – Indicadores Institucionais

Obs.: Os Indicadores Institucionais estão apresentados dentro dos programas relacionados anteriormente.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

4 Informações sobre a Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

(Item 4 do Conteúdo Geral , da parte A, do Anexo II da DN TCU Nº107, de .27.10.2010.)

Quadro A.4.1 - Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	109.794,64	-	109.367,62	427,02
2008	-	-	-	-
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	351.433,01	17.663,08	300.110,93	33.659,00
2008	340,68	-	340,68	-
...				
Observações: Ato Legal que autoriza o pagamento no exercício de 2010 de RP Processados e Não-Processados inscritos até 2007: Decreto nº. 7. 057 de 29 de Dezembro de 2009.				

Fonte: SIAFI Operacional 2010 através da transação: > Balancete.

4.1 Análise crítica:

Em razão dos créditos orçamentários, na grande maioria, só serem descentralizados no segundo semestre ou mesmo no quarto trimestre do exercício, dificultando a conclusão dos processos licitatórios e principalmente a entrega do material adquiridos ou serviços prestados pelos fornecedores no exercício, ficando assim em RP.

Às vezes os recursos financeiros, também, não são descentralizados em tempo hábil para o pagamento no exercício, ficando em RP.

Temos, também, a época dos recessos de final de anos, como temos poucos funcionários e os mesmos não abrem mão dos seus recessos, muitas vezes deixam para RP.

A permanência de RP Processados e Não Processados em mais de um exercício financeiro ocorrem devido ao fato de os fornecedores não terem encaminhado às faturas em tempo hábil e também por descuido do setor financeiro em não cancelar.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

Quadro A.5.1 - Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação apurada em 31/12/2010

Tipologia dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1. Provedimento de cargo Efetivo	243	243	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	243	243	0	0
1.2.1. Servidor de carreira vinculada ao órgão	0	0	0	0
1.2.2. Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidor de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	0	0	0	0
1.4.1. Cedidos	02	02	0	0
1.4.2. Removidos	0	0	0	0
1.4.3. Licença remunerada	02	02	0	0
1.4.4. Licença não remunerada	02	02	0	0
2. Provedimento de cargo em comissão	15	15	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	07	07	0	0
2.2.1. Servidor de carreira vinculada ao órgão	05	05	0	0
2.2.2. Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.2.3. Servidor de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2.2.4. Sem vínculo	02	02	02	0
2.2.5. Aposentado	0	0	0	0
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0
2.3.1. Servidor de carreira vinculada ao órgão	08	08	0	0
2.3.2. Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3.3. Servidor de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
3. Total	258	258	0	0

Fonte: SIAPE

Posição: 31/12/2010



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

Quadro A.5.2 – Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária – Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)					Totais
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60	
1. Provimento de Cargo Efetivo	3	3	11	36	205	258
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	
1.2. Servidores de Carreira	3	3	10	35	205	
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	1	1	-	
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	1	5	6	3	15
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	4	3	-	
2.3. Funções Gratificadas	-	1	1	3	3	

Fonte: SIAPE

Posição: 31/12/2010

Quadro A.5.3 – Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade – Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade									Totais
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	45	57	29	58	69	0	0	0	258
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
1.2. Servidores de Carreira	-	45	57	29	56	69	-	-	-	
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	-	-	2	-	-	-	-	
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	1	6	8	0	0	0	15
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	1	6	-	-	-	
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	1	5	2	-	-	-	

LEGENDA – Nível de Escolaridade

1- Analfabeto; 2- Alfabetizado sem cursos regulares; 3- Primeiro Grau Incompleto; 4- Primeiro grau; 5- Segundo grau ou técnico; 6- Superior; 7- Aperfeiçoamento.

Fonte: SIAPE

Posição: 31/12/2010



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas:

Quadro A.5.4 – Composição do Quadro de Servidores Inativos – Situação apurada em 31/12/2010

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1. Integral	0	0
1.1. Voluntária	0	0
1.2. Compulsório	0	0
1.3. Invalidez Permanente	0	0
1.4. Outras	0	0
2. Proporcional	0	0
1.1. Voluntária	0	0
1.2. Compulsório	0	0
1.3. Invalidez Permanente	0	0
1.4. Outras	0	0

Fonte: SIAPE

Posição: 31/12/2010 (NÃO OCORREU NENHUMA APOSENTADORIA NO EXERCÍCIO DE 2010)

Quadro A.5.5 – Composição do Quadro de Instituidores de Pensão – Situação apurada em 31/12/2010

Regime de Proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões Concedidas em 2010
1. Integral	05	05
2. Proporcional	0	0

Fonte: SIAPE

Posição: 31/12/2010



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

5.4 Custos associados a manutenção dos recursos humanos:

Quadro A.5.7 – Quadro de Custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010							Valores em R\$ 1,00	
Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	8.918.424,52	6.243,63	3.676.809,16	690.337,24	1.654.264,55	817,12	109.108,25	15.056.004,47
2009	10.649.731,45	-	5.573.292,39	887.569,18	1.485.965,97	-	21.297,22	18.617.856,21
2010	11.670.875,18	-	6.405.169,56	1.034.358,18	1.076.093,80	81.540,15	44.954,17	20.312.991,04
Servidores com contratos temporários								
2008	475,00	-	950,00	1.330,00	939,26	-	5.700,00	9.394,26
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores cedidos com ônus ou em licença								
2008	8.114,72	-	14.361,49	-	226,03	-	2.323,86	25.026,10
2009	38.119,77	-	35.636,12	5.704,56	998,35	634,25	2.400,13	83.493,18
2010	49.913,48	-	51.615,33	7.874,92	3.289,58	7.402,84	3.387,83	123.483,98
Servidores ocupantes de cargo de Natureza especial								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	360.027,38	70.194,05	198.252,29	38.890,65	10.967,80	331,19	4.088,65	682.752,01
2009	454.344,74	79.911,33	406.555,58	79.618,81	11.858,23	2.457,39	7.310,18	1.042.056,26
2010	517.328,87	81.223,07	487.157,69	84.542,04	27.005,08	4.152,07	10.217,96	1.211.626,78
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	113.068,22	32.142,24	95.292,34	6.441,73	22.755,04	611,21	1.001,46	271.312,24



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
 Serviço de Apoio Administrativo

2009	258.109,83	32.524,86	79.766,83	21.371,29	16.759,92	2.417,22	2.321,03	413.270,98
2010	386.115,36	32.937,47	213.171,63	56.468,49	30.503,88	12.299,53	-	731.496,36
						Anos	Total	Média Mês
						2008	16.044.489,08	1.337.040,76
						2009	20.156.676,63	1.679.723,05
						2010	22.379.598,16	1.864.966,51

Fonte: SIAPE / Posição: 31/12/2010



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

5.5 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obras:

Quadro A.5.8 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Piauí SFA/PI													
UG/Gestão: 130021/00001							CNPJ: 00.396.895/0038-17						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	Contrato n.º 17/2009	07.462.424/0001-17	08.08.2009	07.08.2011	X						P
2010	V	O	Contrato n.º 03/2010	05.552.602/0001-22	01.05.2010	01.05.2011	X						A
Observação: Empresa Contratada: 1 - KLARE LTDA .[LIMPEZA E HIGIENE] 2 - SERGESEG VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA[VIGILÂNCIA OSTENSIVA]													
Fonte: SIASG/SICON – Sistema de Contrato													



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

Quadro A.5.9 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão De Obra

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Piauí SFA/PI													
UG/Gestão: 130021/1						CNPJ: 00.396.895/0038-17							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	3	O	Contrato n.º 17/2009	07.462.424/0001-17	08.08.2009	07.08.2011	X						P
2009	1	O	Contrato n.º 17/2009	07.462.424/0001-17	08.08.2009	07.08.2011			X				P
Observação: Empresa Contratada: KLARE LTDA.													
LEGENDA													
Área:													
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;													
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis													
3. Serviços de Copa e Cozinha;													
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;													
5. Serviços de Brigada de Incêndio;													
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;													
7. Outras.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													
Fonte: SIASG/SICON – Sistema de Contrato													



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
 Serviço de Apoio Administrativo

Quadro A.5.10 - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

Área	Qtd.	Unidade Administrativa
01	02	SFA/PI
03	01	SFA/PI
LEGENDA Área: 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional; 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis; 3. Serviços de Copa e Cozinha; 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis; 5. Serviços de Brigada de Incêndio; 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; 7. Higiene e Limpeza; 8. Vigilância Ostensiva; 9. Outras.		
Fonte: SIASG/SICON – Sistema de Contrato		



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

5.6 Indicadores Gerencias sobre Recursos Humanos:

Quanto aos temas sugeridos pelo TCU para a criação de indicadores de recursos humanos, informamos que esta Superintendência foi orientada pela Coordenação-Geral que irá fazer uma avaliação e posteriormente demandará ações junto à CGPLAN para verificar quanto à oportunidade e conveniência para criação de novos indicadores e, por consequência, não existem indicadores para o presente exercício.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

6 Informações sobre Transferências Mediante Convênios:

(Item 6 do Conteúdo Geral, da Parte A, do Anexo II da DN TCU 107, de 27.10.2010.)

6.1 Transferência efetuada no exercício:

6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício 2010.

Quadro – A.6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DO PIAUÍ – SFA/PI.									
CNPJ: 003.968.95/0038-17					UG/GESTÃO: 130021/00001				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	704430/2009	07.812.549/0001-20	361.000,00	36.100,00	0	324.900,00	19/08/2009	31/12/2010	1
1	704431/2009	07.812.549/0001-20	160.000,00	16.000,00	0	144.000,00	19/08/2009	31/12/2010	1
1	713259/2009	07.812.549/0001-20	5.154.990,76	515.499,08	0	4.639.491,68	23/11/2009	30/06/2011	1
1	744349/2010	07.812.549/0001-20	836.480,00	83.648,00	0	0	02/07/2010	02/07/2011	1
Obs.:1 – Os convênios: 704430/2009 e 704431/2009 tiveram uma prorrogação “DE OFÍCIO” e um Termo Aditivo prorrogando vigência.									
2 - O convênio: 713259/2009 possui três Termos Aditivos prorrogando vigência.									
3 – O convênio: 744349/2010 possui um Termo Aditivo. Em razão do período eleitoral e devido a STN não liberar os recursos o mesmo encontra-se em Restos a Pagar									
Processados para 2011.									
LEGENDA									
Modalidade:					Situação da Transferência:				
1 -	Convênio				1 -	Adimplente			
2 -	Contrato de Repasse				2 -	Inadimplente			
3 -	Termo de Parceria				3 -	Inadimplência Suspensa			
4 -	Termo de Cooperação				4 -	Concluído			
5 -	Termo de Compromisso				5 -	Excluído			
					6 -	Rescindido			
					7 -	Arquivado			

Fonte: Sistema SICONV site: www.convenios.gov.br



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados em valores repassados nos três últimos exercícios.

Quadro A.6.2 - Resumo dos instrumentos celebrados pela SFA nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DO PIAUÍ – SFA/PI.						
CNPJ: 003.968.95/0038-17				UG/GESTÃO: 130021/00001		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio	-	3	1	-	5.108.391,68	0
Contrato de Repasse	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica
Termo de Parceria	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica
Termo de Cooperação	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica
Termo de Compromisso	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica
Totais	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica	Não se Aplica

Obs.:

O Convênio de 2010 no valor de R\$ 752.832,00, ficou em Restos a Pagar Processados para 2011.

Fonte: Sistema SICONV site: www.convenios.gov.br



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
 Serviço de Apoio Administrativo

6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigorão no exercício de 2011 e seguintes:

Quadro A.6.3 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigorão em 2011 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DO PIAUÍ – SFA/PI.					
CNPJ: 003.968.95/0038-17			UG/GESTÃO: 130021/00001		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	
Convênio	2	5.991.470,76	4.639.491,68	752.832,00	77,43%
Contrato de Repasse	Não se Aplica				
Termo de Parceria	Não se Aplica				
Termo de Cooperação	Não se Aplica				
Termo de Compromisso	Não se Aplica				
Totais	2	5.991.470,76	4.639.491,68	752.832,00	77,43%

Fonte: SISTEMA SICONV site: www.convenios.gov.br



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

6.1.4 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse:

Quadro A.6.4 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					Valores em R\$ 1,00
Nome: SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DO PIAUÍ – SFA/PI.					
CNPJ: 003.968.95/0038-17			UG/GESTÃO: 130021/00001		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		-	Não se Aplica
		Montante Repassado		-	Não se Aplica
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade	-	Não se Aplica
			Montante Repassado (R\$)	-	Não se Aplica
		Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	Não se Aplica
			Montante Repassado (R\$)	-	Não se Aplica
2009	Contas prestadas		Quantidade	-	Não se Aplica
			Montante Repassado (R\$)	-	Não se Aplica
	Contas NÃO prestadas		Quantidade	-	Não se Aplica
			Montante Repassado (R\$)	-	Não se Aplica
2008	Contas prestadas		Quantidade	-	Não se Aplica
			Montante Repassado (R\$)	-	Não se Aplica
	Contas NÃO prestadas		Quantidade	-	Não se Aplica
			Montante Repassado (R\$)	-	Não se Aplica
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas		Quantidade	-	Não se Aplica
			Montante Repassado (R\$)	-	Não se Aplica

Fonte: SISTEMA SICONV site : www.convenios.gov.br



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

6.1.5 Informações sobre a análise de prestações de contas de convênios e de contratos de repasse:

QUADRO A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Valores em R\$ 1,00					
Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO ESTADO DO PIAUÍ – SFA/PI					
CNPJ: 003.968.95/0038-17			UG/GESTÃO: 130021/00001		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Quantidade de contas prestadas			Não houve	Não se aplica
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade		Não houve	Não se aplica
		Montante repassado (R\$)		Não houve	Não se aplica
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	Não houve	Não se aplica
			Quantidade Reprovada	Não houve	Não se aplica
			Quantidade de TCE	Não houve	Não se aplica
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	Não houve	Não se aplica
			Montante repassado (R\$)	Não houve	Não se aplica
2009	Quantidade de contas prestadas			Não houve	Não se aplica
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		Não houve	Não se aplica
		Quantidade Reprovada		Não houve	Não se aplica
		Quantidade de TCE		Não houve	Não se aplica
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		Não houve	Não se aplica
		Montante repassado (R\$)		Não houve	Não se aplica
2008	Quantidade de contas prestadas			Não houve	Não se aplica
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		Não houve	Não se aplica
		Quantidade Reprovada		Não houve	Não se aplica
		Quantidade de TCE		Não houve	Não se aplica
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		Não houve	Não se aplica
		Montante repassado		Não houve	Não se aplica
Exercícios anteriores a 2008	Contas NÃO analisadas	Quantidade		4	Não se aplica
		Montante repassado		6.050.629,58	Não se aplica



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

6.2 Análise Crítica

Estamos com dificuldade de fazermos as análises de prestação de conta porque temos apenas um servidor dedicado ao trabalho de gestão no exercício da UJ e o mesmo está sobrecarregado em várias outras atividades da UJ.

E as demais dificuldades foram relatadas dentro dos programas relacionados anteriormente.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

7 Declarações de Registros Atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV

(Item 7 do Conteúdo Geral, da Parte A, do Anexo II da DN TCU 107, de 27.10.2010.)

Encontram-se no Capítulo de Anexos: [Declaração A.7.1](#) e [Declaração A.7.2](#).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

8 Informações sobre declarações de bens e renda:

(Item 8 do Conteúdo Geral, da Parte A, do Anexo II da DN TCU 107, de 27.10.2010.)

Encontram-se no Capítulo de Anexos: [Declaração A.8.1](#) e [Declaração A.8.2](#)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

9 Informações sobre o funcionamento do sistemas de controle interno da UJ

(Item 9 do Conteúdo Geral, da Parte A, do Anexo II da DN TCU 107, de 27.10.2010.)

9.1 Estrutura de Controles Internos da UJ

Quadro A.9.1 - Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.		X			
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.	X				
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	X				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.	X				
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.	X				
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.		X			
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.	X				
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.	X				
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.	X				
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.	X				
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	X				
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	X				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	X				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.		X			
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.			X		
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente	X				



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.	X				
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.	X				
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.	X				
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.	X				
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.	X				
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.	X				
Considerações gerais:					
<u>LEGENDA</u> Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					



10 Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação e na contratação de serviços ou obras.

(Item 10 do Conteúdo Geral, da Parte A, do Anexo II da DN TCU 107, de 27.10.2010.)

10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? R.: Normas técnicas INMETRO, ANP, Secretaria de Meio Ambiente, Departamento Nacional de Produção Mineral.				X	
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? R.: Foram adquiridos condicionadores de ar tipo A e houve redução no consumo de energia.				X	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? R.: Foram adquiridos veículos tipo flex.					X
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?		X			
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.				X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	X				
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha					



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
 Serviço de Apoio Administrativo

(palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. ☐ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X				
Considerações Gerais:					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
 Serviço de Apoio Administrativo

11 Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como Bens de Uso Especial, de propriedade da União ou locado de terceiros.

(Item 11 do Conteúdo Geral, da Parte A, do Anexo II da DN TCU 107, de 27.10.2010.)

11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.11.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	PI	02	02
	Teresina	01	01
	Floriano	01	01
	município "n"		
	UF "n"	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
	município "n"		
Subtotal Brasil		Σ	Σ
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
	PAÍS "n"	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		02	02

Fonte: SPIUNET



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
 Serviço de Apoio Administrativo

Quadro A.11.3 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
130021	1219.00045.500-7	13	2	2.854.749,26			-	-
	1077.00007.500-4	12	7	234.014,53			-	-
Total							-	-

Fonte: SPIUNET – Sistema de Patrimônio



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

12 Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

(Item 12 do Conteúdo Geral, da Parte A, do Anexo II da DN TCU 107, de 27.10.2010.)

12.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

Quadro A.12.1 - Gestão de TI UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.				X	
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.				X	
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.				x	
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.					
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	x				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.				x	
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.				x	
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.					x
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.	X				
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	X				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.	X				
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.					
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.				X	
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.				X	
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				X	
Considerações Gerais:					
LEGENDA Níveis de avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
 Serviço de Apoio Administrativo

13 Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal, observando-se as disposições dos decretos nº 5.355/2005 e 6.370/2008

(Item 13 do Conteúdo Geral, da Parte A, do Anexo II da DN TCU 107, de 27.10.2010.)

Despesas, da SFA/PI, realizadas através de suprimento de fundo utilizando o Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF. Foi gasto, em 2010, um total de R\$ 70.178,76 (Setenta mil, cento e setenta e oito reais, setenta e seis centavos). Conforme Demonstrativo da Conta 199962499 – Outros Controle dos Cartão de Pagamento do Governo Federal. Sendo que o total de saque foi de R\$ 12.523,12 (Doze mil, quinhentos e vinte e três reais, doze centavos) e na forma de fatura foi realizada a quantia de R\$ 56.328,31 (Cinquenta e seis mil, trezentos e vinte e oito reais, trinta e um centavos) conforme demonstrativos das contas: 199962401-Saque – Cartão de Pagamento Governo Federal e 199962402-Fatura – Cartão de Pagamento Governo Federal, respectivamente, extraídos do sistema SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

Tabela CXXVI – Informações sobre a Utilização de Cartões de Pagamentos do Governo Federal – SFA-PI

ANO	FATURA – R\$	SAQUE – R\$	TOTAL – R\$
2010	56.328,31	12.523,12	70.178,76



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

15 Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno que fiscaliza a UJ

(Item 15 do Conteúdo Geral, da Parte A, do Anexo II da DN TCU 107, de 27.10.2010.)

15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa:					Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Piauí					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	015.799/2008-3	4999/2010-TCU	1ª Câmara	Aposentadoria	Ofício 22052 – TCU
Órgão / entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Piauí					
Descrição da Deliberação:					
Considerar ilegal Aposentadoria referente averbação de tempo de aluno aprendiz.					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Seção de Gestão de Pessoas					
Síntese da providência adotada:					
Servidor notificado da ilegalidade de sua Aposentadoria, através do Ofício 0950/2010/SFA/PI.					
Síntese dos resultados obtidos					
Servidor retornou à atividade, conforme Portaria 081, de 14.09.2010, publicada no Diário Oficial da União de 15.09.2010					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

QUADRO A.15.1.2 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa:					Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Piauí					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
					Ofício-SEFIP-D/1268, de 01.12.2010
Órgão / entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Piauí					
Descrição da Deliberação:					
Mapa de Tempo de Serviço e Fundamentação Legal para contratação de menor, bem como homologação expedida pelo INSS.					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Seção de Gestão de Pessoas					
Síntese da providência adotada:					
Aposentada notificada através de Ofício 027/2011-SFA/PI, de 20.01.2011.					
Síntese dos resultados obtidos					
Devolvida a 2ª via do Ofício-SEFIP-D/1268, de 01.12.2010 à Secretaria de Fiscalização de Pessoal-SEFIP, assim como a documentação nele solicitada, através do Ofício 027/2011-SFA/PI, de 20.01.2011.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

15.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Quadro A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado do Piauí					2803
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	008.964/2002-0	5514/2009-TCU – Segunda Câmara	9.3 a 9.3.4	DE	OF. 1904/2009-TCU/SECEX - PI
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
130021/SFA/PI					2803
Descrição da Deliberação:					
Adotar as providências administrativas necessárias à eventual restituição, pelos respectivos beneficiários, dos seguintes valores pagos a título de diárias e passagens aéreas pela então Delegacia Federal de Agricultura no Estado do Piauí, no exercício de 2001, procedimento a ser realizado mediante desconto em folha de pagamento, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/90, quando tratar-se de servidor público federal estatutário. - Maria Gorete Andrade de Meneses Teixeira: R\$ 611,63 - Jose Valci da Silva Santos: R\$ 103,03 - Jose Tadeu Santos Oliveira: R\$ 171,80 - Jose Tadeu Santos Oliveira: R\$ 309,24 - Ricardo João Soares Barros: R\$ 240,52 - Ricardo João Soares Barros: R\$ 240,52 - Ricardo João Soares Barros: R\$ 240,52 - Ricardo João Soares Barros: R\$ 377,96 - Jose Bonifácio Oliveira de Moura: R\$ 240,52 - Jose Bonifácio Oliveira de Moura: R\$ 309,24 - Jose Gonçalo de Alencar: R\$ 309,24 - Weaver Braga: R\$ 580,67 - Francisco Jose Oliveira: R\$ 580,67 - Marcos de Oliveira Franco: R\$ 580,67 - Irineu Gonçalves Filho: R\$ 580,67 - Ricardo César de Oliveira: R\$ 580,67 - Murilo Miranda de Melo: R\$ 580,67 - Arnaldo Manuel de Souza Machado Borges: R\$ 580,67 - Anneliese de Souza Traldi: R\$ 580,67 - Moisés Alves de Lima: R\$ 143,20 Evitar a concessão excessiva de diárias, em face do caráter eventual que deve nortear essa espécie de indenização, a teor do art. 58, caput, da Lei n.º 8.112/90					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Serviço de Apoio Administrativo – SAD/SFA/PI					72371
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Por falta de pessoal e conseqüentemente falta tempo em razão da grande demanda de atividades desenvolvida pelo setor SAD, pois só temos um servidor.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Por falta de pessoal e conseqüentemente falta tempo em razão da grande demanda de atividades desenvolvida pelo setor SAD, pois só temos um servidor					



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
 Serviço de Apoio Administrativo

15.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício

Não houve auditoria nesta UJ no ano de 2010, portanto não há pendência com relação ao plano de providência de exercícios anteriores.

Quadro A.15.3 - Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação:			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Síntese da providência adotada:			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			



15.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

Não houve auditoria nesta UJ no ano de 2010, portanto não há pendência com relação ao plano de providência de exercícios anteriores

Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação:			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

16 Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.

(Item 16 do Conteúdo Geral, da Parte A, do Anexo II da DN TCU 107, de 27.10.2010.)

A OCI existe no MAPA, não existe nesta SFA/PI e não recebemos demanda de auditoria do OCI/MAPA.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

17 Outras Informações Consideradas Relevantes pela Unidade para Demonstrar a Conformidade e do Desempenho da Gestão no Exercício

(Item 17 do Conteúdo Geral, da Parte A, do Anexo II da DN TCU 107, de 27.10.2010.)

Obs.: Nada que não já tenha sido relatado.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

Parte B

(Item 1, da Parte B - Informações Contábeis da Gestão, do Anexo II, da DN TCU 107, de 27.10.2010.)

1 Informações Contábeis da Gestão

(Item 1, da Parte B - Informações Contábeis da Gestão, do Anexo II, da DN TCU 107, de 27.10.2010.)

Encontra-se no Capítulo de Anexos: [Declaração B.1.1](#)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

ANEXOS - PARTE - A

1 Declarações - Item 7, da Parte A:

(Item 7, do Conteúdo Geral, da Parte A, do Anexo II da DN TCU 107, de 27.10.2010.)

Declaração A.7.1 - Declaração de Registro de Contratos no SIASG

SFA/PI – Relatório de Gestão 2010



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

DECLARAÇÃO

Declaro, para fins de composição do Relatório de Gestão de 2010, que as informações referentes a contratos estão disponíveis e atualizadas, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o parágrafo 3º, art. 19 da Lei nº. 12.309, de 09 de agosto de 2010, de acordo com os efeitos disposto no Item 7 do Conteúdo Geral do Anexo II, da Decisão Normativa TCU Nº.107, de 27 de outubro de 2010.

Estou ciente das responsabilidades civis dessa declaração.

Teresina-PI, 31 de março de 2011.


SUZANA MARIA GADELHA FERREIRA

Datilógrafa, Matrícula SIAFI:0027123; CPF: 241.825.832-72
Chefe da Seção de Atividades Gerais – SAG/SADSFA-PI



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

(Item 7, do Conteúdo Geral, da Parte A, do Anexo II da DN TCU 107, de 27.10.2010.)

Declaração A.7.2 - Declaração de Registro de Convênios no SICONV

SFA/PI – Relatório de Gestão 2010



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

DECLARAÇÃO

Declaro, para fins de composição do Relatório de Gestão de 2010, que as informações referentes aos convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos e Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o parágrafo 3º, art. 19 da Lei nº. 12.309, de 09 de agosto de 2010, de acordo com os efeitos disposto no Item 7 do Conteúdo Geral da Parte “A”, do Anexo II, da Decisão Normativa TCU Nº.107, de 27 de outubro de 2010.

Estou ciente das responsabilidades civis dessa declaração.

Teresina-PI, 31 de março de 2011.

Francisco Antônio de Sousa Costa

FRANCISCO ANTONIO DE SOUSA COSTA

Fiscal Federal Agropecuário, Matrícula SIAPE: 0009576; CPF: 105.542.203-00.

Chefe da Divisão de Defesa Agropecuária – DDA/SFA-PI.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

2 Declarações - Item 8, da Parte A:

(Item 8, do Conteúdo Geral, da Parte A, do Anexo II da DN TCU 107, de 27.10.2010.)

Declaração A.8.1 Declaração de Bens e Rendas dos servidores da SFA-PI



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO
ESTADO DO PIAUÍ
SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO – SAD
SEÇÃO DE GESTÃO DE PESSOAS – SGP/PI

DECLARAÇÃO

DECLARO, para os devidos fins, que os servidores abaixo relacionados entregaram as declarações de bens e rendas, referentes ao ano-calendário 2010, exercício 2009, na forma da Lei nº 8.730, de 10.11.1993.

Nome	Cargo	CPF
Abrahão Lincoln de Araújo Mendes	Chefe da SDPSRH/SAD/SFA/PI	161.129.113-53
Alcione Lopes Monteiro	Chefe do SMAP/SAG/SAD/SFA/PI	313.827.381-53
Alonso da Mota Lamas	Chefe do SEFAG/DDA/SFA/PI	493.638.407-00
Ângela Maria Rodrigues	Chefe da SGP/SAD/SFA/PI	131.830.873-91
Aurino Antônio Nunes Guimarães	Superintendente da SFA/PI	239.564.373-49
Eduardo Piauilino Mota	Chefe do SISA/DDA/SFA/PI	067.136.023-04
Elzilene de Melo Lima	Responsável pelo Registro da Conformidade dos Registros de Gestão da SFA/PI – Titular	096.175.313-72
Ferdinand Soares Feitosa	Superintendente-Substituto da SFA/PI e Chefe do SEPDA	343.210.393-04
Francisco Antônio de Sousa Costa	Chefe da DDA/SFA/PI	105.542.203-00
Francisco Monteiro de Oliveira	Chefe-Substituto da SDPSRH/SAD/SFA/PI	105.793.703-72
João Francisco da Rocha	Chefe-Substituto do Setor de Transportes da SFA/PI	160.278.923-15
José Wellington de Almeida e Silva	FCT-14 da SFA/PI	226.246.273-91
Lêda Regina Moraes Vasconcelos Gama	Chefe do SAD/SFA/PI	184.305.893-68
Lúcio Mauro Ribeiro Leite	Chefe-Substituto da SAG/SAD/SFA/PI	201.048.123-20
Paola Frassinetti Nunes Machado de Oliveira	Chefe-Substituta do SISA/DDA/SFA/PI	497.269.513-72
Raimundo Nonato Valfran de Oliveira	Chefe do Setor de Transportes da SFA/PI	133.835.153-20
Raimundo Pereira da Silva	Chefe do SEOF/SAD/SFA/PI	099.936.063-91
Raul Santana Castelo Branco	Chefe-Substituto do SISV/DDA/SFA/PI	066.814.923-04
Rozalvo Lopes da Costa	Chefe-Substituto do SEFAG	100.579.784-68
Suzana Maria Gadelha Ferreira	Chefe da SAG/SAD/SFA/PI	241.825.832-72
Walter Almeida de Sousa	Chefe do SISV/DDA/SFA/PI	185.712.043-49

Teresina/PI, 31 de março de 2011.


Ângela Maria Rodrigues

Agente Administrativo – Matrícula SIAPE 0009210
Chefe da Seção de Gestão de Pessoas
SGP/SAD/SFA-PI



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

(Item 8 do Conteúdo Geral, da Parte A, do Anexo II da DN TCU 107, de 27.10.2010.)

Declaração A.8.2 Declaração de Bens e Rendas dos coordenadores contábeis - MAPA



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAS

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que constam nos assentamentos funcionais dos servidores Alberto Jerônimo Pereira e José Calazans dos Santos, cópias de suas respectivas Declarações de Imposto de Renda, Ano-base 2009 Exercício 2010.

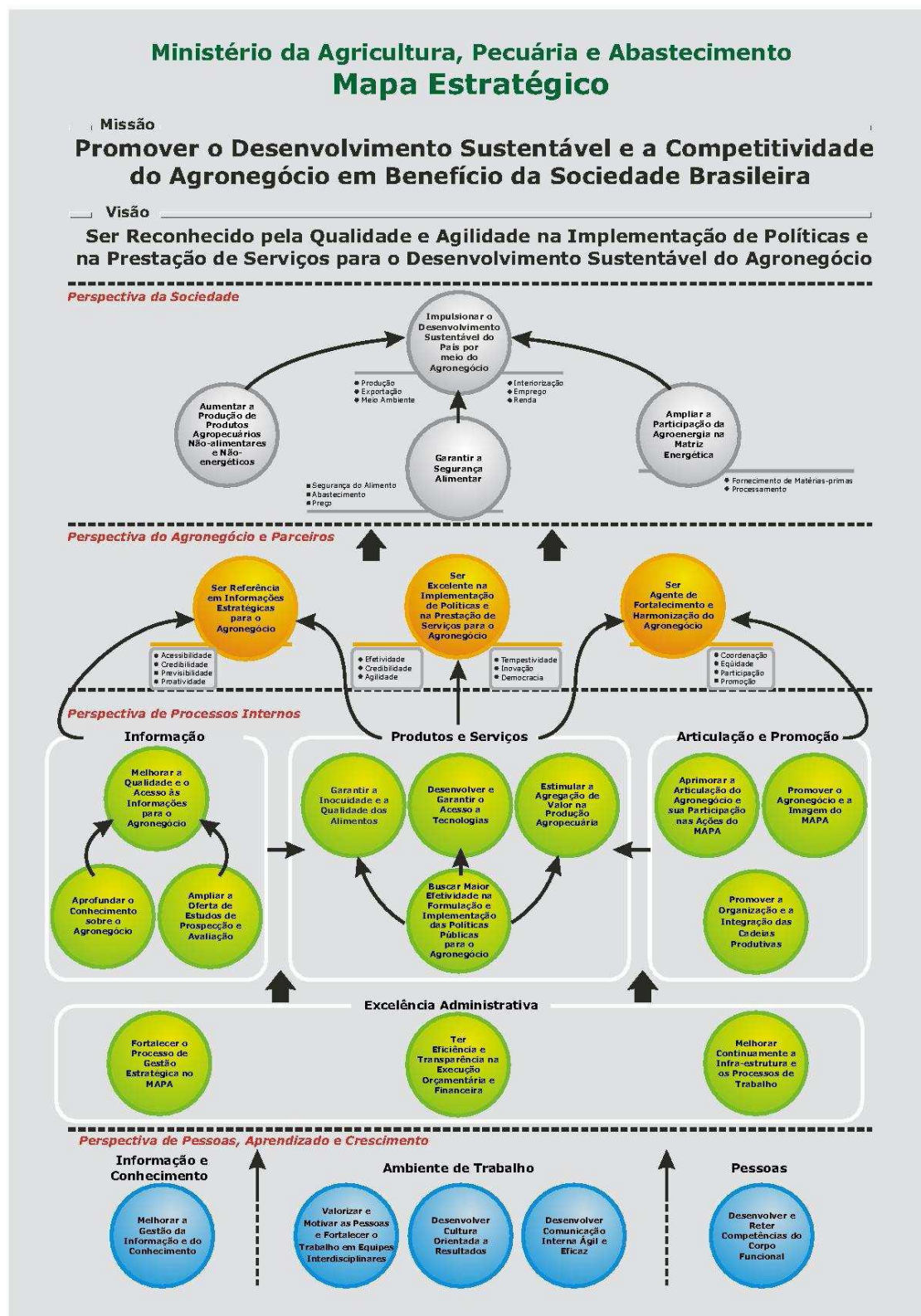
Brasília, 15 de fevereiro de 2011

Carlos Antonio Portugal de Assunção
Chefe de Divisão da CGAP



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
Serviço de Apoio Administrativo

Figura A.2.1.2 – Objetivos Estratégicos





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí
 Serviço de Apoio Administrativo

ANEXOS - PARTE – B

1 Declarações Item 1, da Parte B:

(Item 1, da Parte B - Informações Contábeis da Gestão, do Anexo II, da DN TCU 107, de 27.10.2010.)

Declaração B.1.1 Declaração dos Demonstrativos Contábeis pelo Contador - MAPA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ):			Código da UG:
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Piauí			130021
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a: a) CONTAS COM IMPROPRIEDADES: 142900000, 199620500 E 211230100. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília, DF	Data	31 DE DEZEMBRO DE 2010.
Contador Responsável	Alberto Jeronimo Pereira	CRC nº	006624/T – GO

É O RELATÓRIO.

TERESINA-PI, 31 DE MARÇO DE 2011.